



INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO
Universidade Técnica de Lisboa

OPERAÇÕES SAAL, UMA POLÍTICA URBANA VANGUARDISTA

O CASO DO SAAL NO BAIRRO DO CASAL DAS FIGUEIRAS, EM SETÚBAL

VOLUME I

Maria Eugénia Corte Real Ferreira de Lima

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em **Arquitectura**

Presidente: Prof.^a Dr.^a Arq.^a Teresa Frederica Tojal de Valsassina Heitor

Orientador: Prof. Dr. Jorge Manuel Gonçalves

Vogal: Prof.^a Dr.^a Arq.^a Isabel Ortins de Simões Raposo

NOVEMBRO DE 2011

RESUMO

A temática habitacional é e sempre será um tema recorrente, tanto na sociedade, como na arquitectura. A habitação é considerada um objecto do estudo arquitectónico de relevante importância, por se tratar do núcleo central da vida familiar e da condição primária para um desenvolvimento social equilibrado. Por isto, a qualidade residencial é considerada um factor de extrema relevância para o estado da sociedade, uma vez que influi directamente no Homem e nos seus comportamentos.

Assim, a questão da habitação social trata-se de um assunto bastante delicado, uma vez que é o principal suporte facultado aos agregados familiares com poucas condições para se tornarem auto-suficientes. É também um tema bastante discutido, alvo de diferentes práticas e teorias, no sentido de providenciar uma habitação ao mesmo tempo barata, eficaz e digna a qualquer pessoa que a habite; bem como ser tratada e inserida no ambiente urbano correcto, sem ser marginalizada e diferenciada pelo público a que se destina.

Das várias práticas e políticas de habitação social adoptadas em Portugal, o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) apresenta-se como uma das mais interessantes experiências, pelas condições socioculturais em que surgiu e pelo desenrolar do processo, que de todo foi regular ou criador de soluções arquitectónicas similares. Pelo contrário, o SAAL é um processo bastante singular, que implica o envolvimento e empenho das populações no seu desenrolar, que conta com a cooperação e voluntarismo de vários técnicos por todo o país, que soma inovadoras práticas arquitectónicas e resultados completamente diferentes quanto à adaptação ou integração desses bairros na cidade.

No entanto, a quantidade e diversidade de informação a recolher do SAAL dificulta o estudo e a compreensão do processo no seu todo, tornando-se quase impossível criticar ou comentar o mesmo através de generalizações. Assim, a forma de estudo adoptada para melhor conhecer as operações SAAL passa pela observação directa de operações específicas, conhecendo o contexto em que estão inseridas, as dificuldades e facilidades ao longo do processo, os indivíduos intervenientes, a localização no país - Norte, Centro ou Sul -, entre outros. Desta forma, o caso de estudo do trabalho aqui apresentado trata-se da operação SAAL no bairro do Casal das Figueiras, localizado em Setúbal, iniciada no ano de 1975. Após a análise das diversas políticas de habitação social existentes em Portugal, do desenvolvimento do Processo SAAL e do ambiente político vivido na altura, torna-se mais fácil enquadrar a operação referida e avaliar os seus resultados, relativos tanto à população da altura, como aos actuais moradores daquele bairro. A compreensão das alterações vivenciais, o estado e a inserção do bairro na cidade são alguns dos temas que interessam estudar e analisar no bairro do Casal das Figueiras.

Palavras-chave

Habitação social / SAAL / Democracia popular e participativa / Movimentos sociais / Qualidade residencial

ABSTRACT

The housing issue is and always will be a recurring theme, both in society, as in architecture. Housing is the main object of study architecture, it is the core of family life and the primary condition for a balanced social development. Therefore, the residential quality is considered an extremely important factor for the state of society, since it directly influences People and their behavior.

Thus, the issue of social housing is a very delicate issue, since it is the main support provided to families with few resources to become self-sufficient. It is also a main topic of different theories and practices to provide housing that are affordable, and at the same time is an effective and dignified manner to any person who lives on it. Among the various policies of social housing adopted in Portugal, SAAL presents itself as one of the most interesting experiences. Being fairly unique, SAAL implies the involvement and commitment of the inhabitants in its development, which relies on the cooperation and willingness of several technicians around the country.

However, the amount and diversity of information to be collected from the SAAL difficult the study and understanding of the process as a whole, making it almost impossible to criticize or comment it through generalizations. Thus, the adopted form of study is by direct observation of a specific operation, knowing the context in which they operate, the issues throughout the process, individuals involved and relative location – North, Central or South of Portugal – among others. So, we decided to choose one neighborhood to study, Casal das Figueiras, located in Setúbal and begun at 1975. The understanding of the changes, the estate and insertion of the neighborhood in the city are some of the topics of interest in studying and analyzing this neighborhood.

Key-words

Social housing / SAAL / Popular and participatory democracy / Social Movements / Residential quality

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Jorge Gonçalves, pela ajuda, pela disponibilidade e pelo apoio incansável ao longo das diversas fases desta dissertação.

Ao Sr. Carlos Jesus pela sua amabilidade, ajuda, atenção e paciência, em tantas idas à Associação e em tanto material oferecido que muito ajudou na elaboração desta dissertação. Também aos restantes moradores do bairro do Casal das Figueiras, pela colaboração e pelo tempo dispensado.

À Margarida pela ajuda e companhia em várias fases ao longo da elaboração deste trabalho.

Aos meus amigos por me acompanharem durante estes anos, pela partilha dos bons e maus momentos e, especialmente, ao Pedro pelo apoio e motivação constantes.

À minha família, aos meus irmãos e em particular aos meus Pais, por tudo o que me proporcionaram ao longo destes anos.

ÍNDICE GERAL

| | | |
|-------|---|-----|
| 1. | INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 1.1 | MOTIVAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO..... | 14 |
| 1.2 | OBJECTIVOS..... | 16 |
| 1.3 | METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO..... | 17 |
| 1.3.1 | FASES DE DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO | 17 |
| 1.3.2 | RESTRICÇÕES DE PESQUISA..... | 18 |
| 1.4 | ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO..... | 19 |
| 2. | POLÍTICAS DE HABITAÇÃO SOCIAL EM PORTUGAL | 21 |
| 2.1 | ENQUADRAMENTO | 22 |
| 2.2 | DOS PÁTIOS E ILHAS ÀS VILAS E BARRACAS | 25 |
| 2.3 | POLÍTICAS DE HABITAÇÃO ATÉ 1974 | 27 |
| 2.4 | POLÍTICAS DE HABITAÇÃO DEPOIS DE 1974..... | 34 |
| 3. | SERVIÇO DE APOIO AMBULATORIO LOCAL: UMA POLÍTICA DE VANGUARDA | 54 |
| 3.1 | O CONTEXTO POLÍTICO DAS OPERAÇÕES SAAL..... | 55 |
| 3.2 | A CRIAÇÃO DE UM NOVO PROCESSO | 59 |
| 3.2.1 | A GÉNESE DO SAAL..... | 59 |
| 3.2.2 | OBJECTIVOS E PROGRAMA | 61 |
| 3.3 | AS OPERAÇÕES SAAL | 63 |
| 3.3.1 | ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS OPERAÇÕES..... | 63 |
| 3.3.2 | ACTORES CENTRAIS DO PROGRAMA: MOTIVAÇÕES E EXPECTATIVAS | 65 |
| 3.3.3 | EXISTE UMA ARQUITECTURA DA REVOLUÇÃO E DO SAAL?..... | 67 |
| 3.3.4 | MATERIALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES..... | 71 |
| 3.4 | EXTINÇÃO DO SAAL | 83 |
| 3.5 | DEZ IDEIAS-CHAVE | 89 |
| 4. | O BAIRRO DO CASAL DAS FIGUEIRAS – NARRATIVA DE UMA OPERAÇÃO SAAL..... | 92 |
| 4.1 | ASPECTOS DE DETALHE METODOLÓGICO | 94 |
| 4.2 | A CIDADE DE SETÚBAL – CONTEXTUALIZAÇÃO | 95 |
| 4.4 | CASAL DAS FIGUEIRAS | 102 |
| 4.4.1 | O ANTIGO BAIRRO..... | 102 |

| | |
|---|-----|
| 4.4.2 AS OPERAÇÕES SAAL NO CASAL DAS FIGUEIRAS..... | 104 |
| 4.4.3 UM PERCURSO DIFÍCIL..... | 110 |
| 4.4.4 FINALMENTE, CASAS!..... | 112 |
| 4.4.5 O PRESENTE...E UM FUTURO?..... | 114 |
| 4.4.6 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE RESIDENCIAL..... | 116 |
| | |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 121 |
| 5.1 PROPOSTA DE AVALIAÇÃO | 122 |
| 5.2 CONCLUSÃO..... | 124 |
| | |
| 6. BIBLIOGRAFIA..... | 126 |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Fig. 1: Ilha no Bairro do Herculano, Porto | 25 |
| Fig. 2: Ilha perto da Rua da Constituição, Porto | 25 |
| Fig. 3: Vila Berta, Graça - Lisboa..... | 26 |
| Fig. 4: Vila Nunes, Lisboa..... | 26 |
| Fig. 5: Ramalde, Porto..... | 27 |
| Fig. 6: Bairro das Minhocas | 27 |
| Fig. 7: Bairro de Alvalade, Lisboa | 28 |
| Fig. 8: Bairro de Madredeus, Lisboa | 28 |
| Fig. 9: Bairro do Casalinho da ajuda | 29 |
| Fig. 10: Olivais Norte, Lisboa | 29 |
| Fig. 11: Plano Integrado de Almada | 30 |
| Fig. 12: Bairro da Bouça, Porto..... | 34 |
| Fig. 13: Prémio RECREIA 2000 (antes da intervenção) | 35 |
| Fig. 14: 1º Prémio RECREIA 2000 (depois da intervenção)..... | 36 |
| Fig. 15: Conjunto habitacional do Outeiro | 36 |
| Fig. 16: Quinta do Cabrinha, Lisboa | 37 |
| Fig. 17: EPUL Jovem – encosta de Telheiras..... | 38 |
| Fig. 18: Bairro do Icesa | 39 |
| Fig. 19: Bairro do Vale da Amoreira, Moita | 41 |
| Fig. 20: Cartazes do pós-25 de Abril, alusivos à aliança entre o povo e o Movimento das Forças Armadas | 55 |
| Fig. 21: Cartazes reivindicativos do SAAL | 59 |
| Fig. 22: Operação SAAL da Lapa, Porto | 63 |
| Fig. 23: Operação SAAL de Francos, Porto | 63 |
| Fig. 24: Meia Praia, Lagos – antes da operação SAAL | 63 |
| Fig. 25: Fotografias da manifestação “Casas sim, barracas não!” | 65 |
| Fig. 26: Mapa de Setúbal com localização dos bairros SAAL..... | 71 |
| Fig. 27: Mapa parcial de Setúbal, com localização do bairro do Forte Velho..... | 72 |
| Fig. 28: Desenho do plano urbano do bairro do Forte Velho..... | 72 |
| Fig. 29: Desenho em perspectiva de parte do bairro do Forte Velho..... | 72 |
| Fig. 30: Fotografias recentes do bairro do Forte Velho..... | 73 |
| Fig. 31: Mapa parcial de Setúbal, localização do bairro dos Pinheirinhos | 74 |
| Fig. 32: Desenho do plano urbano do bairro dos Pinheirinhos | 74 |
| Fig. 33: Fotografia do bairro dos Pinheirinhos em construção..... | 74 |
| Fig. 34 e 32 Plantas e alçado dos módulos para os Pinheirinhos | 74 |
| Fig. 35: Fotografias recentes do bairro dos Pinheirinhos | 75 |
| Fig. 36: Mapa parcial de Setúbal, localização do bairro da Liberdade..... | 76 |
| Fig. 37: Maqueta do plano geral do bairro da Liberdade | 76 |
| Fig. 38: Maqueta do plano geral do bairro da Liberdade | 76 |

| | |
|--|-----|
| Fig. 39: Desenho dos módulos habitacionais do bairro da Liberdade | 76 |
| Fig. 40: Fotografias recentes do Bairro da Liberdade..... | 77 |
| Fig. 41: Mapa parcial de Setúbal, localização do bairro da Terroa de Baixo..... | 78 |
| Fig. 42: Desenho do plano geral do bairro da Terroa de Baixo | 78 |
| Fig. 43: Plantas e alçados das habitações de Terroa de Baixo..... | 78 |
| Fig. 44: Fotografia da construção do bairro da Terroa de Baixo | 78 |
| Fig. 45: Fotografias recentes do bairro da Terroa de Baixo..... | 79 |
| Fig. 46: Mapa das Operações SAAL em Dezembro de 1975 (por concelho)..... | 82 |
| Fig. 47: Cartaz reivindicativo contra a extinção do SAAL | 83 |
| Fig. 48: Localização do distrito Setúbal em Portugal..... | 95 |
| Fig. 49: Imagem aérea da cidade de Setúbal..... | 95 |
| Fig. 50: Municípios do distrito de Setúbal | 95 |
| Fig. 51: Brasão da cidade de Setúbal | 95 |
| Fig. 52: Distribuição espacial tipo “casa térrea” dos novos bairros em Setúbal (1910-1920) | 97 |
| Fig. 53: Doca de pesca de Setúbal..... | 99 |
| Fig. 54: Casal das Figueiras antes das operações SAAL | 102 |
| Fig. 55: Mulheres trabalhando na indústria conserveira | 103 |
| Fig. 56: Maqueta desmontável de um dos fogos tipo..... | 107 |
| Fig. 57: Desenhos do plano de conjunto do bairro | 107 |
| Fig. 58: Vista parcial da maqueta de conjunto da primeira fase | 108 |
| Fig. 60: Casal das Figueiras..... | 108 |
| Fig. 59: Vista para o bairro no topo da serra da Arrábida..... | 108 |
| Fig. 61: Bloco habitacional do bairro do Casal das Figueiras..... | 109 |
| Fig. 62: Habitações do bairro em construção..... | 109 |
| Fig. 63: Varandas blocos com entrada para a sala de um T3..... | 109 |
| Fig. 64: Escadaria entre blocos em obra | 109 |
| Fig. 65: Blocos já construídos e pintados, mas com arruamentos e pátios por completar..... | 109 |
| Fig. 66: O Diário/vida local, 22 Dez. 1978 | 110 |
| Fig. 67: Sem título, 1978..... | 110 |
| Fig. 68: Diário Popular, 28 Nov.1978 | 110 |
| Fig. 69: Jornal Actual, 27 Nov. 1987..... | 111 |
| Fig. 70: Cerimónia de entrega das chaves das casas aos moradores | 112 |
| Fig. 71: Pessoas reunidas à porta do casarão na cerimónia da entrega de chaves | 112 |
| Fig. 72: Convite da AMCF para entrega de chaves da primeira fase | 112 |
| Fig. 73: Reunião na sede da AMCF | 112 |
| Fig. 74: Imagens do bairro já construído em finais de 80 | 113 |
| Fig. 75: Imagem d’ “O Moinho” | 113 |
| Fig. 76: Imagens do antigo Casarão..... | 113 |
| Fig. 77: Fotografias do bairro, do 2º andar de um T3 | 114 |
| Fig. 78: Alteração feita nas janelas | 115 |
| Fig. 79: Semelhança das casas, mesmo após intervenção | 115 |

| | |
|--|-----|
| Fig. 80: Casa sem alterações, do projecto original | 115 |
| Fig. 81: Galerias de segundo piso dos blocos habitacionais..... | 117 |
| Fig. 82: Escadarias entre blocos | 118 |
| Fig. 83: Passagem para a galeria (esquerda) e escadaria (direita) que atravessa o bloco permite acesso de um lado ao outro | 118 |
| Fig. 84: Fachada de moradias; muretes reconstruídos | 118 |
| Fig. 85: Vista para Sul de uma habitação..... | 118 |
| Fig. 86: Cartaz actual anunciado próxima intervenção de requalificação paisagística do moinho da ludoteca | 119 |
| Fig. 87: Centro de convívio “Casarão” | 119 |
| Fig. 88: Vista para a serra da Arrábida - Moinho..... | 119 |

ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1: síntese das políticas de habitação até 1974..... | 33 |
| Tabela 2: Dados acerca dos pedidos de intervenção SAAL de 1974 a 1976..... | 68 |
| Tabela 3: Número de habitantes na cidade de Setúbal nas décadas de 50 a 70 | 96 |
| Tabela 4: Operações SAAL e seu estado em Setúbal a 30 de Dezembro de 1975..... | 99 |
| Tabela 5: Número de habitantes do bairro do Casal das Figueiras, consoante idade e sexo de cada habitante..... | 104 |
| Tabela 6: Levantamento acerca de tipologias de habitação existentes no bairro do Casal das Figueiras em 1974 | 105 |
| Tabela 7: relação de pessoas por família e número de famílias no bairro do Casal das Figueiras em 1974 | 105 |
| Tabela 8: Datas de entregas das casas construídas no Casal das Figueiras | 112 |
| Tabela 9: Tabela de análise e avaliação de qualidade residencial..... | 117 |
| Tabela 10: Quadro de valores por nível de avaliação de critério | 122 |
| Tabela 11: Grelha de avaliação de qualidade residencial..... | 123 |

LISTA DE ABREVIATURAS

A

AMFC – Associação de Moradores do Casal das Figueiras

B

BEI – Banco Europeu de Investimentos

C

CHE – Cooperativa de Habitação Económica

CML – Câmara Municipal de Lisboa

CMS – Câmara Municipal de Setúbal

D

DGSU – Direcção Geral dos Serviços de Urbanização

E

EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa

F

FFH – Fundo de Fomento de Habitação

FMI – Fundo Monetário Internacional

G

GAL - Grupos de Acção Local

GPS – Gabinete de Planeamento de Setúbal

I

IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

IORU – Programa de Intervenção Operacional / Renovação Urbana

IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social

INH – Instituto Nacional de Habitação

M

MAI – Ministério da Administração Interna

MFA – Movimento de Forças Armadas

MHUC – Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção

N

NRAU - Novo Regime de Arrendamento Urbano

P

PLH - Programas Locais de Habitação

PRID – Programa de Recuperação de Imóveis Degradados

PROHABITA - Programa de Financiamento para Acesso à Habitação

PROQUAL - Programa Integrado de Qualificação das Áreas Urbanas da Área Metropolitana de Lisboa
PRU – Programa de Reabilitação Urbana

R

RECRIPH - Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal

S

SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local

SEHU – Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo

SNAC - Secretariado Nacional das Associações e Cooperativas de Habitação do SAAL

1. INTRODUÇÃO

1.1 MOTIVAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO

A motivação para a escolha do tema da dissertação partiu do interesse em aprofundar o estudo sobre a habitação social, na óptica da vivência dos moradores ou do utilizador – sensação de exclusão ou inclusão social, adequação das habitações concedidas, adaptação ao meio urbano, sentido de pertença, entre outros. E sobre estas matérias há que considerar que, tal como refere Teotónio Pereira, *«há poucas décadas atrás praticava-se na habitação social uma arquitectura de ponta, que enfrentava os problemas com soluções inovadoras... pode, aliás, dizer-se que, face à dificuldade de soluções inovadoras ao nível das tipologias habitacionais, é na inserção no território, na capacidade de fazer cidade, que se coloca o grande desafio. A habitação social não pode mais traduzir-se em conjuntos habitacionais segregados, colocando um rótulo nos seus moradores, mas ser ao contrário um instrumento de igualdade de direitos de cidadania»* (in Coelho, 2006). Por isto, importa estudar as várias soluções utilizadas na habitação social portuguesa e estudar os bons exemplos de arquitectura, de inserção no território urbano e de adaptação social.

Dentro do vasto leque de possibilidades e diversidade de políticas de habitação social existentes no nosso país, o processo do Serviço de Apoio Ambulatório Local, lançado em 1974, surge como um dos mais interessantes e marcantes na história da arquitectura social portuguesa, tanto pela sua génese como pelo contexto que o “provocam”. Nascido num contexto político-social de fim da ditadura, ambiente de revolução e de reivindicação e grandes transformações socioculturais, o SAAL apresenta características muito particulares: o direito à habitação digna e ao local onde estavam anteriormente instaladas as barracas – em vez de serem escurraçadas para as periferias das cidades; a auto-construção e auto-solução presente em vários dos casos, em que os moradores participavam activamente na construção das suas habitações; a presença dos técnicos no local de trabalho e o contacto directo com os moradores; a ajuda do Estado e a flexibilidade nas imensas burocracias para expropriações de terreno, autorizações de construção, empréstimo de dinheiro, etc.

Foi um processo polémico que durou pouco tempo. Também a sua extinção levantou muitas questões, muitas pessoas que a defendiam e outras que a contestavam: ou o povo estava a ganhar força demais, ou estava a perder as condições de acesso a uma vida mais digna e de igualdade de direitos a todos os cidadãos.

Como foi referido anteriormente, as operações SAAL despoletaram a criação de diversas soluções tipológicas, em diversos contextos diferentes, o que torna a sua análise global em termos de resultados - de sucesso ou fracasso - bastante mais complicada. Vários factores entram em jogo: o tipo de população, a sua localização, as condições morfológicas, a dimensão do projecto, o valor necessário para investimento, etc.: *«Nesta ordem de questões não há por certo que esperar estudos globais, mas antes “histórias” de casos que se presumam exemplares ou indicativos de tendências, das quais se possam tirar ilações que corrijam ou substituam os sistemas consagrados.»* (Portas, 1979). Por isto, é necessário escolher um caso de estudo e, através da sua história, tentar extrair os exemplos ou as tendências mais significativas de todo este processo.

De entre os vários projectos iniciados com o apoio do SAAL, um dos conjuntos que se destaca pela sua dimensão e pelo interesse arquitectónico - como foi referido por alguns arquitectos, tais como Nuno Portas - é o bairro do Casal das Figueiras, em Setúbal, projectado pelo Arquitecto Gonçalo Byrne. Também despertou interesse por ser um bairro que frequentei na minha infância, que eu conhecia e onde moravam colegas meus da escola Secundária 2, 3 Lima de Freitas, antiga escola do Viso. Surge aqui uma oportunidade de estudar e conhecer este bairro por um prisma diferente, associado à minha formação académica.

1.2 OBJECTIVOS

O principal objectivo desta dissertação passa por compreender a importância e o impacto do SAAL na história de Portugal, tanto a nível político, como sociocultural, urbano e arquitectónico, através do estudo global do processo e também do estudo pormenorizado de uma das operações realizadas no núcleo SAAL/Centro Sul. Assim, pretende-se:

- Utilizar o projecto SAAL como um ponto de partida para a análise de problemáticas comuns decorrentes do envolvimento do utilizador no processo de construção e/ou elaboração de um projecto, tanto ontem como hoje, que abrangem invariavelmente questões mais latas como o populismo, autoria partilhada, pressões governamentais, instrumentalização da cultura;
- Apurar se os objectivos deste processo foram atingidos em termos de satisfação pessoal dos habitantes, do real confronto entre técnicos e habitantes na escolha das soluções desenvolvidas e na concretização efectiva de espaços habitacionais que suprimissem a problemática dos bairros de lata – sendo que este trabalho não pode ser realizado relativamente à globalidade do processo, incidimos esta parte do estudo no bairro escolhido;
- Identificar um conjunto alargado de considerações, desde a arquitectura ao urbanismo, do caso de estudo escolhido, de modo a conseguir enquadrá-lo nos dias de hoje e avaliar os seus resultados ao longo do tempo; ponderar quais as possibilidades de futuro daquele local;
- Propor uma “grelha de avaliação” que nos permita, mais facilmente, observar um conjunto de temas relativos aos bairros SAAL para poder concluir o estado do bairro, o possível desenvolvimento do panorama e se deve ser feita algum tipo de intervenção.

1.3 METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

1.3.1 FASES DE DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO

Por se tratar de um assunto tão vasto, de grande dimensão e diversidade de soluções, optou-se por realizar um estudo mais aprofundado dentro do Processo SAAL, direccionado para a narrativa da história de um dos casos do mesmo, ao invés de um estudo global e mais generalizado.

O presente trabalho foi, então, realizado através de um estudo desenvolvido a partir de quatro tarefas diferentes:

1) Pesquisa bibliográfica – Recolha de conteúdos teóricos

Numa primeira fase, procedeu-se a uma pesquisa de conteúdos que proporcionassem uma familiarização com as políticas habitacionais existentes em Portugal, permitindo uma visão relativamente abrangente do tema. De seguida, foi realizada uma recolha de dados e conteúdos bastante mais extensiva sobre o programa do SAAL. Nesta pesquisa, houve uma maior preocupação em compreender o contexto sociocultural e ambiente político vividos na altura, em obter dados mais concretos sobre as operações, em compreender as diversas facetas e opiniões sobre toda a polémica que envolve este processo.

2) Visita ao local: observação e análise

Após a obtenção de alguma informação sobre o bairro do Casal das Figueiras, tornou-se essencial um conhecimento mais aprofundado do mesmo, de modo que se procedeu a várias visitas ao local, para observar e analisar o ambiente, a concepção, o estado das habitações, etc. Através destas visitas, e depois de contactar com a Câmara Municipal de Setúbal, foi possível ter acesso a documentação diversa e detalhada sobre todo o processo SAAL do Casal das Figueiras.

3) Inquirição a alguns actores do processo

Devido à génese do Programa em estudo, seria crucial contactar com alguns dos actores do mesmo para poder recolher informações mais detalhadas, experiências vividas relatando o que de facto aconteceu, opiniões pessoais sobre como tudo se desenrolou. Os principais actores deste programa são os moradores dos bairros SAAL e foi precisamente com estes que foram travadas algumas conversas e realizadas algumas perguntas pertinentes para o conteúdo do presente trabalho. Também foi possível comunicar com algumas pessoas da Associação de Moradores,

grande interveniente em toda a operação, principalmente com o Presidente da mesma, que o é desde que a Associação foi formada em 1975.

4) Tratamento de documentação específica do caso de estudo

A documentação recolhida na Associação do Casal das Figueiras encontrava-se em estado bruto e bastante minuciosa - actas da Associação, várias notícias relacionadas com o bairro, documentação oficial trocada com a Câmara, fotografias que relatam os momentos mais importantes vividos naquele sítio, desenhos dos planos de urbanização e das habitações, desenhos de pormenor, entre outros. Teve, então, de ser feita uma selecção da informação mais relevante e adaptá-la ao trabalho presente. Alguns dos conteúdos desta pesquisa servem, ainda, para complementar e ilustrar o trabalho e são apresentados em anexo.

1.3.2 RESTRIÇÕES DE PESQUISA

Ainda no âmbito da Metodologia de Investigação, considerou-se oportuno o esclarecimento de algumas questões específicas do desenvolvimento do trabalho. Os elementos gráficos elaborados na análise do caso de estudo resultam de uma leitura subjectiva dos dados recolhidos e dos elementos bibliográficos consultados, pelo que poderão suscitar diferentes interpretações por parte de quem ler este trabalho. Refira-se, ainda, que não são apresentados todos os desenhos rigorosos das habitações, sendo que pode ser realizado um trabalho ainda mais completo e pormenorizado das mesmas, mas que neste caso não seria adequado.

Os dados recolhidos e desenvolvidos no capítulo 4 desta dissertação resultam de uma visão relativamente parcial desse contexto, formada em grande parte pela interpretação das entrevistas realizadas e por documentação “oficiosa” pertencente à Associação de Moradores do Casal das Figueiras. Reconhece-se, portanto, a importância de se fundamentarem as considerações feitas com uma recolha mais rigorosa de informação, seja através da consulta de mais fontes literárias, seja através do contacto com mais entidades envolvidas, seja ainda com entrevistas a uma amostra mais significativa da população.

Relativamente aos critérios de avaliação sistematizados no final da dissertação, sublinha-se que resultam do âmbito específico da pesquisa empreendida no presente trabalho, podendo apresentar limitações ou imprecisões de conteúdo. Sugere-se o seu aprofundamento e rectificação em futuros trabalhos.

1.4 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação encontra-se organizada em quatro capítulos principais, ao longo dos quais se desenvolve o estudo sobre as operações SAAL, especificamente sobre um bairro em Setúbal, o Casal das Figueiras, que surge como uma das “histórias” que contam o modo como se desenrolou o processo e que nos permite avaliar o seu impacto, pelo menos nesta cidade.

Num primeiro capítulo é realizada um enquadramento do tema – a problemática da habitação, mais especificamente da habitação social – e a descrição do estado de arte; são referidas as principais características das diversas políticas de habitação social que existiram e existem ainda em Portugal, divididas em dois momentos: um primeiro desde o início da concepção de modelos de habitação social, até à data da Revolução de 1974, quando surge o SAAL, e um segundo período que começa com o SAAL e termina nas políticas em vigor nos nossos dias.

No capítulo seguinte, é reconstruída a história do processo SAAL, de maneira a que se possa compreendê-lo de uma forma clara e sucinta. É apresentado o contexto em que nasce, a sua génese e os principais objectivos do programa, a organização e funcionamento e, claro, quais os principais actores deste programa, as suas motivações e expectativas. Por último, como não podia deixar de ser, são relatadas algumas das imensas operações realizadas por todo o país. Foram, então, escolhidas as operações SAAL realizadas na cidade de Setúbal já pensando numa contextualização para o caso de estudo escolhido, realizado também em Setúbal. Daqui podemos facilmente comprovar a subjectividade de todo o processo, que se afirma e desenrola de maneiras tão diferentes de bairro para bairro. Por último, é descrito o momento de extinção do processo – um momento deveras marcante e polémico em toda a história da revolução – e compiladas dez ideias-chave que nos ajudam a compreender a importância das operações SAAL.

Posteriormente, é apresentada e narrada toda a história do caso de estudo, o bairro do Casal das Figueiras: desde uma pequena contextualização sobre a história da cidade de Setúbal e do início dos bairros de lata, passando pelo desenvolvimento do processo SAAL em Setúbal, em linhas gerais e fazendo referência às operações anteriormente discriminadas, até à descrição específica do decorrer das operações no Casal das Figueiras. Recorrendo às ditas actas, às entrevistas, a dados recolhidos em 1976 no Livro Branco do SAAL e a vários tipos de

documentação, foi possível narrar a história da construção e desenvolvimento do bairro até aos nossos dias. Analisar o estado em que está, o impacto que teve nos moradores, as transformações que provocou naquelas pessoas e cogitar sobre possíveis previsões para um futuro próximo.

Por último, são realizadas propostas finais, relacionadas com o desenvolver da tese e resultantes de algumas conclusões retiradas do trabalho. São também referidos aspectos que se considera poderem ter ficado explorados de forma incipiente e a respectiva justificação.

2. POLÍTICAS DE HABITAÇÃO SOCIAL EM PORTUGAL

2.1 ENQUADRAMENTO

“A substância dos hábitos constitui a habitação. E a habitação é a função que propicia e decanta a Architectura. (...) A habitação é, assim, o propósito da Architectura: a sua tese.” (Joaquim Arnau)

Nos tempos que correm, a habitação é, talvez, o maior problema da sociedade. Assumindo-se como uma questão básica, muito se pode concluir pela forma como cada país encara este problema e pela metodologia utilizada na sua resolução. É reconhecido por todos o bem essencial da habitação, sendo certo que uma sociedade que não consiga assegurar o acesso a este direito fundamental, não é capaz de garantir a satisfação das necessidades básicas dos seus cidadãos – desde a saúde, à educação, etc. A habitação é mais do que um bem, um serviço ou um património. Trata-se do núcleo central da vida familiar e da condição primária para um desenvolvimento social harmonioso de todos os indivíduos. Assim o diz António Baptista Coelho: *«Estou convencido que uma escola melhor desenhada leva a um melhor ensino, e uma casa e um escritório melhor desenhados resultam em pessoas mais felizes. Todos estaremos, porventura, de acordo que, se assim for, e considerando conjuntos habitacionais que são frequentemente dedicados a pessoas socialmente desfavorecidas, é mais provável que a promoção de habitação de interesse social, apoiada pelo Estado, possa e deva assumir um papel de relevo como ferramenta de apoio ao desenvolvimento pessoal e social destas pessoas e das respectivas vizinhanças e comunidades locais.»* (2006: p. 42)

As razões de fundo que conduziram à situação de crise da habitação em Portugal são essencialmente duas: o processo acelerado de concentração urbana em alguns pontos privilegiados do território nacional e as condições de produção da habitação existentes, conduzindo a um desfasamento permanente entre a oferta e as necessidades reais da população.

A concentração nas actividades nas áreas de Lisboa e Porto, áreas que se desenvolveram à custa da contínua drenagem de recursos das regiões periféricas do interior, consequência espacial do processo de crescimento capitalista, conduziu, como é conhecido, à expansão urbana acelerada daquelas áreas, ultrapassando largamente as capacidades de acolhimento das suas infra-estruturas, em contraste com o despovoamento das aldeias, vilas e pequenas cidades do interior e o abandono de milhares de casas. Como a habitação é um dos elementos essenciais de reprodução da força de trabalho, é portanto nas grandes cidades, e a partir de 1950,

período em que se assiste à aceleração do processo de industrialização em Portugal, que o “problema” da habitação se vai exacerbar. Perante as enormes carências que se vão acumulando, os preços sobem vertiginosamente e as condições para o grande negócio são mais que excelentes; cresce a especulação dos terrenos, surgem os grandes promotores imobiliários, as massivas operações especulativas, a euforia na bolsa... eis o quadro na véspera do 25 de Abril.

Contudo, a concentração urbana das décadas de 60 e 70 apenas contribuiu para agudizar a contradição, já de longa existência, entre os objectivos e características da indústria da construção na produção da habitação como um bem para ser vendido como máximo de lucro e as necessidades de alojamento por parte de uma população de que mais de 90% dificilmente a ele tem acesso.

Analisando o processo de produção e distribuição, verifica-se que nele se articulam fundamentalmente os seguintes elementos: os terrenos, a construção propriamente dita (tendo ainda a montante a produção de materiais e projectos), os promotores e outros intermediários e o Estado, este último com a função de manter os equilíbrios e estabelecer uma estratégia mais favorável à reprodução do sistema. Algumas das principais características destes elementos no processo de produção são as seguintes:

Terrenos – sem terrenos não há construção, por isso estes assumem um papel de relevo nos preços e na especulação, reforçada pela penúria de habitação ou pela localização privilegiada em relação a certas zonas ou equipamentos.

Construção – A procura dirigida ao sector da construção depende em grande parte do grau de desenvolvimento da economia e da conjuntura económica – o melhor clima para a venda de propriedades é um período de crescimento económico associado ao crescimento de rendimentos e de poupanças, segurança de emprego e uma inflação controlada, garantindo taxas de lucro elevadas e provocando uma aceleração nas operações a realizar. Tais operações são pouco propícias a uma organização industrial evoluída, contribuindo por isso para uma baixa produtividade, preços elevados e especulativos. Esta situação foi dominante na Europa nas três décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial mas não está presente na situação actual. Actualmente, Portugal atravessa uma fase de conjuntura negativa no sector de Construção e Obras Públicas, reflectido na produção dos seus dois segmentos de actividade: (i) na engenharia civil – o sector está a ser penalizado pela redução de investimento em infra-estruturas ditada pela necessidade de contenção do défice orçamental, e, ainda em maior

escala, (ii) na construção de edifícios – a maior parte dos quais destinados à habitação, passando esta por uma fase de correcção da oferta excedentária criada.

Intervenção do Estado – surge como regulador do sistema, que garante a sua continuidade, intervindo a diversos níveis segundo a estratégia da classe dominante, tentando ultrapassar as contradições surgidas entre os interesses da classe. Por um lado, visa evitar que a situação de penúria permanente de habitação possa conduzir à ruptura do próprio sistema (pondo em perigo a paz social ou a reprodução da força de trabalho) e, por outro lado, visa criar as condições de rentabilidade máxima do capital privado. A intervenção do Estado pode processar-se tanto sobre a oferta, como sobre a procura.¹

A habitação social é, assim, um tema que se encontra em constante mutação pois, para além de abranger uma diversidade de problemas, cobre também uma diversidade de respostas, cada uma delas adequada a cada caso, não existindo, por isso, uma fórmula ou projecto único. Existem, sim, premissas e prioridades gerais ou globais. O SAAL foi “apenas” uma das respostas encontradas para enfrentar a problemática desenhada logo na sequência da revolução de Abril.

Desde o final do século XIX até aos nossos dias, ou seja, desde a Monarquia, passando pelo Regime Republicano e pelo Estado Novo, até hoje têm sido tomadas diferentes medidas políticas públicas para solucionar os problemas do sector habitacional. Assim, e para melhor enquadrar o objecto de estudo da presente dissertação, segue-se uma breve apresentação das principais medidas implementadas ao longo deste período e suas características gerais. Esta apresentação será feita em duas partes: desde o início da história da habitação social até à altura da revolução do 25 de Abril, no ano de 1974, e depois desse mesmo ano até aos dias de hoje.

Acredita-se que será importante situar o SAAL no contexto mais vasto das políticas habitacionais que o antecederam e que posteriormente lhe sucederam, identificando uma herança que pode ter sido aproveitada ou delapidada.

¹ Baseado no *Diagnóstico de Dinâmicas e Carências Habitacionais*, (CET/ISCTE e IRIC/UP)

2.2 DOS PÁTIOS E ILHAS ÀS VILAS E BARRACAS



Fig. 1: Ilha no Bairro do Herculano, Porto

Fonte: theurbaneearth.wordpress.com,
(Janeiro de 2011)



Fig. 2: Ilha perto da Rua da Constituição, Porto

Fonte: theurbaneearth.wordpress.com,
(Janeiro de 2011)

Em 1890, plena crise económica, nota-se um indubitável acelerar da concentração do capital no último período da Monarquia Liberal. Este processo seria inevitavelmente acompanhado pelo recrudescer da luta de classes: o proletariado nascente demarca-se progressivamente em relação à burguesia e, no seio desta, desenvolvem-se interesses contraditórios.

O clima da instabilidade social, constantemente agravado pelo processo de concentração urbana, veio criar condições para a burguesia portuguesa se preocupar com o “problema” da habitação, onde assume papel relevante o tema da “salubridade” das cidades ou, mais particularmente, de Lisboa e do Porto. As condições de alojamento oferecidas aos camponeses atraídos a estes centros eram de tal forma deficientes que desde cedo os bairros dos operários se tornaram focos epidémicos, cuja existência ameaçava a saúde ou mesmo a vida das classes que, vivendo à custa do trabalho do proletariado, podiam habitar os bairros salubres.

No Porto, onde a indústria chegou mais cedo do que a Lisboa, as condições de alojamento da classe trabalhadora são extremamente precárias. No final do século XIX, cerca de 120 000 habitantes – quase metade da população da cidade – amontoam-se nas célebres “ilhas”, descritas por Ricardo Jorge do seguinte modo: *«Esta criação caseira do proprietário indígena prosperou e multiplicou; não melhorou por certo de construção nem de aluguer mas piorou a acumulação porque há as que albergam dezenas de famílias. São renques de cubículos, às vezes sobrepostos em andar (...). Este âmbito, onde se empilham camadas de gente é por via de regra um antro de imundice; e as casinhas, em certas ilhas desassoalhadas e miseráveis, pouco acima estão da toca lóbrega do troglodita.»* (Pereira, 1971; p.39)

Depois dos estudos precursores de Ricardo Jorge sobre o saneamento da cidade do Porto, chegaria a oportunidade do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria proceder a um inquérito aos **pátios de Lisboa**, corriam os anos de 1902 e 1905.

No caso da capital, o peso relativo do proletariado era, no começo do século XX, inferior ao verificado no Porto. Daí que o referido inquérito apenas tenha detectado a existência de 221 pátios, 161 dos quais se apresentavam em más condições. Nestes últimos viviam 7500 pessoas, distribuídas por 1928 “habitações” (Ribeiro, 1978). Os pátios eram, geralmente *«(...) recintos muito irregulares, onde se aglomeram vários*



Fig. 4: Vila Nunes, Lisboa

Fonte: mariomarzagaoalfacinha.blogspot.com, (Janeiro de 2011)



Fig. 3: Vila Berta, Graça - Lisboa

Fonte: mariomarzagaoalfacinha.blogspot.com, (Janeiro de 2011)

moradores em pequenas habitações de construção defeituosa e muito limitada capacidade, húmidas por se encostarem ao terreno, ou terem lojas subterrâneas. Enfim, em deploráveis condições de salubridade, mas que, pela falta que se nota em Lisboa de casas convenientes para operários e classes pobres e indigentes, a esses imundos recintos não lhes falta moradores e os senhorios assim folgavam desalmadamente, com a procura certa que lhe é rendosa, sem terem as exigências de uma conveniente transformação, que bem deveria ser imposta legalmente para corrigir esse abuso de usufruir de rendimentos por tais espeluncas (...).²

O negócio dos pátios seria, no entanto, bem depressa suplantado pelo das “vilas”, habitações colectivas erguidas na capital a partir dos fins do século XIX e cuja construção seria formalmente proibida em 1930. «Numa época em que já se faziam sentir os efeitos da concentração da mão-de-obra industrial na cidade de Lisboa e em que a técnica não encorajava a construção em altura, os proprietários fundiários, tantas vezes associados a empresários fabris, encontraram nas “vilas” uma forma expedita de alojarem economicamente os trabalhadores rurais que buscavam uma ocupação na cidade: no interior de um quarteirão abriam uma rua particular e transformavam em logradouro comum de dois renques de casas, geralmente de um único piso.»

Apenas anos mais tarde se começa a ouvir falar de ajudas aos moradores pobres ou mesmo à criação de habitações para esta classe. Em 25 de Abril de 1918 é publicado o Decreto nº. 4137, diploma que se propõe a promover a construção de «casas destinadas ao alojamento das classes menos abastadas». Este decreto é bastante minucioso e admite a existência de quatro classes de casas económicas e pormenoriza as regras de projecto a que deverá obedecer o desenho dos bairros a construir. Em princípio, e para além das empresas privadas, tais casas seriam construídas pelas câmaras municipais e pelas instituições de previdência, mas ponderava-se que quando circunstâncias especiais e urgentes assim o aconselhavam, o próprio Estado poderia intervir directamente nesta matéria. No entanto, os bairros de casas económicas apenas seriam construídos bastante mais tarde (1933) e pelo Estado, assim se demonstrando o nulo interesse da iniciativa privada em participar em empreendimento onde lhe estivesse vedada a obtenção dos lucros a que estava habituada.

² MONTENEGRO, Augusto (1903 e 1905), *Inquérito aos Pátios de Lisboa*

2.3 POLÍTICAS DE HABITAÇÃO ATÉ 1974³



Fig. 5: Ramalde, Porto

Fonte: infohabitar.blogspot.com, (Jan. 2011)

i) Programa de Casas Económicas – 1933

Em 1933, o governo criou o programa de Habitação das Casas Económicas, onde definiu os princípios fundamentais da sua intervenção na promoção de habitação social, tentando, a partir daqui, resolver os problemas de habitação das classes trabalhadoras.

O decreto definiu os destinatários das casas e agrupou-os em duas categorias diferentes: os empregados, operários ou outros assalariados que pertenciam aos sindicatos nacionais; e os funcionários de Estado, civis e militares das corporações administrativas.

Relativamente à localização dos bairros, os locais escolhidos eram saudáveis, arejados e higiénicos, ajustando-se às possibilidades de expropriação e ocupando áreas previstas nos planos de urbanização em curso. Inicialmente, localizavam-se nos limites da cidade, embora ainda dentro da sua área administrativa, a Oeste e a Leste do centro urbano, em espaços segregados mas tendo a preocupação de se situarem próximo dos locais de trabalho ou existirem acesso a meios de transporte (Decreto-Lei n.º 23052).



Fig. 6: Bairro das Minhocas

Fonte: ressio.blogspot.com, (Janeiro de 2011)

ii) Programa Casas Desmontáveis – 1938

Após a experiência do programa de casas económicas, e passados cinco anos, o governo afirmou que *“a casa económica portuguesa constitui um excelente instrumento de defesa da instituição familiar e de conservação da ordem social existente”* (Decreto-Lei nº 28 912). Contudo, também reconheceu que muitos indivíduos da classe trabalhadora ficaram fora do programa, pois não satisfiziam as condições impostas: todos os empregados, operários e outros assalariados tinham de estar inscritos nos sindicatos. Na tentativa de resolver este problema, foi criado o programa de Casas Desmontáveis em 1938.

O programa de casas desmontáveis foi a solução mais barata e quase definitiva para alojar a população mais carenciada sem acesso ao programa das casas económicas, isto porque o tamanho, a qualidade e a renda destas casas foram bastante inferiores às das casas económicas. A entrega das casas desmontáveis aos indivíduos carenciados obedeceu a várias condições, sendo uma delas a autorização da Câmara Municipal de

³ Esta sistematização adopta os critérios de SOEIRO, V. (2008) e BAPTISTA, L. (1999)

Lisboa (CML), mediante uma licença passada pela mesma. Apesar da possibilidade de acesso a estas casas por parte das famílias de classe trabalhadora, existia um grande inconveniente neste programa: o afastamento entre o local das habitações e o local do trabalho.

No entanto, o programa de casas desmontáveis não constituiu a solução esperada para os problemas de habitação na cidade de Lisboa, tendo-se antes transformado num fardo. As infra-estruturas e os equipamentos construídos para o programa revelaram-se inúteis no futuro desenvolvimento da cidade, chegando até, em algumas situações, a comprometer alguns planos urbanísticos de Lisboa. Assim sendo, os problemas sociais que originaram contribuíram para o descrédito deste programa (Decreto-Lei n.º 28912).



Fig. 7: Bairro de Alvalade, Lisboa
Fonte: aen.com.sapo.pt, (Janeiro de 2011)

iii) Programa Casas de Rendas Económicas - 1945

Por volta de 1945, foi criado o programa de casas de renda económica que teve como destinatária a população carenciada que não conseguiu ter acesso às habitações do programa de casas económicas.

O programa foi criado com a expectativa de que, com rendas compatíveis com os rendimentos mensais do agregado familiar, se conseguiria resolver o problema de falta de habitação. Por exemplo, somente os agregados familiares que não tinham rendimentos superiores a seis vezes a respectiva renda, podiam arrendar uma casa de renda económica. No entanto, o sistema de acesso e de distribuição alterou-se ao longo do período em que durou este programa, com o intuito de o tornar mais flexível (Lei n.º 2007, de 7 de Maio de 1945).



Fig. 8: Bairro de Madredeus, Lisboa
Fonte: www.territorioscuola.com (Jan. 2011)

iv) Programa Casas para Alojamento de Famílias Pobres - 1945

Com o fim da II Guerra Mundial, que decorreu entre 1939 e 1945, os materiais, a energia e a mão-de-obra encareceram, factores que se reflectiram no custo das habitações e no valor das rendas, piorando a situação dos indivíduos carenciados. Após os problemas urbanísticos e sociais, anteriormente referidos, que o programa de casas desmontáveis introduziu, o Governo decidiu criar em 1945 este programa e aplicá-lo em todo o país, ao contrário do anteriormente referido que apenas existira em Lisboa.



Fig. 9: Bairro do Casalinho da ajuda

Fonte: projectomaiscasalinho.blogspot.com, (Janeiro de 2011)



Fig. 10: Olivais Norte, Lisboa (prémio Valmor)

Fonte: www.ext.lnec.pt, (Janeiro de 2011)

O programa destinava-se a agregados familiares que não conseguissem ter acesso ao programa de casas económicas, mas, mais uma vez, o que aconteceu na realidade foi que estes não dispunham de rendimentos suficientes que lhes permitissem aceder, também, a estas habitações. Uma das características do programa trazida já do programa de Casas Desmontáveis era a do arrendamento precário. Ou seja, haver a possibilidade do agregado familiar ser despejado sem qualquer tipo de compensação. (Decreto-Lei n.º 34486)

v) Plano de Construção de Habitações de Renda Acessível na Cidade de Lisboa - 1959

Na década de 50, a habitação ainda se encontrava em crise e é neste contexto que surge o Plano de Construção de Habitações de Renda Acessível na Cidade de Lisboa, onde se pretendeu regionalizar, sob a coordenação da Câmara Municipal de Lisboa (CML), a intervenção no domínio da habitação social.

A distribuição de habitação baseou-se no rendimento mensal dos agregados familiares e, uma vez que as rendas não podiam ultrapassar cinco vezes o rendimento do agregado, os custos da habitação foram previamente estabelecidos. A legislação permitia à CML criar um “serviço técnico de carácter eventual”, a partir do qual surgiu o Gabinete Técnico de Habitação (GTH) (Decreto-Lei n.º 42454).

A partir daqui, *“visa-se a construção em Lisboa de novas habitações para pessoas com fracos recursos, em resposta ao constante aumento da população. Adoptam-se medidas ao nível do Município de Lisboa para disponibilização de terrenos a ser distribuídos a instituições de previdência e de interesse público, Serviços Sociais das Forças Armadas e outras com fins essenciais, cooperativas de construção e indústria de construção civil. Observa-se o acréscimo de uma nova classe de habitação: HR (habitação de realojamento) com características de áreas bastante reduzidas.*

A descrição das categorias seria a seguinte:

- Categoria I, prevista para as famílias com condições mínimas de subsistência
- Categoria II, mínimo funcional capaz de resistir à evolução das necessidades
- Categoria III, correspondia ao limite superior das habitações sociais

- *Categoria IV, destinava-se a compensar os investimentos deficitários nas Categorias HR e I.* ” (Coelho, 2006: 72)

vi) Plano Intercalar de Fomento – 1965

Na década de 60, vários factores – grandes carências populacionais, diminuição do desenvolvimento industrial e forte procura de habitação – exerceram fortes pressões sobre o Regime em vigor, no sentido de desenvolver uma política mais produtiva. Então, pela primeira vez, o Estado incluiu a habitação no Plano Intercalar de Fomento. Com o Plano pretendia-se realizar empreendimentos prioritários de interesse social, coordenar a iniciativa privada no sentido de realmente satisfazer as carências habitacionais dos indivíduos de menores recursos e proporcionar alojamentos a todos os agregados familiares carenciados do país, integrados em conjuntos urbanísticos racionais e dotados dos necessários equipamentos colectivos.

O Plano Intercalar de Fomento de 1965 reflectiu uma visão crítica da política habitacional seguida anteriormente e denunciou os resultados da iniciativa privada, onde foram apontados três problemas fundamentais: exploração dos valores dos terrenos, construção de habitações luxuosas que esbanjavam os recursos criados para habitações de rendas moderadas, carência de equipamentos colectivos e raros progressos no que respeitava à indústria de construção, normalização de processos e materiais. (Lei n.º 2123)



Fig. 11: Plano Integrado de Almada
Fonte: www.jornaldaregiao.pt

vii) Planos Integrados – 1970

Foi criado, em Maio de 1969, o Fundo de Fomento de Habitação (FFH), que se propôs a resolver o problema habitacional, especialmente da população que não beneficiou dos planos de habitação da Federação de Caixa de Previdência ou quaisquer outras instituições semelhantes, não competindo deste modo com os organismos já existentes. Esta medida política habitacional englobou dois programas: os Planos Integrados e as Realizações Diversas. Os Planos Integrados de Almada, Setúbal e Zambujal inseriam-se nos programas de promoção directa do FFH e destinavam-se a intervenções urbanísticas, onde se projectasse a edificação de, pelo menos, 1 000 fogos localizados em áreas fortemente polarizadas. As Realizações Diversas, por sua vez, foram empreendimentos de pequena e média

dimensão, dispersos por todo o país. Nesta situação, a aquisição dos terrenos competia aos Municípios, que também se encarregavam da realização das infra-estruturas. Os projectos, os concursos e a fiscalização eram realizados pelo FFH, ou então sob a sua coordenação (Decreto-Lei n.º 49033).

Síntese

Para uma visão global e mais completa das medidas tomadas na área da habitação social, e para compreender a evolução do conceito deste tipo de habitação no país, foram construídos quadros que sistematizam as diversas medidas tomadas e permitem conhecer os objectivos de cada política, destinatários e principais características, entre outros.

| PERÍODOS | MEDIDAS POLÍTICAS | OBJECTIVOS | DESTINATÁRIOS | LOCAL | PROMOÇÃO/ GESTÃO/ FINANCIAMENTO | CARACTERÍSTICAS HABITACIONAIS |
|------------------------------------|--|--|--|-------------|--|--|
| Estado Novo - de 1933 a 1973 | Programa Casas para Alojamento de Famílias Pobres (Nov. 1945) | Resolver o problema de falta de habitação para a população carenciada | População de menores recursos que não conseguiu acesso às habitações do programa de casas económicas | Todo o país | Estado; Misericórdias; Comissão Administrativa dos bairros de Casas Desmontáveis | Habitações definitivas, agrupadas em bairros devidamente planeados e estruturados, de maneira a serem integrados em futuros planos de urbanização. |
| | Programa Casas de Renda Limitada (Abr. 1947) | Fixação de rendimento limitado, quer na construção propriamente dita das habitações, quer nos investimentos em propriedade urbana. | População de menores recursos que não conseguiu acesso às habitações dos anteriores programas | Todo o país | Estado; Câmaras Municipais | (-) |
| | Programa de Construção de Habitação de Renda Acessível em Lisboa (Ago. 1959) | Regionalizar as intervenções no domínio da habitação social na cidade de Lisboa | População de menores recursos residente em bairros de barracas | Lisboa | Estado; Câmara Municipal de Lisboa; Gabinete Técnico de Habitação (GTH) | Bairros residenciais modernistas, que aliam a qualidade arquitectónica à satisfação residencial. |
| | Programa de casas de Autoconstrução (Out. 1962) | Construir habitação com base apenas na cooperação entre o proprietário, familiares e amigos. | População de menores recursos residente em bairros de barracas | Lisboa | Estado; Câmara Municipal de Lisboa | (-) |

| PERÍODOS | MEDIDAS POLÍTICAS | OBJECTIVOS | DESTINATÁRIOS | LOCAL | PROMOÇÃO/ GESTÃO/ FINANCIAMENTO | CARACTERÍSTICAS HABITACIONAIS |
|------------------------------|---|---|---|-------------|---|--|
| Estado Novo - de 1933 a 1973 | Plano Intercalar de Fomento (Dez. 1964) | Realizar empreendimentos prioritários de interesse social; coordenar a iniciativa privada no sentido de realmente satisfazer as carências habitacionais dos indivíduos de menores recursos; proporcionar alojamentos a todos os agregados familiares carenciados, integrados em conjuntos urbanísticos racionais e dotados de necessários equipamentos colectivos | População de menores recursos com carências habitacionais graves | Todo o país | Estado; Cooperativas; Empresas Privadas | (-) |
| | Plano Integrado | Resolver o problema habitacional da população carenciada, integrando-os e conjuntos urbanísticos racionais e dotados de necessários equipamentos colectivos | População de menores recursos que não beneficiou dos planos de habitação da caixa de previdência ou quaisquer outras instituições semelhantes | Todo o país | Estado; Fundo de Fomento de Habitação (FFH); Câmaras Municipais; Cooperativas; Serviços Municipais de Habitação (SMH) | Habitações com novas classificações no que respeita ao nível do fogo, aos números de quartos, sendo as categorias definidas em função da área útil, da qualidade de equipamentos, da relação entre a área útil e o número de ocupantes e da relação renda/rendimento |

Tabela 1: síntese das políticas de habitação até 1974

2.4 POLÍTICAS DE HABITAÇÃO DEPOIS DE 1974



Fig. 12: Bairro da Bouça, Porto

Fonte: oportocool.wordpress.com, (Janeiro de 2011)

i) Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) – 1974

Entre 1974 e 1976, Portugal viveu um momento particularmente conturbado da sua história recente. No período, subsequente à revolução do 25 de Abril de 1974, na tentativa de dar resposta às mutações que o tecido urbano tinha sofrido desde a época de sessenta (em consequência da Guerra Colonial, dos movimentos migratórios em direcção às cidades, da progressiva transformação do tecido produtivo pela industrialização de um país rural) e que tinham gerado o primeiro ciclo dos bairros de barracas nos arredores de Lisboa e Porto, um decreto governamental criou o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL). Sendo que esta política é o tema central da presente dissertação, apenas se apontam algumas das suas características gerais da mesma, para dar maior ênfase no capítulo 2.

O Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) surgiu no período revolucionário do 25 de Abril e tinha como principais objectivos dotar bairros degradados ou de barracas com infra-estruturas básicas - arruamentos, saneamento, abastecimento de água e electricidade - e permitir aos residentes o acesso ao crédito bonificado, a materiais de construção, a soluções de projecto e apoio técnico para a autoconstrução ou melhoramento das suas habitações. Basicamente, agir rápida e eficazmente na degradante situação dos “bairros de lata” portugueses.

ii) Programa de Empréstimos às Câmaras Municipais – 1975

Foi criado o Programa de Empréstimos às Câmaras Municipais que obteve resultados positivos impulsionados pelo número de fogos iniciados em cada ano, pela sua execução dentro dos prazos propostos e pelos baixos custos da construção. Os objectivos do programa baseavam-se em reduzir a retracção do sector da construção, diminuindo as repercussões sobre o emprego e a produção de habitação (Decreto-Lei n.º 658/74).

iii) Programa de Recuperação de Imóveis Degradados (PRID) – 1976

Em 1975, surgiu uma proposta do FFH para a criação do programa de investimento em reparação, conservação e beneficiação de casas, que se baseava na resolução de problemas a nível urbano e habitacional existentes de Norte a Sul de Portugal – reparação, conservação e beneficiação de

habitações, realização de pequenas obras de infra-estruturas, conservação de bairros municipais, etc. No entanto, somente em 1976 foi formalizado o PRID (Decreto-Lei n.º. 704/76).

iv) Programa de Casas Pré-Fabricadas - 1976

Em 1976, surgiu a Comissão para Alojamento de Refugiados (CAR) com o objectivo de encontrar soluções de habitação para os retornados das ex-colónias, temporariamente instalados em alojamentos provisórios. Como legislação para a CAR, foi instituído o programa de casas pré-fabricadas que, para além de ter como objectivo resolver os problemas habitacionais dos indivíduos carenciados, pretendia estimular o desenvolvimento tecnológico e industrial do sector habitacional, pois a oferta e a capacidade produtiva estavam muito aquém das necessidades do país e das potencialidades demonstradas, além fronteiras, por este sistema de construção.

A data prevista para a execução da 1ª fase do programa – 31 de Outubro de 1976 – foi ultrapassada sem que estivesse concluído um só fogo dos 5 000 fogos previstos, o que provocou uma situação habitacional ainda mais precária para a maioria dos retornados.

Em 1977 foram realizados os concursos de distribuição dos fogos por intermédio do FFH. Estes concursos incidiam sobre empreendimentos em fase atrasada de execução ou mesmo sem obra iniciada. Posteriormente na nova data prevista para a conclusão do programa – Dezembro de 1977 – apenas se encontrava construída uma escassa dezena de empreendimentos.

v) Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA) - 1988

Em finais da década de 80, foram criados programas de apoio à recuperação urbana. Em 1988 foi criado o RECRIA, programa que se destinou à reabilitação de habitações arrendadas, procurando-se contribuir para a melhoria das edificações urbanas e para a actualização das rendas de casa (Decreto-Lei n.º. 4/88).

Em 1992, o programa RECRIA foi reformulado. Os destinatários dos programas eram os proprietários e os senhorios que procedessem nos fogos e/ou nas partes comuns do edifício a obras de conservação e/ou beneficiação excepcionais que se enquadrassem na legislação referida.



Fig. 13: Prémio RECRIA 2000 (antes da intervenção)

Fonte: ulisses.cm-lisboa.pt, (Fev. 2011)



Fig. 14: 1º Prémio RECREIA 2000 (depois da intervenção)

Fonte: vitruvius.es, (Fevereiro de 2011)



Fig. 15: Conjunto habitacional do Outeiro

Fonte: www.epul.pt, (Fevereiro de 2011)

Em 1998, o RECREIA promoveu um prémio anual – Prémio RECREIA – para difundir o trabalho desenvolvido pelo Estado e pelas Autarquias ao nível do património habitacional degradado, contribuir para que os promotores – públicos e privados – e a população em geral se interessassem pela protecção, recuperação e revitalização do património habitacional, promover o interesse dos projectistas e das empresas construtoras neste programa e incentivar a preparação técnica para este tipo de obra, contribuir uma divulgação das melhorias sociais obtidas com o programa, etc.

vi) Programa Especial de Realojamento (PER) – 1993

O Programa Especial de Realojamento foi criado para a erradicação das barracas das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Nesta altura, apesar de se ter evoluído bastante no sector da habitação, existiam ainda alguns aspectos a melhorar no processo do realojamento – existência duma equipa de projecto completa, especializada e multidisciplinar, que deveria ser articulada com a gestão local dos bairros, condições específicas de realojamento, quer para a população que tem exigências específicas ligadas ao modo de vida e ao habitar (por exemplo, grupos de etnia cigana), quer para a população que não se integra com facilidade na nova habitação e que implica outras condições em termos de gestão e de segurança, e, por fim, o cumprimento da demolição das barracas após o realojamento dos respectivos moradores e consequente vigilância contra novas instalações de barracas (Decreto-Lei n.º 163/93).

vii) Programa de Construção de Habitações Económicas – 1993

Este programa foi criado para ser executado nas áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, tendo a duração de três anos e aproveitando o número significativo de terrenos do IGAPHE (Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado), entidade que também promoveu os respectivos concursos públicos que visaram a construção e venda de habitações a baixo custo. No final de 1996, o número de habitações abrangido por contratos de participação do IGAPHE aumentou significativamente. Este aumento ficou a dever-se à flexibilização do programa PER no que respeita a procedimentos burocrático-administrativos e à possibilidade dos Municípios possuírem fogos no mercado – o que permitiu uma maior rapidez no realojamento e facilitou a inserção social da população carenciada (Decreto-Lei n.º 164/93).

viii) Programa de Intervenção a Médio Prazo (PIMP) – 1993

A crise de habitação em Portugal excede os limites para um país inserido no grupo da UE. Apesar de os problemas não serem apenas carências habitacionais, a degradação dos próprios bairros é também um problema a assinalar. Estes problemas não são, somente, dos tempos de hoje, todas estas situações são resultado das opções tomadas para a construção da habitação social. Através de acordos entre a CML, o INH e o IGAPHE foi criado o Programa de Intervenção a Médio Prazo (PIMP).



Fig. 16: Quinta do Cabrinha, Lisboa

Fonte: www.skipersky.com (Outubro de 2011)

ix) Programa Iniciativa Comunitária Urban – 1994

O Programa Iniciativa Comunitária Urban (PIC Urban) era um programa integrado que reabilitou e requalificou os espaços habitacionais degradados e, conseqüentemente, melhorou a qualidade de vida dos indivíduos que o habitavam. Os objectivos do programa incidiram sobre propósitos gerais e estratégicos da cidade – aumento da qualidade de vida urbana e equilíbrio territorial – onde a reabilitação e a requalificação urbana e socioeconómica das zonas desfavorecidas foi um pilar importante do programa.

O PIC Urban I teve a duração de quase 6 anos, entre 1994 e 1999, e baseava-se em duas acções: uma para a Área Metropolitana de Lisboa (Vale de Alcântara e Amadora/Damaia-Buraca) e outra para a Área Metropolitana do Porto (Gondomar). Os principais destinatários foram as Autarquias locais, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e outras entidades associativas ou representativas dos agentes económicos e sociais regionais e locais. O PIC Urban II realizou-se na sequência do anterior PIC Urban I e teve igualmente a duração de 6 anos, entre 2000 e 2006, financiando actividades levadas a cabo no âmbito de parcerias constituídas numa base geográfica (Decreto-Lei n.º 262/95).

O programa Urban constituiu um bom exemplo do que poderá ser, em termos operacionais, uma política de cidade, descentralizada, dialogada, participada e integrada dos diversos indivíduos envolvidos – uma política que reabilita o espaço e, ao mesmo tempo, combate a exclusão e fomenta o desenvolvimento social.



Fig. 17: EPUL Jovem – encosta de Telheiras

Fonte: www.skyscrapercity.com, (Fev. 2011)

x) Programa da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL) – 1996

Em 1996, foi criado o programa EPUL Jovem, exclusivamente destinado para os jovens, tendo como principal objectivo a construção e venda de habitação, a preços acessíveis permitindo, assim, o acesso de indivíduos jovens a habitações em várias zonas da cidade de Lisboa. (Decreto-Lei nº 613/71)

xi) Programa Intervenção Operacional / Renovação Urbana (IORU) – 1996

Em articulação com os Programas Nacionais e com os programas de Iniciativa Comunitária, reforçando o apoio às Autarquias no desenvolvimento da habitação social, tendo em atenção a reabilitação, a renovação e a promoção da qualidade urbana, foi criado o programa de Intervenção Operacional / Renovação Urbana. O objectivo do programa baseava-se na reinserção social dos indivíduos que tinham problemas económico-sociais no que respeita às condições de alojamento.

A IORU foi estruturada pelas seguintes medidas:

Medida 1 – Renovação das zonas ocupadas por barracas

Medida 2 – Reabilitação de zonas degradadas

Medida 3 – Expo 98

Medida 4 – Assistência técnica

O programa apoiou iniciativas de reinserção de bairros de arrendamento público das Autarquias das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e do IGAPHE.

xii) Projecto Operação Arco-íris – 1996

Tendo em conta as mesmas preocupações da IORU, foi lançado o Projecto Operação Arco-íris, que visou a gestão de bairros sociais, a reabilitação física dos edifícios e a sua reabilitação urbana. O objectivo desta iniciativa foi melhorar as zonas habitacionais carenciadas através da criação de unidades económicas adaptadas à dimensão do espaço urbano envolvente. Puderam assim combinar-se comércio, serviços, centros de apoio e de lazer, bem como o arranjo de áreas exteriores, para dinamizar a integração de cada bairro.

O programa integrava, então, três pontos essenciais: a gestão, a vertente social e a vertente urbanística. A primeira fase consistiu na

caracterização socioeconómica dos moradores de cada bairro, tendo sido realizado um inquérito, em colaboração com o Ministério da Solidariedade Social. A segunda fase consistiu na realização de um projecto de intervenção global em cada um desses bairros, nas áreas social, urbana e económica. O IGAPHE pretendia integrar os moradores na operação e, posteriormente, a própria gestão destes bairros. (Soeiro, 2008)

xiii) Regime Especial de Comparticipação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal (RECRIPH) – 1996

Também em 1996 foi criado este programa com a finalidade de apoiar financeiramente a execução de obras de conservação nas partes comuns dos edifícios, constituídos em regime de propriedade horizontal (Decreto-Lei n.º 106/96). Este programa é promovido, essencialmente, pelo Estado, Câmaras Municipais e Instituto Nacional de Habitação (INH).



Fig. 18: Bairro do Icesa

Fonte: www.panoramio.com (Outubro 2011)

xiv) Programa de Reabilitação Urbana (PRU) – 1996

Em 1992, foi assinado o acordo relativo ao Espaço Económico Europeu, que proporcionou ajuda financeira sob a forma de subsídio a fundo perdido e bonificações de juros, concedendo, para esse efeito, um mandato ao Banco Europeu de Investimentos (BEI). Portugal foi apoiado com o subsídio de 21% a utilizar durante o período de 1993 a 1997, posteriormente alargado até 2003. Um dos projectos apoiados foi o Programa de Reabilitação Urbana (PRU), apresentado em Maio de 1995 ao BEI e aprovado em Dezembro de 1996. O PRU tinha como objectivo apoiar a revitalização e a requalificação de áreas urbanas – centros de cidades e suas periferias – com fortes sinais de degradação, problemas de decadência económica e urbana, desemprego, deterioração da qualidade de vida e acumulação de exclusão social e insegurança.

Para a execução do programa, propôs-se um conjunto de investimentos numa zona limitada que contribuíssem para ultrapassar as carências físicas, económicas e sociais predominantes, apoiando a criação de empresas, melhorando as infra-estruturas e o ambiente, proporcionando formação, disponibilizando equipamentos sociais e estimulando acções de colaboração entre autoridades nacionais e locais com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população carenciada.

As zonas de intervenção podiam-se caracterizar segundo duas tipologias: áreas suburbanas – grandes concentrações de população desfavorecida, em alguns casos resultado de processos públicos de realojamento, que não dispunham das condições socio-urbanísticas mínimas e que se tornaram territórios estigmatizados; e centros históricos – zonas envelhecidas, onde a população sofria processos de isolamento devido ao despovoamento, degradação das habitações, património em risco e desvitalização económica acompanhada por problemas de desemprego e situações de marginalidade.

xv) Programa Integrado de Qualificação das Áreas Urbanas da Área Metropolitana de Lisboa (PROQUAL) – 2001

A forte concentração populacional de infra-estruturas, de equipamentos, de actividades económicas e serviços de comunicação na Área Metropolitana de Lisboa constituíram dificuldades e desigualdades significativas neste território e ajudaram a identificar diversos tipos de espaços, entre os quais, as áreas críticas urbanas. Áreas essas especialmente desqualificadas em termos urbanísticos e sociais, carenciadas de infra-estruturas e equipamentos de apoio à população residente e caracterizadas, maioritariamente, por um parque habitacional e espaço público degradados.

Estas áreas estabeleciam importantes eixos e bolsas urbanas desqualificadas na estrutura metropolitana da cidade, que exigiam uma forte intervenção pública na tentativa de melhorar a degradação e a marginalização existentes. Geralmente, estas áreas urbanas requeriam acções urbanísticas de contenção e de requalificação urbana e, neste contexto, foi criado o PROQUAL, apresentado pelo Ministério de Planeamento.

Definiram-se um conjunto de objectivos específicos, no sentido de promover uma Área Metropolitana de Lisboa mais equilibrada, competitiva e sustentável: reduzir os desequilíbrios territoriais e as situações de degradação e desqualificação urbanística e social, introduzir dinâmicas de reequilíbrio social, reforçando os meios de coesão social, assegurar condições de habitabilidade, de sociabilidade e de integração social da população, assegurar condições de formação profissional e emprego, dinamizar as actividades económicas através da criação de estruturas de apoio, reforçando a iniciativa empresarial e melhorar as condições de acessibilidade e de mobilidade da população (Decreto-Lei n.º 197/99).

xvi) Programa de Financiamento para Acesso à Habitação (PROHABITA) – 2004

Em 2004, foi criado o PROHABITA, tendo como objectivo resolver o problema de carências habitacionais dos residentes no território nacional: população residente em barracas, em edifícios degradados e cuja reabilitação fosse inviável, situações de sobreocupação dos alojamentos, realojamentos provisórios e/ou definitivos no âmbito de operações municipais de reabilitação urbana e realojamentos de situações de catástrofe pública, intempéries e outros desastres naturais.

Os agregados familiares abrangidos pelo programa tinham de reunir as seguintes condições: o rendimento mensal do agregado, de valor que, em regime de renda apoiada, permitia a aplicação de uma prestação inicial inferior ao preço técnico, e nenhum dos membros do agregado familiar poderia ter outra habitação no território nacional, não podendo, também, usufruir de outros apoios financeiros públicos para fins habitacionais (Decreto-Lei n.º 135/2004).

Em 2007, os objectivos do PROHABITA foram alargados: requalificar os bairros que foram promovidos em regime de habitação social, ou de custos controlados, ou que tenham sido adquiridos com apoio do Estado; melhorar os níveis de equipamentos de apoio aos bairros sociais; aumentar os factores financeiros favoráveis à reabilitação urbana como resposta às necessidades de habitação em relação à construção intensiva de bairros sociais; promover os princípios e apoio financeiro à sustentabilidade na construção e reabilitação urbana; promover os princípios e apoio financeiro à acessibilidade para deficientes e incapacitados na construção e reabilitação Urbana, e apoiar directamente os agregados residentes em bairros de barracas, mas não recenseados no PER, para um realojamento temporário – dois anos – com acompanhamento da sua integração social.



Fig. 19: Bairro do Vale da Amoreira, Moita

Fonte: www.googleimages.com, (Fev. 2011)

xvii) Programa de Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos – 2005

No seguimento de uma política de cidades mais abrangente, o Estado aprovou a Resolução do Conselho de Ministros que criou o Programa de Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos, nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Foram privilegiadas as acções que promoviam: o surgimento de novas formas organizativas capazes de congregar a prestação de serviços –

essenciais para a melhoria da qualidade de vida no bairro –, a criação de novas oportunidades de emprego para os residentes, a construção de resposta adequada à integração social da população socialmente excluída e/ou de minorias étnicas, iniciativas e suportes necessários ao desenvolvimento de acções de formação e acompanhamento no acesso ao emprego, a disponibilidade de espaços adequados ao desenvolvimentos das actividades dos residentes, dinamização e apoio de iniciativas de natureza arquitectónica, urbanística e ambiental que tivessem uma dimensão inovadora, e a preparação de um projecto global de reinserção urbanística do bairro na área envolvente.

xviii) Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU) – 2006

Em 2006, foi criado o NRAU que actualizou gradualmente as rendas urbanas habitacionais e não habitacionais, através da gestão de uma plataforma tecnológica criada com esse objectivo. O NRAU teve como objectivo aumentar a oferta de habitações para arrendar, traduzindo-se assim num reequilíbrio de poder entre o proprietário e o arrendatário. Só existia aumento de renda nas situações em que a habitação não estava degradada, o que incentivaria a realização de obras de conservação e recuperação das habitações, com evidente melhoria das condições de vida dos inquilinos – a legislação protege a posição do arrendatário.

O arrendamento passou a poder ser realizado de duas formas: com prazo certo – possuindo uma duração de 5 anos, renovável se nenhuma das partes se opusesse – ou de duração indeterminada – terminando em caso de denuncia, realizada pelo senhorio, que só poderia ocorrer mediante justificação explicitada na legislação ou mediante pré-aviso de 5 anos (Lei 6/2006).

xix) Programa Porta 65 jovem – 2007

Em 2007 surge este programa que regula os incentivos aos jovens arrendatários, estimulando estilos de vida mais autónomos por parte da população jovem, através do apoio no acesso à habitação. Este programa pretende, também, promover a dinamização do mercado de arrendamento, estimular a reabilitação do edificado e a revitalização de áreas urbanas degradadas, permitir uma maior eficácia e racionalidade na utilização de recursos financeiros públicos e permitir uma simplificação dos processos de candidatura e de atribuição dos fogos. (alteração do Decreto-Lei n.º 162/9)

xx) Plano Estratégico da Habitação – 2007

As propostas do Plano Estratégico de Habitação pretendem consubstanciar uma mudança de paradigma de pensamento e acção que corresponde a uma tentativa de inflexão de algumas das medidas de política de habitação existentes, além da incorporação de novos instrumentos.

O pensamento actual sobre as políticas de habitação decorre de profundas transformações do contexto social, habitacional e urbanístico, mas também político e financeiro, ligados à complexidade dos fenómenos sociais na modernidade tardia. O reconhecimento que as profundas transformações da sociedade actual, como é exemplo o processo de globalização, têm originado grandes mudanças nas dinâmicas habitacionais associadas às transformações socioculturais dos modos de vida e à alteração do papel do Estado e vão estar no centro do novo “paradigma” de pensamento europeu sobre as dinâmicas habitacionais e as formas de intervir.

No contexto do Plano Estratégico da Habitação, esta mudança de orientação e das formas de equacionar as políticas de habitação, que de forma progressiva deverão ir gerando coerência das intervenções, irão privilegiar fundamentalmente:

- Contratualização com as famílias, onde se privilegia o regime de arrendamento, no mercado público ou privado, gerando condições mais fáceis e flexíveis de mobilidade geográfica e habitacional e exigindo um investimento público menos vultuoso;
- Aproveitamento das sinergias do mercado privado no que respeita à aquisição de alojamentos, à reabilitação e ao arrendamento destinados a populações com mais baixos recursos;
- Manutenção do esforço de produção de habitações a custos controlados por empresas e cooperativas, para venda ou aluguer, destinados a estratos populacionais médios e médio baixos;
- Clarificação entre as políticas de habitação e de segurança social com progressiva responsabilização dos apoios de segurança social;
- Reforço na utilização de mecanismos financeiros e de política de cidade para ampliação de recursos em habitação.

xxi) Programa Local da Habitação – 2008 a 2013

Os Programas Locais da Habitação (PLH), previstos no Plano Estratégico de Habitação 2008/2013, da responsabilidade do Instituto de

Habitação e Reabilitação Urbana, são instrumentos que definem localmente (a nível municipal ou intermunicipal) uma visão estratégica das intervenções nas áreas da habitação, cruzando diversas políticas com realce para a reabilitação e reconversão urbana, e que fixam os objectivos da política de habitação local para cerca de 5 anos.

A existência destes instrumentos condicionará a apresentação de candidaturas a financiamentos públicos nesta área.

Síntese

Novamente, são apresentados quadros com as principais características das políticas habitacionais do período após o ano de 1974, bem como um friso cronológico que apresenta todas as medidas referidas neste capítulo, para uma melhor percepção da evolução no sector da habitação social portuguesa.

| PERÍODOS | MEDIDAS POLÍTICAS | OBJECTIVOS | DESTINATÁRIOS | LOCAL | PROMOÇÃO/ GESTÃO/ FINANCIAMENTO | CARACTERÍSTICAS HABITACIONAIS |
|--------------------------------------|---|--|--|-------------|--|--|
| Pós-revolução - de 1974 a 1985 | Programa de Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) (Ago. 1974) | Dotar bairros degradados ou de barracas com infra-estruturas básicas - arruamentos, saneamento, abastecimento de água e electricidade; Permitir aos residentes o acesso ao crédito bonificado, a materiais de construção, a soluções de projecto e apoio técnico para a autoconstrução ou melhoramento das suas habitações | População de menores recursos residente em bairros degradados ou de barracas | Todo o país | Estado; Câmaras Municipais; Brigadas Técnicas; Comissões Locais | Procura de habitações com formas alternativas que desbloqueassem a produção de habitação social, substituindo formas estatizadas ou estetizantes |
| | Programa de Empréstimos às Câmaras Municipais (Nov. 1974) | Reduzir a retracção do sector da construção, diminuindo as repercussões sobre o emprego e a produção de habitação | População de menores recursos | Todo o país | FFH; Câmaras Municipais; Gabinetes de Apoio Técnico; Serviços Municipais de Habitação (SMH); | Empreendimentos habitacionais de pequena e media dimensão - 16 a 50 fogos |
| | Programa de Contratos de Desenvolvimento para a Habitação (CDH) | Controlar os custos das habitações, definindo os custos directos máximos de construção | População de menores recursos | Todo o país | Fundo de Fomento de Habitação (FFH); Institutos Especiais de Crédito (IEC); Câmaras Municipais | Todas as habitações foram classificadas numa única categoria e caracterizada pelo respectivo tipo T0 a T5, definiu-se áreas mínimas e características da qualidade construtiva |

| PERÍODOS | MEDIDAS POLÍTICAS | OBJECTIVOS | DESTINATÁRIOS | LOCAL | PROMOÇÃO/ GESTÃO/ FINANCIAMENTO | CARACTERÍSTICAS HABITACIONAIS |
|--------------------------------------|---|--|--|-------------|--|---|
| Pós-revolução - de 1974 a 1985 | Programa de Casas pré-fabricadas (CAR) | Encontrar soluções de habitação para os novos habitantes do país - retornados das ex-colónias - temporariamente instalados em alojamentos provisórios, Estimular o desenvolvimento tecnológico e industrial do sector | População de menores recursos composta principalmente por retornados das ex-colónias portuguesas | Todo o país | Estado; Comissão para alojamento de Refugiados; Empresas Privadas de Construção Civil | Empreendimentos habitacionais de aspecto abarracado e degradado, não dispunham de arranjo exterior; localizados em bairros <i>guetizados</i> , quer a nível urbanístico como social |
| | Programa de Recuperação de Imóveis Degradados (PRID) | Resolução de problemas a nível urbano e habitacional existentes em todo o país; Reparação conservação e beneficiação de habitações; Realização de pequenas obras de infra-estruturas; Conservação de bairros municipais. | População de menores recursos, cujas habitações necessitem de obras de recuperação e/ou conservação | Todo o país | Estado; Câmaras Municipais; Particulares; Institutos Especiais de Crédito (IEC); Instituto Nacional de Habitação (INH) | (-) |
| Actualidade - a partir de 1986 | RECRIA - Regime Especial de Comparticip. na Recuperação de imóveis arrendados | Reabilitação de habitações arrendadas; Melhoria das edificações urbanas; actualização das rendas das habitações | Proprietários e senhorios que procedam, nos fogos e/ou nas partes comuns dos edifícios a obras de beneficiação | Todo o país | Estado; Câmaras Municipais; Privados | (-) |

| PERÍODOS | MEDIDAS POLÍTICAS | OBJECTIVOS | DESTINATÁRIOS | LOCAL | PROMOÇÃO/ GESTÃO/ FINANCIAMENTO | CARACTERÍSTICAS HABITACIONAIS |
|--------------------------------|--|---|--|---|--|--|
| Actualidade - a partir de 1986 | PER - Programa especial de Realojamento (Mai. 1993) | Realojamento de população carenciada residente em barracas; Eliminação das barracas | População de menores recursos residentes em barracas | Área metropolitana de Lisboa e do Porto | Estado; Câmaras Municipais; INH; IGAPHE (Inst. Gestão e alienação do património habitacional do Estado); Cooperativas. | Empreendimentos habitacionais com acessibilidades, com os arranjos dos espaços exteriores, com as infra-estruturas e com os equipamentos de primeira necessidade |
| | Programa de Construções de Habitações Económicas (Mai. 1993) | Construção e venda de habitações a baixo custo | População de menores recursos residentes nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto | Área metropolitana de Lisboa e Porto | Estado; IGAPHE; INH; Câmaras Municipais; Cooperativas; Empresas Privadas | (-) |
| | PIMP - Programa de Intervenção a Médio Prazo | Realojamento da população carenciada residente em barracas; Eliminação das barracas | População de menores recursos residente na cidade de Lisboa | Lisboa | Estado; Câmara Municipal de Lisboa; INH; IGAPHE; Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa (GEBALIS) | Empreendimentos habitacionais com acessibilidades, com os arranjos dos espaços exteriores, com as infra-estruturas e com os equipamentos de primeira necessidade |
| | EPUL - Programa da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa | Estudar e executar obras relativas à urbanização ou renovação de áreas urbanas; Colocação de fogos no mercado habitacional, a preços competitivos e para jovens | População jovem em geral, com particular incidência na população jovem de recursos reduzidos | Lisboa | Estado; EPUL; Gabinetes Privados; Empresas de Construção Civil | (-) |

| PERÍODOS | MEDIDAS POLÍTICAS | OBJECTIVOS | DESTINATÁRIOS | LOCAL | PROMOÇÃO/ GESTÃO/ FINANCIAMENTO | CARACTERÍSTICAS HABITACIONAIS |
|--------------------------------------|--|--|---|---|---|---|
| Actualidade - a partir de 1986 | Programa Iniciativa Comunitária Urbana | Aumentar a qualidade de vida urbana e equilíbrio territorial; Reabilitar e requalificar a nível urbano e socioeconómico as zonas desfavorecidas | População de menores recursos residentes em habitações degradadas e/ou barracas | Área metropolitana de Lisboa e do Porto | Estado; Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Banco Europeu de Investimento; Câmaras Municipais; Instituições Privadas de Solidariedade Social; Entidades Associativas | (-) |
| | Programa Intervenção Operacional/Renovação Urbana (IORU) | Reinserção social da população com problemas económico-sociais no que respeita às condições de alojamento; Renovação das zonas ocupadas por barracas, Reabilitação de zonas degradadas | População de menores recursos com problemas no que respeita à habitação | Área metropolitana de Lisboa e do Porto | Estado; Câmaras Municipais; IGAPHE; Instituições Públicas de Solidariedade Social | Empreendimentos habitacionais com a criação de espaços verdes, pequenos equipamentos, pequenas unidades de emprego e de apoio social aos residentes. Existe uma tentativa de tornar os bairros carenciados/sociais em bairros "normais" |

| PERÍODOS | MEDIDAS POLÍTICAS | OBJECTIVOS | DESTINATÁRIOS | LOCAL | PROMOÇÃO/ GESTÃO/ FINANCIAMENTO | CARACTERÍSTICAS HABITACIONAIS |
|--------------------------------------|--|---|---|-------------|--|--|
| Actualidade - a partir de 1986 | Projecto Operação Arco-íris | Gestão de bairros sociais; reabilitação Física dos Edifícios e, consequentemente, reabilitação urbana | População de menores recursos com problemas no que respeita à habitação | Todo o país | Estado; Câmaras Municipais; IGAPHE | Empreendimentos habitacionais com melhorias a nível de espaços exteriores, de estabelecimentos comerciais e de equipamentos |
| | RECRIPH * (Jul. 1996) | Apoiar financeiramente a execução de obras de conservação mas partes comuns de edifícios, construídos em regime de propriedade horizontal | Administração de condóminos ou condóminos de ed. Que tivessem sido construídos até à entrada de vigor do REGEU ou, após essa data, que tivessem Licença de Utilização | Todo o país | Estado; Câmaras Municipais; INH; Privados | (-) |
| | PRU - programa de Reabilitação Urbana | Revitalização e requalificação de áreas urbanas com fortes sinais de decadência económica e urbana, desemprego e deterioração da qualidade de vida e acumulação de exclusão social e insegurança; Criação de um conjunto de investimentos que contribuem para ultrapassar as carências existentes | População de menores recursos com problemas a nível de habitação degradada, de desemprego e de exclusão social | Todo o país | Estado; Banco Europeu de Investimentos (BEI); Câmaras Municipais; Unidade de Gestão; Gestor Local | Empreendimentos habitacionais com melhorias a nível de infra-estruturas e de equipamentos sociais |

| PERÍODOS | MEDIDAS POLÍTICAS | OBJECTIVOS | DESTINATÁRIOS | LOCAL | PROMOÇÃO/ GESTÃO/ FINANCIAMENTO | CARACTERÍSTICAS HABITACIONAIS |
|--------------------------------------|---|--|---|------------------------------|---|--|
| Actualidade - a partir de 1986 | PROQUAL - Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa | Promover uma área metropolitana mais equilibrada, competitiva e sustentável; Reduzir os desequilíbrios territoriais e as situações de degradação e desqualificação urbanística e social; introduzir dinâmicas de reequilíbrio social; melhorar as condições de acessibilidade e de mobilidade da população (...) | População de menores recursos, residente em áreas urbanas habitacionais críticas | Área metropolitana de Lisboa | Estado; Câmara Municipal | Empreendimentos habitacionais com melhorias a nível de equipamentos, condições de urbanidade e de integração social, espaços públicos, escolares, cívicos de apoio, condições de acessibilidades e de mobilidade |
| | PRO-HABITA Programa de Financiamento para acesso à habitação (Jun. 2004) | Resolver o problema de carências habitacionais dos residentes no território nacional; requalificar os bairros que foram promovidos em regime de habitação social, ou que tenham sido adquiridos com apoio do Estado; Promover os princípios e apoio financeiro à sustentabilidade na construção e reabilitação urbana. | População de menores recursos residentes em barracas ou edifícios degradados - cuja reabilitação fosse inviável; situações de sobreocupação de alojamentos, realojamentos provisórios | Todo o país | Estado; Câmaras Municipais; Instituto de habitação e de Reabilitação Urbana | (-) |

| PERÍODOS | MEDIDAS POLÍTICAS | OBJECTIVOS | DESTINATÁRIOS | LOCAL | PROMOÇÃO/ GESTÃO/ FINANCIAMENTO | CARACTERÍSTICAS HABITACIONAIS |
|--------------------------------------|--|--|--|---|--|-------------------------------|
| Actualidade - a partir de 1986 | Programa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos (Set. 2005) | Promover a melhoria da qualidade de vida da população residente em bairros críticos; Criação de novas oportunidades de emprego para os residentes; integração social da população excluída residente nos bairros críticos. | População de menores recursos residentes em bairros críticos. | Área Metropolitana de Lisboa e do Porto | Estado; Câmaras Municipais | (-) |
| | NRAU - Novo Regime de Arrendamento Urbano | Actualizar gradualmente as rendas urbanas habitacionais e não habitacionais, através da gestão de uma plataforma tecnológica; Aumentar a oferta de habitações para arrendar; Reequilíbrio do poder entre proprietário e o arrendatário | Senhorios e arrendatários com rendas demasiado baixas | Todo o país | Estado; Câmaras Municipais; Comissões Arbitrais Municipais (CAM) | (-) |
| | Programa porta 65 jovem | Regulamentar os incentivos aos jovens mandatários, estimulando estilos de vida mais autónomos por parte da população jovem, através do apoio à habitação; promover a dinamização do mercado de arrendamento | População jovem em geral, com particular incidência na população jovem de recursos reduzidos | Todo o país | Estado; Câmaras Municipais; Instituto de Habitação de Reabilitação Urbana (IHRU); Entidades Públicas e entidades Privadas. | (-) |

| PERÍODOS | MEDIDAS POLÍTICAS | OBJECTIVOS | DESTINATÁRIOS | LOCAL | PROMOÇÃO/ GESTÃO/ FINANCIAMENTO | CARACTERÍSTICAS HABITACIONAIS |
|--------------------------------------|---|---|---|-------------|--|-------------------------------|
| Actualidade - a partir de 1986 | Plano Estratégico de Habitação (2007) | Clarificar as necessidades de habitação, nos recursos disponíveis para famílias, nos parceiros privados e no Estado; Elaborar estratégias globais para uma política de habitação e para um processo de planeamento estratégico para a habitação | População de menores recursos | Todo o país | Estado; Câmaras Municipais; Instituto de Habitação de Reabilitação Urbana (IHRU); Privados | (-) |
| | Programa Local de Habitação - 2008 a 2013 | Conhecer melhor as necessidades quantitativas e qualitativas de habitação; conhecer o mercado habitacional local e as suas dinâmicas; hierarquizar prioridades; Identificar os recursos e parceiros mobilizáveis | Do lado da procura: municípios actuais e futuros. Do lado da oferta: sector imobiliário, sector cooperativo e social e entidades públicas promotoras de habitação em Lisboa | Lisboa | Estado, Câmara Municipal de Lisboa, EPUL, IHRU, etc. | (-) |

Fonte: Adaptado de Vera Soeiro (2008)

Em baixo, apresenta-se um friso cronológico com todas as políticas de habitação social referidas neste capítulo, para uma melhor visualização das medidas tomadas, dos momentos de maior actividade e bem como os de alguma estagnação.



3. SERVIÇO DE APOIO AMBULATORIO LOCAL: UMA POLÍTICA DE VANGUARDA

3.1 O CONTEXTO POLÍTICO DAS OPERAÇÕES SAAL

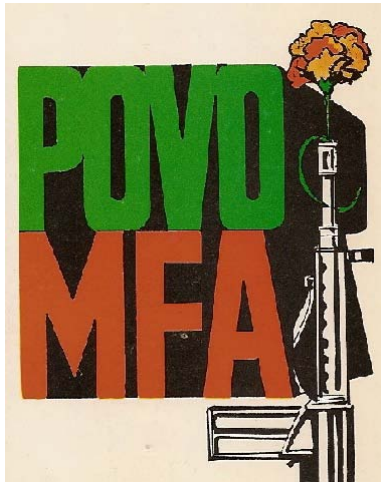


Fig. 20: Cartazes do pós-25 de Abril, alusivos à aliança entre o povo e o Movimento das Forças Armadas

Fonte: blogger-index.com, (Fevereiro 2011)

Em 25 de Abril de 1974, um golpe militar abriu o caminho para um período histórico único, marcado por experiências sem precedentes no domínio dos movimentos sociais e da participação dos cidadãos. Os próprios militares, organizados no Movimento das Forças Armadas (MFA), derrubaram a mais longa ditadura da Europa, que, durante 48 anos (1926-1974), havia privado o povo português de direitos democráticos fundamentais e que, desde os inícios da década de 1960, se havia envolvido numa guerra contra os movimentos de libertação das colónias africanas de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Ao longo do período da ditadura, a oposição a esta e à guerra colonial assumiu diferentes formas, incluindo a resistência clandestina e o desafio aberto ao regime, através de manifestações de rua, de greves de trabalhadores e de estudantes, e mesmo durante as décadas a seguir à Segunda Guerra Mundial, pela participação em eleições que, apesar de manipuladas pelo Governo, permitiram o surgimento de espaços para novas formas de intervenção política por parte das forças da oposição.

O MFA foi, então, a reunião de um grupo de oficiais com posições políticas distintas, que elaborou um programa “minimalista”, cujos principais objectivos eram a solução política da guerra colonial, permitindo a livre expressão da vontade dos povos colonizados; a instauração de um regime democrático de acordo com a vontade popular, expressa através de eleições livres para uma Assembleia Constituintes, e uma aspiração à política anti-monopolista e à melhoria de qualidade de vida dos portugueses, em particular, das classes mais desfavorecidas.

Contudo, a pressão crescente provocada pelos movimentos sociais e pela nova luta política viria a “partir” o MFA num conjunto de facções, em que as alas mais radicais reclamariam para si próprias o papel de vanguarda revolucionária. Foram assim tomando forma concepções radicais de democracia, baseadas na participação popular, nas organizações de base e em comissões livremente eleitas, tendo o socialismo como horizonte e assumindo uma importância crescente no debate político durante todo o período revolucionário.

Durante todo este período de instabilidade, o Estado passaria por uma fase de paralisação. Sucessivos governos provisórios - seis, no total - foram sendo formados ao sabor das transformações políticas e guerras de

poder, existentes na base de coligações de partidos e organizações de diferentes facções do MFA, geralmente situadas na esquerda do Movimento. Os governos eram assim tutelados pelos militares, mas ao mesmo tempo extremamente sensíveis à pressão dos movimentos sociais e cívicos.

Durante cerca de ano e meio, os trabalhadores da indústria, da agricultura e dos serviços, os movimentos de moradores de bairros urbanos, os estudantes, os intelectuais e os militares levariam a cabo um conjunto extremamente rico e sem precedentes de experiências de mobilização de massas, de constituição de organizações populares de base e de diversas formas de democracia participativa.

Todavia este período, rico em experiências e conturbado em tensões e contradições, chega ao fim a 5 de Novembro de 1975, quando uma coligação de sectores moderados das forças armadas e das forças políticas de “centro”, através de uma acção militar, recuperou o controlo do processo político.

Na Constituição de 1976, a actual Constituição da República Portuguesa, o socialismo é definido como um objectivo da nossa sociedade e um amplo conjunto de formas de democracia participativa e de direitos sociais e económicos bastante avançados, exigidos ao longo da Revolução.

Nesse mesmo ano, teriam lugar as primeiras eleições legislativas no quadro da nova ordem constitucional, seguidas das eleições presidenciais. Estas constituíram o cenário de um último assomo de movimentos sociais e populares que apoiaram a candidatura de esquerda de Otelo Saraiva de Carvalho, um dos dirigentes militares da Revolução. Essa candidatura baseava-se no compromisso com a aplicação plena das disposições da Constituição, nomeadamente nos domínios da **democracia participativa** e dos direitos económicos e sociais. Finalmente, ainda nesse ano, teriam lugar as primeiras eleições para o **poder local**.

Tal como refere Vasco Gonçalves, *“Julgo poder afirmar que Portugal foi, até hoje, o único país em que se alcançaram transformações estruturais tão profundas nas seguintes condições: sem tomada de poder pela classe operária e os trabalhadores; com uma participação tão restrita dos trabalhadores e seus representantes nos órgãos do poder; sem uma estratégia de união de esquerda entre os Partidos Socialista e Comunista. Este fenómeno só pode ser explicado pela convergência de acção e cooperação do movimento popular e do MFA, e pela intervenção directa dos sectores do MFA que se identificavam, profundamente, com os interesses*

dos trabalhadores e do povo, e que por esses interesses lutaram. A capacidade de intervenção desses militares resultava das próprias posições que ocupavam nos órgãos do poder político-militar, nas assembleias dos Ramos do MFA (Exército, Marinha e Força Aérea) e do MFA, nos comandos militares, nas unidades, etc., das necessidades reais de desenvolvimento do país, que se impunham à sua própria consciência social, e ainda do apoio que recebiam dos sectores mais esclarecidos e dinâmicos da classe operária, dos trabalhadores e de outros aspectos democráticos. A consideração destes factos é indispensável para a compreensão do processo político em Portugal.” (1985)

Todas as questões políticas referidas e o ambiente vivido na sociedade portuguesa desta época levam a que este período seja considerado um dos períodos mais marcantes na visibilidade das carências habitacionais em Portugal e de maior intervencionismo do Estado. Tal acontece por se ter registado um processo migratório do campo para a cidade e retornados das ex-colónias, que ocorreu de forma desordenada e concentrada colidindo com uma ausência de políticas, fazendo-se sentir, particularmente e com grande impacto, ao nível das carências de habitação, de equipamentos sociais e de infra-estruturas urbanas. Assim, num contexto de chegada massiva de populações de baixos recursos económicos e de falta de respostas habitacionais, acentuou práticas de coabitação e deu lugar à emergência e ao desenvolvimento de um mercado ilegal de produção de alojamentos, cujos reflexos negativos ainda hoje se fazem sentir.

De forma simplista, reconhece-se que o afluxo de população que nas décadas de 70 e 80 vieram para as grandes regiões metropolitanas, onde o emprego era mais abundante, encontrou três tipos de soluções para as suas necessidades habitacionais:

- 1) A construção de bairros de barracas e degradados – estima-se, através dos levantamentos do PER nas duas grande metrópoles a existência de cerca de 50 mil barracas onde viviam cerca de 150 mil pessoas;
- 2) A construção clandestina que se tornou numa forma “normal” de crescimento urbano das áreas metropolitanas - estima-se que na década de 70, cerca de 40% da construção em Portugal era não licenciada;
- 3) A sobrelotação, que atinge mais de 300 mil fogos.

Neste período, o Estado começa a manifestar uma vontade de implementar uma política de habitação que não se limitasse à resolução de carências mais pronunciadas, mas a todo o tipo de carências existentes, nomeadamente as da reabilitação e facilitação do acesso ao mercado privado em regime de propriedade. Esta época torna-se o palco do

lançamento de um leque significativo de iniciativas estatais desenvolvidas em diferentes sentidos. Era uma missão intensa, tendo em conta que a situação habitacional do país na época era deveras preocupante. A carência estimava-se, então, em cerca de 600 000 fogos, 25% da população vivia abaixo das condições mínimas de conforto, segurança, salubridade e privacidade. Os dados oficiais indicavam a existência de mais de 30 000 habitações precárias, só no território continental, mas, na realidade, este número referia-se unicamente a um tipo de alojamento ao qual associamos a designação de barraca, não estavam contabilizados outros níveis de precariedade, como edifícios, urbanos e rurais, altamente degradados, ilhas, casas sobrelotadas e muitos outros espaços sem as condições habitacionais mínimas (Bandeirinha, 2011).

Entre as várias experiências de participação popular que se multiplicaram no âmbito da habitação salienta-se, pela sua importância e pela sua exemplaridade enquanto expressão dos sucessos, dos dilemas e das tensões que marcaram este período revolucionário, a polémica operação SAAL - Serviço Ambulatório de Apoio Local. Essa operação, objecto de estudo da presente dissertação, foi lançada nas zonas urbanas de Lisboa, Porto, Setúbal e Algarve pelo Estado e envolveu arquitectos, engenheiros, juristas e estudantes, mas, sobretudo, os próprios moradores de bairros pobres ou degradados. Estes moradores vieram a organizar-se em comissões locais e a integrar um esforço conjunto de definição e aplicação de novos direitos e de novas condições de vida, centradas na exigência de uma **habitação decente** e no que alguns dos actores centrais deste processo vieram a designar por **“direito ao lugar”**, trabalhando assim no âmbito do objectivo mais geral de construção de uma sociedade mais justa.

3.2 A CRIAÇÃO DE UM NOVO PROCESSO

3.2.1 A GÉNESE DO SAAL

Como refere Teotónio Pereira, “é um facto que no momento que eclodiu o 25 de Abril, o SAAL tinha atrás de si uma década de tentativas e experiências de raiz populacional pela conquista do direito à casa e à cidade, desde a Ásia, a África e sobretudo a América Latina, até mesmo à Itália. E destes antecedentes terá beneficiado a filosofia do SAAL. No entanto, a mobilização e organização dos moradores, a intensidade e rapidez do processo, a agilidade do governo e do poder local na ultrapassagem da burocracia e das formalidades legais, a interacção entre as populações e as brigadas técnicas e, finalmente, a qualidade e inovação das construções tornaram-no um caso único.” (in Pinho, 2002: 10).

Em Julho de 1974, o Secretário de Estado de Habitação e Urbanismo, Nuno Portas, criou o Programa de Acções Prioritárias a Considerar pelos Serviços do Fundo de Fomento de Habitação, no qual se definia o Programa de Acções Prioritárias para o sector habitacional e se conferia a máxima prioridade às operações de reabilitação de bairros e realojamento dos residentes dos bairros degradados.

O país vivia, então, um clima de grandes movimentações populares. A nível urbano, por todo o lado despontavam Comissões e Associações de Moradores reivindicando melhores condições de habitação, a construção de novos bairros, de creches, de saneamento básico e outros equipamentos. Ao mesmo tempo, assistia-se a uma vaga de ocupação de casas. A consulta dos documentos da época mostra que as reivindicações dos moradores dos bairros degradados incidiam, essencialmente, sobre os seguintes pontos:

- Exigência de que a construção dos novos bairros tivesse lugar nos próprios locais onde residiam, invocando a proximidade de emprego e a impossibilidade de pagar transportes;
- Disposição dos moradores para participarem na construção com o próprio trabalho e pagarem rendas compatíveis com os respectivos rendimentos;
- Apelo ao Governo para ajudar nessa tarefa, ainda que – sublinhava-se – o “povo não deve esperar que seja só o Governo a fazer o que todos necessitam, mas sim que devem tomar iniciativa de trabalhar”.

Em meados de Junho do mesmo ano, diversos profissionais e técnicos ligados a organismos oficiais reuniam-se em Lisboa com vista a “pressionar as estruturas fechadas, burocratas e tecnicistas em que



Fig. 21: Cartazes reivindicativos do SAAL

funcionam as instituições de Estado”, de modo a “proporcionar uma participação efectiva por parte da população, órgãos e entidades locais na sua decisão e realização.” (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 9-10). Ou seja, combater a especulação urbana e proporcionar condições para uma efectiva participação das populações na definição das políticas de urbanismo e alojamento, propondo-se a criação de Grupos de Acção Local (GAL) para apoio directo na reconstrução de bairros degradados.

A 6 de Agosto de 1974, um despacho⁴ conjunto do Ministério de Administração Interna (MAI) e da Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo (SEHU) determinava a criação de uma entidade designada por «Serviço Ambulatório de Apoio Local» (SAAL), *“para apoiar, através das Câmaras Municipais, as iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes e, eventualmente, monetários.”*

⁴ Despacho conjunto do Ministro da Administração Interna e do Secretário de Estado e da Habitação e Urbanismo, de 6 de Agosto de 1974

3.2.2 OBJECTIVOS E PROGRAMA

Os objectivos subjacentes ao lançamento do novo programa SAAL assentavam, segundo Nuno Portas (*in* Ribeiro, 1978), em quatro grandes pilares:

Em primeiro lugar, tratava-se de ligar o Estado a certos sectores mais dinâmicos da sociedade civil, através de um mecanismo de **descentralização**. O poder de decisão e acção ficaria mais dependente das autarquias locais.

Em segundo lugar, o programa SAAL visava ligar a função técnica, existente nas instituições do Estado ou fora delas, aos agentes que deveriam servir. Ou seja, os **técnicos responsáveis** e conhecedores – tais como engenheiros, arquitectos, juristas, advogados, psicólogos, entre outros – deviam estar presentes e acompanhar os moradores nas novas acções, no local de trabalho.

Em terceiro lugar, através do SAAL pretendia-se também contrariar as incidências urbanísticas, resultantes das políticas habitacionais até então desenvolvidas, reconhecendo aos moradores “(...) *um direito à permanência no sítio que as comunidades já habitavam, para acabar com a política de transferir os bairros para as periferias e criar novos guetos (...)*”, ou seja, “(...) *reconhecer uma certa continuidade às comunidades que viviam em condições más, mas em áreas que muito provavelmente lhes serviam (...)*”, desde que existisse consenso sobre as condições de habitabilidade desses mesmos lugares. “*O que aconteceu é que, nalguns casos, as pessoas estavam em sítios maus, onde até podiam não estar interessadas em ficar se lhes fossem apresentadas alternativas.*” Por isso mesmo o despacho, nesse aspecto, era prudente. Dizia-se que “*no caso de haver consenso sobre a inadequação desse sítio, se devia encontrar uma alternativa com o município.*” (Portas, 1986: 639). É do **direito ao local** que falamos neste caso.

O reconhecimento do direito ao local tratava-se, simultaneamente, de uma conquista muito importante em relação ao passado e também a motivação para alguns conflitos, que poderiam vir a pôr em causa o programa, devido à existência do poder local e da autonomia dos movimentos sociais de base local. Um subproduto deste conflito é o pôr em questão o plano urbanístico. Acusava-se o regime anterior de não ter planos, e quando começaram a aparecer estes conflitos no meio urbano, verificaram-se numerosas reivindicações para localizar os novos bairros

onde o plano em vigor previa outras funções. O SAAL acabou por levantar uma outra questão muito importante, no que dizia respeito a experiências de planeamento municipal de outros municípios: o problema de fazer o plano de baixo para cima – partir dos bairros para a totalidade da cidade – ou de cima para baixo, partindo da visão geral da totalidade da cidade, para dizer o que interessa a cada bairro.

Finalmente, outro dos objectivos inovadores subjacentes a esta iniciativa dizia respeito à necessidade de “(...) encontrar uma forma de actuar que maximizasse a aplicação na habitação de toda a espécie de recursos dos moradores (...)” (Portas, 1986: 641), fossem estes materiais ou humanos, de modo a maximizar a eficácia, a adequação e a celeridade do investimento estatal. Trata-se da **auto-construção ou auto-solução**. Assim, o programa estabeleceu uma nova forma de partilha: o Estado entrava com uma parte do custo da casa a fundo perdido e o restante seria mobilizado pelos moradores, sob a forma de auto-construção ou auto-investimento em dinheiro, ao empréstimo bonificado de entidades bancárias. Mas nenhuma destas formas era específica do programa. Específico era o Governo dar 40% do custo da casa a fundo perdido e os restantes 60% ficavam a cargo dos moradores.

3.3 AS OPERAÇÕES SAAL

3.3.1 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS OPERAÇÕES



Fig. 23: Operação SAAL de Francos, Porto



Fig. 22: Operação SAAL da Lapa, Porto



Fig. 24: Meia Praia, Lagos - antes da operação SAAL

Fonte: Bandeirinha, 2007

As operações SAAL tiveram início com a identificação das zonas de intervenção e do tipo de acções a desenvolver. A esse primeiro passo seguia-se a programação conjunta de cada intervenção pelas brigadas técnicas e pelos moradores e as suas comissões. Cabia a um grupo de trabalho do Fundo de Fomento da Habitação (FFH), serviço do Estado responsável pela gestão e organização do SAAL, ir dando resposta institucional através das câmaras municipais às exigências relativas aos meios necessários para a prossecução das diferentes tarefas. Procurava-se, assim, definir as medidas de política capazes de dar coerência às acções e, progressivamente, ao próprio programa como um todo. As energias que deste modo eram convocadas tinham, então, uma tripla proveniência: 1) do Estado, tanto do central como do local, que tinham a seu cargo a realização dos trabalhos de infra-estruturação viária e sanitária e a obtenção ou disponibilização de terrenos e materiais de construção; 2) dos recursos técnicos e científicos disponibilizados através das brigadas multidisciplinares, que operavam tanto na identificação das zonas de intervenção como no próprio processo de construção; 3) e das próprias populações que, com a sua mão-de-obra, recursos monetários ou combinações de ambos, participavam activamente nas operações.

Outra área em que o SAAL surgia como uma experiência inovadora era a da **produção legislativa**. De facto, e desde o seu início, o programa propôs uma lógica operativa que, até então, nunca havia sido posta em prática. Os programas costumavam passar à fase de execução apenas na sequência da regulamentação dos seus mecanismos operativos. O SAAL, contrariamente a essa orientação, optaria consciente e explicitamente por uma concepção de legislação em processo. Os aspectos jurídicos eram gradualmente definidos e consagrados em função da informação e do conhecimento, obtidos através das próprias experiências de intervenção. Graças a esta opção, “(...) os problemas eram tratados na sua especificidade local (...)” (Portas, 1986: 639), procurando assim atender-se às características sócio-espaciais de cada operação e aos modos de participação das populações beneficiárias. *Portanto, quando se dizia – isto não está tudo definido – eu respondia: pois é, não está definido porque vamos definindo os aspectos legais necessários à medida que vamos experimentando. (...) Muitos dos projectos (legais) tardaram porque eram discutidos com as comissões de moradores, através das chamadas*

coordenadoras constituídas nas várias regiões e daí vinham respostas. E como esse processo não era simples o programa não devia esperar e não esperou. Entretanto os projectos iniciavam-se logo que se constituíam as comissões de moradores, os terrenos estavam a escolher-se – e, entretanto, iam-se preparando os decretos que deveriam consolidar o processo.” (idem: p. 640)

Promovia-se uma organização flexível das comissões ou associações de moradores. No entanto, esta plasticidade na regulamentação do SAAL foi responsável, em diversos momentos, pelo défice de legitimação jurídica do processo, sobretudo pela fragilidade e ambiguidade da conjuntura política então vivida. A necessidade de legislar e legitimar processos, como a obtenção de terrenos, ocupação de casas devolutas degradadas, financiamento das operações, alteração de planos ou a constituição das associações de moradores, entre outros, e a ausência de respostas céleres por parte do Estado travou ou desacelerou, em alguns casos, o avanço e evolução das intervenções.

Mas esta “liberalização” de actuação tinha de acontecer porque sete anos eram, de facto, a média do que levava uma operação do Fundo de Fomento da Habitação, desde o momento de decisão política ao momento das pessoas a ocuparem as casas. Tratava-se, portanto, de libertar alguns dos controlos, contando com a pressão das famílias mal alojadas. Assim, o despacho sublinhava que uma das libertações era na parte do financiamento, delegando às Associações o que fazer com o subsídio do Estado, sem passar por verificações de contas, dos concursos públicos para adjudicações, etc. Significava um grande risco de se perder dinheiro, por má conduta por parte dos moradores. Todavia, passados uns anos e fiscalizadas as obras, não encontraram nenhuma irregularidade no que diz respeito à gestão dos dinheiros entregues pelo Estado às cooperativas ou às associações para elas gerirem.

3.3.2 ACTORES CENTRAIS DO PROGRAMA: MOTIVAÇÕES E EXPECTATIVAS



Fig. 25: Fotografias da manifestação “Casas sim, barracas não!”

Fonte: citizengrave.blogspot.com, (Mar. 2011)

Uma das mais importantes reflexões a fazer acerca do processo SAAL é a que o considera uma experiência de emancipação social e **democracia participativa**. Neste sentido, um aspecto relevante a ter em conta é o da diversidade de motivações internas, expectativas e práticas dos vários actores que protagonizaram o processo – principalmente do Estado, dos técnicos de intervenção e dos moradores.

No seio do Estado podiam identificar-se várias dinâmicas de transformação, nomeadamente através de tentativas de incorporação de modos de funcionamento inovadores, orientados para uma maior abertura à participação social. “(...) É justo reconhecer que o SAAL suscitou simultaneamente - ainda que dentro de certos limites - uma transformação no interior do aparelho de Estado e nas relações deste com a sociedade. Os corpos científicos e técnicos que, desde o início, impulsionaram estas transformações, conferindo um conteúdo de mudança política a todas as intervenções técnicas, assumiram um papel crucial de mediadores nesse processo. Ao lutar por uma «dinâmica nova na Administração», promovendo a sua «interligação com o tecido social envolvente».” (Baptista Coelho, 1986: 623), o processo SAAL estimulou assim, na perspectiva do Estado, a configuração deste enquanto agente activo de emancipação social e da democracia participativa.

A riqueza analítica e a complexidade deste processo revelam-se não só no modo como se colocaram importantes questões ideológicas a respeito do papel e da intervenção dos partidos e organizações políticas, mas também dos sectores e serviços do Estado envolvidos. Um dos debates mais acesos então suscitados incidia na metodologia adoptada que contemplava a participação activa das populações. Para os mentores do programa, esta orientação justificava-se pelas vantagens decorrentes da valorização e do aproveitamento de energias e de recursos de que as populações dispunham. Já no terreno dos partidos e organizações políticas, contudo, essa opção foi frequentemente criticada, com base no argumento de que, sendo a habitação um direito, não fazia qualquer sentido que as populações tivessem que suportar o esforço de o ver efectivamente realizado.

Para os técnicos ou intelectuais específicos que constituíam as equipas pluridisciplinares de intervenção, o processo era também considerado como um desafio – pela ampla disponibilização de informação técnica aos cidadãos “comuns”, conferindo-lhes o poder e proximidade para confrontá-los com as suas expectativas em relação ao direito à habitação e a

espaços com qualidade de vida. Tal como conta o arquitecto Manuel Vicente, *“Nas minhas funções nos serviços de habitação fui levado a discutir com as organizações populares de uma pequena aldeia operária, e apercebi-me de que, contrariamente à Municipalidade, estas pessoas tinham uma visão muito real das necessidades e aspirações em matéria de melhoramento da cidade. (...) Sabiam exactamente o que era uma rua e uma praça e evitavam todas as discussões académicas sobre os tipos de habitação.”* (Ribeiro, 1978). Como seria de esperar, esse diálogo nem sempre se revelou pacífico ou fácil, mas implicou um intercâmbio de saberes e de experiências de que todos os actores acabaram por beneficiar.

3.3.3 EXISTE UMA ARQUITECTURA DA REVOLUÇÃO E DO SAAL?

A revolução gerou uma nova arquitectura? Ou a arquitectura gerou, no sector habitacional, uma nova revolução? É uma questão pertinente e ao mesmo tempo ambígua, uma vez que ambas as afirmações são verdadeiras. Isto é, o ambiente revolucionário e as novas condições políticas permitem movimentações e experiências até aí impossíveis de se realizarem, bem como a necessidade de romper com o passado de ditadura e pobreza habitacional, que impulsiona os cidadãos a agir. Por outro lado, a acção e o contexto em que surgem novos arquitectos permite uma revolução na arquitectura e no modo de projectar a habitação (social) que ficará para a história como um importante marco na construção e na arquitectura portuguesa. A existência de formas de actuação até aí pouco exploradas. *“A actuação do arquitecto, neste contexto da luta dos moradores e em geral da liquidação do planeamento e política de habitação da ditadura fascista, foi o ponto de partida para as grandes transformações da prática profissional: planeamento urbano participado, nova política de habitação, enquadramento e caracterização das empresas de construção civil, o próprio estudo de novas tipologias e experimentação de novos processos construtivos, etc. Deste modo o nível de qualidade técnica do arquitecto, que foi realmente importante no desenrolar das diversas operações, só tem valor quando a solução encontrada reflecte uma crítica ao tipo de habitação económica tradicional e em geral às propostas do gosto dominante e, paralelamente, resulta de um processo de discussão e mútua informação entre as organizações de moradores, com suas necessidades e objectivos, e os técnicos com a sua formação política e profissional.”* (Ribeiro, 1978: 125).

Uma das principais características deste “movimento” é a diversidade e a diferença entre os vários projectos existentes nos vários sítios do País. Se é verdade que em Setúbal e no Porto prevalece a construção baixa, já em Lisboa predomina a construção em altura. A polémica em torno de questões ideológicas é na altura tão ou mais importante que os custos económicos, para muitos elementos das equipas. A questão dos quintais, ou pátios, reivindicados sistematicamente, por exemplo, nos bairros de Setúbal, encontra por vezes a oposição e o preconceito de alguns arquitectos que consideram tal pretensão como “burguesa”.

Foram feitas diversas propostas em todo o país e iniciadas várias intervenções, como se pode observar nos quadros seguintes:

| Núcleos | 1974 | | |
|---------------------|------------------------|---------------------|----------------------------|
| | Pedidos de intervenção | Operações iniciadas | Nr. de famílias envolvidas |
| SAAL/NORTE | 19 | 13 | 3986 |
| SAAL/CENTRO-SUL | 29 | 29 | 16710 |
| SAAL/ALGARVE | - | 3 | 167 |
| TOTAL GLOBAL | 48 | 45 | 20863 |

| Núcleos | 1975 | | | |
|---------------------|-----------------------------------|------------------------|---------------------|----------------------------|
| | Pedidos de intervenção anteriores | Pedidos de intervenção | Operações iniciadas | Nr. de famílias envolvidas |
| NORTE | 6 | 90 | 45 | 11400 |
| CENTRO-SUL | - | 42 | 33 | 4876 |
| ALGARVE | - | - | 12 | 702 |
| TOTAL GLOBAL | 6 | 132 | 90 | 16978 |

| Núcleos | 1976 | | | |
|---------------------|-----------------------------------|------------------------|---------------------|----------------------------|
| | Pedidos de intervenção anteriores | Pedidos de intervenção | Operações iniciadas | Nr. de famílias envolvidas |
| NORTE | 48 | 7 | 7 | 1532 |
| CENTRO-SUL | 14 | 55 | 18 | 4830 |
| ALGARVE | - | - | 10 | 455 |
| TOTAL GLOBAL | 62 | 62 | 105 | 6817 |

| Núcleos | Totais | | | |
|---------------------|------------------------|---------------------|-------------------------------|----------------------------|
| | Pedidos de intervenção | Operações iniciadas | Pedidos ainda não satisfeitos | Nr. de famílias envolvidas |
| NORTE | 115 | 65 | 46 | 16865 |
| CENTRO-SUL | 131 | 80 | 51 | 23476 |
| ALGARVE | - | 25 | - | 1324 |
| TOTAL GLOBAL | 246 | 170 | 97 | 41665 |

Tabela 2: Dados acerca dos pedidos de intervenção SAAL de 1974 a 1976

Fonte: Livro Branco do SAAL (1976)

A principal diferença de facto decisiva entre o processo SAAL no Porto e nas outras áreas onde se registaram operações de vulto (subúrbios

de Lisboa e Setúbal, Seixal, Olhão e Lagos) é que, no Norte, as mais importantes operações decorreram no centro urbano, nos buracos abertos da cidade histórica, onde predominavam as “ilhas” e os bairros degradados, tornando o processo muito mais sensível em termos de urbanização.

Tratou-se de intervenções que, embora pontuais e fragmentadas, apontavam implicitamente para um modelo radical de cidade e planeamento: uma cidade em que os pobres também têm direito ao centro histórico, onde se admitem vários estratos sociais de moradores e várias funções urbanas. *“Uma cidade onde novos tipos de habitação podem referir tipos antigos e, sendo diferentes deles pela forma, assumem o carácter fragmentário da cidade, contrapondo o velho e o novo sem perda de um carácter geral solidificado pelo uso e o tempo.”* (Pereira, 1995: p. 561)

Os projectos do SAAL no Porto integravam-se, de facto, naquilo a que os urbanistas reformistas italianos designaram por uma “terceira geração de planos”, feitos não para a expansão mas para a consolidação e ordenamento da cidade. Com o SAAL, a Revolução portuguesa demonstrou ter jogado, também no terreno do urbanismo e da arquitectura, simultaneamente com o passado e com o futuro, com a condição moderna e a pós-moderna.

Em Lisboa, pelo contrário, as principais operações SAAL ou ligadas ao SAAL decorreram em zonas de subúrbio, nos arredores da cidade. Tratou-se portanto de blocos colectivos de média altura, agrupados em pátios em “U”, em bandas, com galerias e acessos verticais muito acentuados. Ou seja tratou-se essencialmente de tipologias anteriores à Revolução, agora construídas em condições de emergência.

Outras operações SAAL do Sul adoptaram os tipos também usados no Norte - bandas ou pátios de casas unifamiliares geminadas ou em duplex. Um exemplo da aplicação desta tipologia é o bairro do Casal das Figueiras, em que as casas, projectadas pelo arquitecto Gonçalo Byrne, tiram o partido possível do facto de se situarem numa encosta, enfileirando-se na cumeeira como uma muralha, e organizando-se por patamares, ladeados de escadas, ao longo da encosta. Aqui, como no Rio de Janeiro, os pobres têm melhores vistas que os ricos.

Sobre as tipologias, as decisões tomadas e a acção dos arquitectos neste programa, apresentam-se de seguida alguns excertos e comentários de uma mesa redonda, dirigida por Bernard Huet (Ribeiro, 1978: 131 a 134)

O despacho do SAAL tem ambiguidades, indefinições e, nalguns pontos é contraditório, o que levou a práticas e interpretações diversas, conforme as relações que se estabeleceram entre os principais intervenientes no processo e as características de cada zona de intervenção. Sobre o problema das questões tipológicas, diversas razões se invocaram em defesa das propostas apresentadas. O arquitecto Hestnes Ferreira intervém do seguinte modo: *“(...) Quanto aos problemas das densidades, nós falámos com as organizações populares e propusemos-lhes uma escolha de tipologias muito variada, indo do bloco de habitação colectiva de quatro andares, até à habitação individual em pátio; explicámos-lhes o que estas tipologias representavam em termos de densidades. Eles conscientemente escolheram o tipo de quatro andares. Várias equipas, sem se consultarem, chegaram aos mesmos resultados em diferentes bairros da cidade (Lisboa). Pode-se explicar este fenómeno pelo facto de que a maior parte das pessoas, de origem rural, desejariam integrar-se na “urbe” e que, para eles, habitar na cidade era viver num apartamento; o tipo rural era sinónimo de rejeição (por parte da sociedade).”*

O arquitecto Manuel Vicente comenta: *“(...) A cidade na nossa tradição latina pode ser assumida pela população como projecto colectivo. É bem mais fácil falar de uma forma de cidade com a população do que discutir um objecto arquitectural. Nas minhas funções nos Serviços de Habitação fui levado a discutir com as organizações populares de uma pequena aldeia operária, e apercebi-me de que, contrariamente à Municipalidade, estas pessoas tinham uma visão muito real das necessidades e aspirações em matéria de melhoramento da cidade.”*

Não se definiam no SAAL tipologias a adoptar nas várias zonas de intervenção espalhadas pelo País, nem tal seria possível ou desejável num processo que se pretendia inovador, e na prática se desenvolvia em função da capacidade organizativa e reivindicativa dos moradores (expropriações, financiamento) da capacidade de resposta dos vários sectores técnicos e da situação política geral. Neste sentido a obra concretizada deve ser entendida como um processo experimental onde muitas das realizações são mais resultado da urgência da execução do que do amadurecimento de uma opção tipológica.

Paralelamente devemos referir a existência de técnicos que viam neste processo a possibilidade de experimentação de uma nova metodologia de projectação e intervenção urbana e aqueles que não entravam na linha de conta com esta possibilidade.

3.3.4 MATERIALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES

A melhor forma de conhecer e comparar as diferenças tipológicas e arquitectónicas das operações passa pelo conhecimento e observação de bairros distintos, se possível, com o menor número de diferenças em relação às premissas da construção. Ou seja, bairros localizados na mesma cidade, com o mesmo tipo de população – origem, hábitos e ocupações – se possível, com semelhante topografia, etc. Assim, são aqui apresentadas, de forma geral e simplificada, quatro das cinco operações SAAL realizadas na cidade de Setúbal, a fim de extrair algumas conclusões acerca da materialização do processo e das suas diferentes formas. Estas servirão ainda para enquadrar o caso de estudo da presente dissertação – o bairro do Casal das Figueiras.

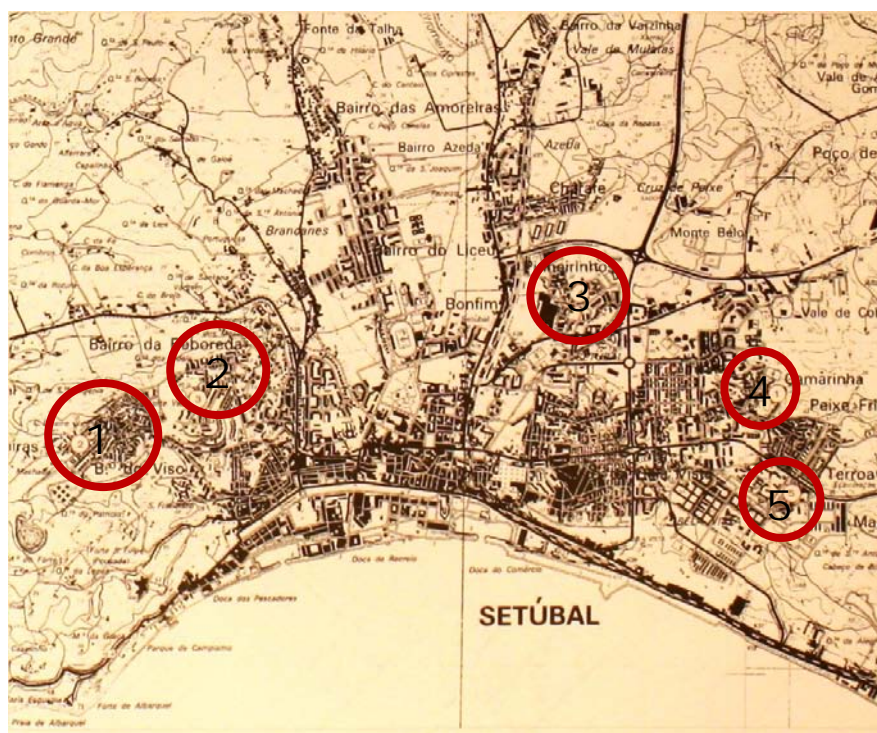


Fig. 26: Mapa de Setúbal com localização dos bairros SAAL

Fonte: Bandeirinha, 2007

- 1 - Casal das Figueiras
- 2 - Forte Velho
- 3 - Pinheirinhos
- 4- Bairro da Liberdade
- 5 - Terroa de Baixo

FORTE VELHO



Fig. 27: Mapa parcial de Setúbal, com localização do bairro do Forte Velho

Fonte: Bandeirinha, 2007

Nome do Bairro: Forte Velho

Projecto: Arq. Conceição Redol

Nome da Associação de Moradores: Grito do Povo

Início da operação: Novembro de 1974

Construção: 71 fogos

Início da obra: Abril de 1975

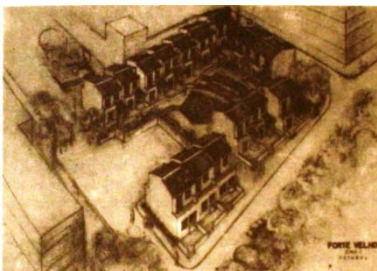


Fig. 29: Desenho em perspectiva de parte do bairro do Forte Velho



Fig. 28: Desenho do plano urbano do bairro do Forte Velho

Fonte: Ribeiro, 1979

Na década de 1950 forma-se um núcleo de meia dúzia de barracas que vai aumentando a partir de então e dar origem ao Bairro do Forte Velho (ou Castelo Velho) que, em 1974, já abrigava cerca de 66 barracas, somando 235 pessoas naquele espaço.

O lugar estava nas piores condições, mas a localização era perfeita, pois o bairro situava-se no início da Serra da Arrábida. «O que mais me chocou: por um lado ser extremamente degradado, e por outro ter uma posição privilegiada na cidade. Um ponto elevado, virado a sul, com vistas maravilhosas sobre Setúbal, um terreno altamente valorizado. Se aquelas casas saíssem dali... poderia ter sido um empreendimento que hoje seria para a burguesia. Felizmente, naquela altura, dado aquele programa, permitiu ser de facto recuperado para o realojamento daquelas famílias»



Fig. 30: Fotografias recentes do bairro do Forte Velho

Fonte: Pinho, 2002

conta Manuel Salgado, que fazia na altura parte do Gabinete de Planeamento de Setúbal (GPS) (in Pinho, 2002: p.63).

O bairro do Forte Velho e da Cova do Canastro (actualmente Bairro da Liberdade) são dos primeiros bairros a nível nacional a ligarem-se ao SAAL. Organizados numa Associação, como muitos outros bairros, reuniam-se diversas vezes no barracão, onde principalmente as mulheres eram interventivas. Se o dinheiro não chegava a horas, realizavam-se espectáculos, vendiam-se rifas, faziam-se doces e bolos.

O Forte foi o único bairro SAAL de Setúbal, e um dos raros no país, que adoptou a autoconstrução proposta pelo decreto SAAL. Saem das barracas, conseguem subsídios do FFH e, eles próprios, para combaterem o desemprego, lançam-se na autoconstrução, com o apoio e fiscalização do SAAL e da Câmara. Viveu duas fases distintas, em que na segunda já beneficiava da ajuda de uma arquitecta providenciada pelo SAAL. Esta diferença de fases reflecte-se no tipo de arquitectura utilizada no bairro. Enquanto na primeira fase é uma banda contínua, tipo comboio e casas todas iguais, na segunda fase há duas ou três variantes. Na primeira fase, não havia arquitecta e as coisas foram feitas de forma atabalhoada. As dimensões das divisões são pequenas, os acessos não estão bem pensados, entra-se directamente para a sala. Na segunda fase, já existe um hall, acesso específico para os quartos, etc.

As moradias dispõem-se em forma de L ou mesmo de U; há assim um pátio interior com a intenção de permitir uma vida social dos moradores: um espaço colectivo, sem logradouros privados. Trata-se de uma arquitectura evolutiva, para permitir uma eventual ampliação, com mais uma série de fogos. Existe a noção evolutiva, em função também das possibilidades económicas e do previsível aumento do agregado familiar.

PINHEIRINHOS

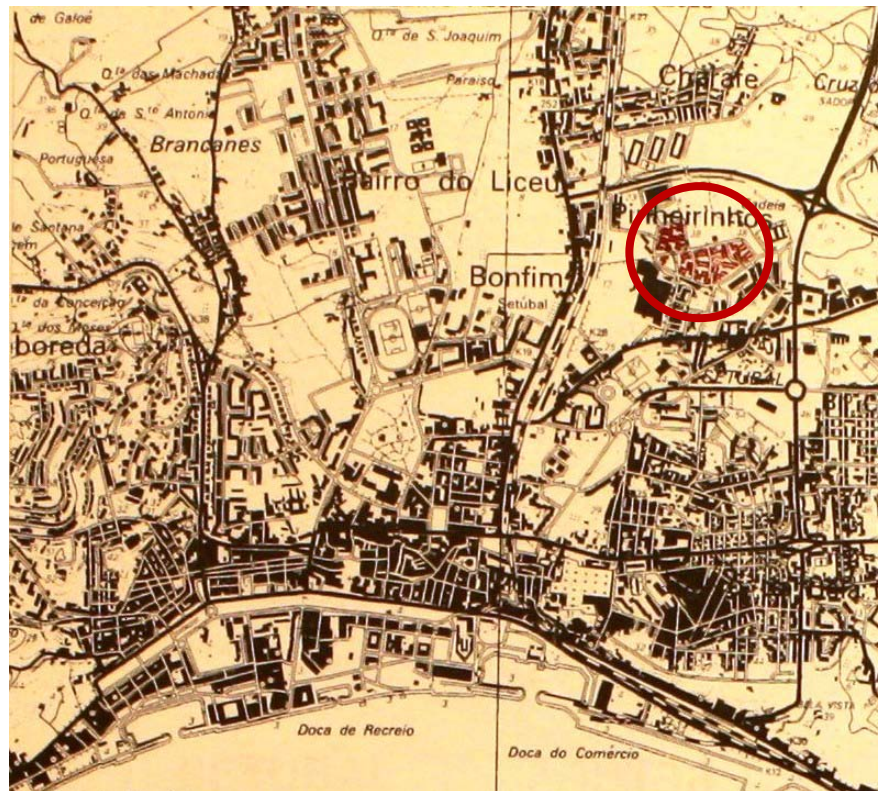


Fig. 31: Mapa parcial de Setúbal, localização do bairro dos Pinheirinhos

Fonte: Bandeirinha, 2007



Fig. 32: Desenho do plano urbano do bairro dos Pinheirinhos



Fig. 33: Fotografia do bairro dos Pinheirinhos em construção

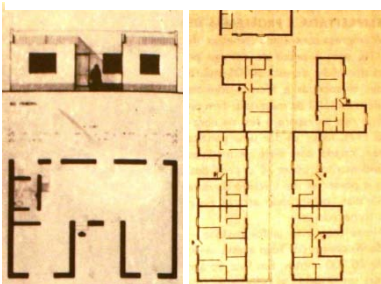


Fig. 34 e 32 Plantas e alçado dos módulos para os Pinheirinhos

Fonte: Ribeiro, 1979

Nome do Bairro: Pinheirinhos

Projecto: Arq. Helena Krieger

Nome da Associação de Moradores: Luta do Povo

Início da operação: Abril de 1975

Construção: 170 fogos

Início da obra: Dezembro de 1975

O terceiro bairro a iniciar a construção foi o dos Pinheirinhos, que juntava vários núcleos de barracas. Os moradores começaram a juntar-se em plenários no Núcleo de Nova Sintra e começaram a organizar-se. Em seguida, veio agregar-se o núcleo de barracas e casas abarracadas dos Quatro Caminhos, com experiência de ocupação de uns andares perto do bairro, os quais foram forçados a sair pelas forças militares. Logo depois, vieram os elementos da comissão de moradores das Azinhagas do Mal Talhado procurar equipa. Como o terreno escolhido era suficiente, nem os moradores nem o SAAL puseram dificuldades e a obra foi alargada, sendo fixado então em 170 o número de fogos a construir.

Os questionários demonstraram que a composição social do bairro era heterogénea, com grande número de ciganos, ao lado de operários e empregados da construção civil, trabalhadores da indústria conserveira,



Fig. 35: Fotografias recentes do bairro dos Pinheirinhos

Fonte: Pinho, 2002

mulheres-a-dias, etc. Todos se mostraram favoráveis às moradias de um só piso com um quintal e pouco comentavam acerca da organização dos fogos. No entanto, quando eram referidos os materiais dos acabamentos, não eram aceites soluções simplistas tipo cobertura sem laje, paredes em blocos que dispensassem reboco, etc. – a tendência era sempre para os acabamentos tradicionais, possivelmente ligada ao receio de que a casa tivesse um aspecto demasiado pobre.

Para atender a todos os condicionamentos e possibilitar o início dos trabalhos no terreno, foi definido um módulo quadrado, no qual caberia um fogo até tipo 4, com uma faixa traseira para logradouro. A partir deste módulo foram organizados esquemas de agrupamento que evitassem a monotonia da repetição de alçados demasiado rígidos, criando um certo movimento e formando pequenas zonas diversificadas, limitadas também pelos muros de suporte, que funcionariam como centros de interesse para o convívio colectivo, actividades infantis e de idosos. Para cada tipo de fogo definiu-se o contorno e posição da casa de banho e cozinha, podendo os moradores optar pelas propostas de compartimentação que mais lhes conviesse. Das discussões sobre o critério de atribuição de fogos, segundo o agregado familiar, resultou a necessidade de prever o crescimento dos fogos segundo esquemas relativamente simples. Assim, do T1 ao T4, o fogo desenvolvia-se no rés-do-chão, ficando a laje da parte posterior preparada para que pudessem ser feitos mais três quartos e casa de banho no 1º andar. Por não serem portantes, era também possível modificar as paredes divisórias do rés-do-chão.

BAIRRO DA LIBERDADE

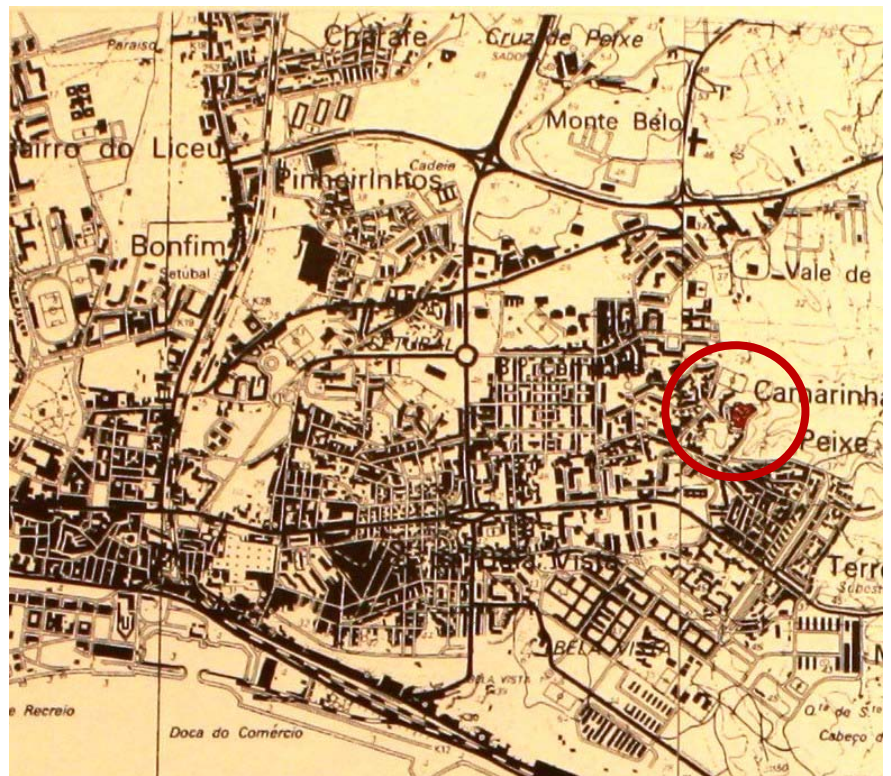


Fig. 36: Mapa parcial de Setúbal, localização do bairro da Liberdade

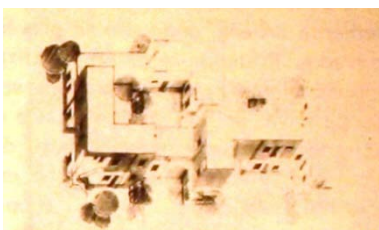
Fonte: Bandeirinha, 2007



Fig. 37: Maqueta do plano geral do bairro da Liberdade



Fig. 38: Maqueta do plano geral do bairro da Liberdade

Fig. 39: Desenho dos módulos habitacionais do bairro da Liberdade
Fonte: Ribeiro, 1979

Nome do Bairro: Bairro da Liberdade (antiga Cova do Canastro)

Projecto: Arq. Luís Casal Ribeiro

Nome da Associação de Moradores: Bairro da Liberdade

Início da operação: Outubro de 1974

Construção: 80 fogos e 20 a recuperar

Início da obra: Junho de 1975

O bairro da Liberdade é, com o Forte Velho, um dos primeiros bairros SAAL do país. Seis meses após o 25 de Abril, a população decide em Assembleia não pagar mais rendas pelo terreno que ocupa e entregar o dinheiro à comissão de moradores. Em Janeiro de 1975 inicia-se a construção do centro comunitário, com parte dos materiais cedidos por unidades industriais da cidade. A primeira fase, compreendendo um salão polivalente, balneários e posto médico, viria a estar concluída poucos meses depois; os moradores têm garantido o regular funcionamento de um jardim infantil com mais de 30 crianças.

A construção da zona colectiva é a primeira obra a ser concluída, onde fariam mais tarde reuniões, festas e espectáculos para arranjar fundos para as casas, visto que o dinheiro do SAAL não chegava. A maioria da população dedica-se à construção, sendo que 40% estavam

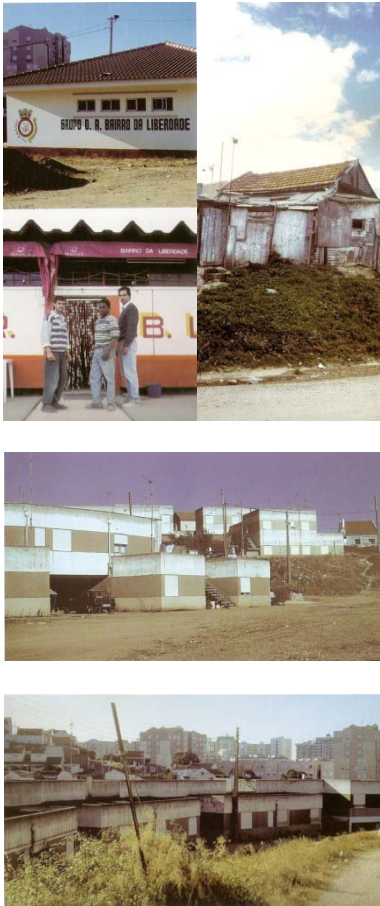


Fig. 40: Fotografias recentes do Bairro da Liberdade

Fonte: Pinho, 2002

desempregados, na sua maioria mulheres, e a Câmara ajuda com o transporte gratuito dos materiais.

Três meses depois de terem começado a trabalhar já havia casas em construção. Em Julho de 1975, para além do Castelo Velho e do Bairro da Liberdade, há já mais quatro bairros com terrenos expropriados.

Como principais conceitos arquitectónicos e urbanísticos aplicados, temos:

- descentralização através de unidades sociais de planificação. Quatro zonas fortemente ligadas fisicamente em torno de um espaço comum abarcando de 10 a 15 fogos. Espaços comuns que são ligados entre si por eixos de penetração claramente demarcados e dinamizados pela presença de oficinas de produção;
- modulação reticular estrutural de 4x4 m, evolução horizontal e vertical;
- tirando partido dos desníveis existentes, as habitações sobrepõem-se e organizam-se inteiramente com pisos a diferentes níveis. Os fogos estão agregados dois a dois ou três a três em torno de um núcleo de serviços (instalações sanitárias e cozinhas) e as zonas de lavagem de roupa situadas em terraços ao nível do piso 2. Este sistema permite a fácil incorporação de um sistema de aquecimento de água através de painéis solares;
- a interligação das unidades, formando núcleos, constitui uma dimensão social alargada da família;
- o sistema de reticula estrutural, deixando a planta livre, permitia a divisão dos espaços interiores à medida das necessidades de cada família.

TERROA DE BAIXO

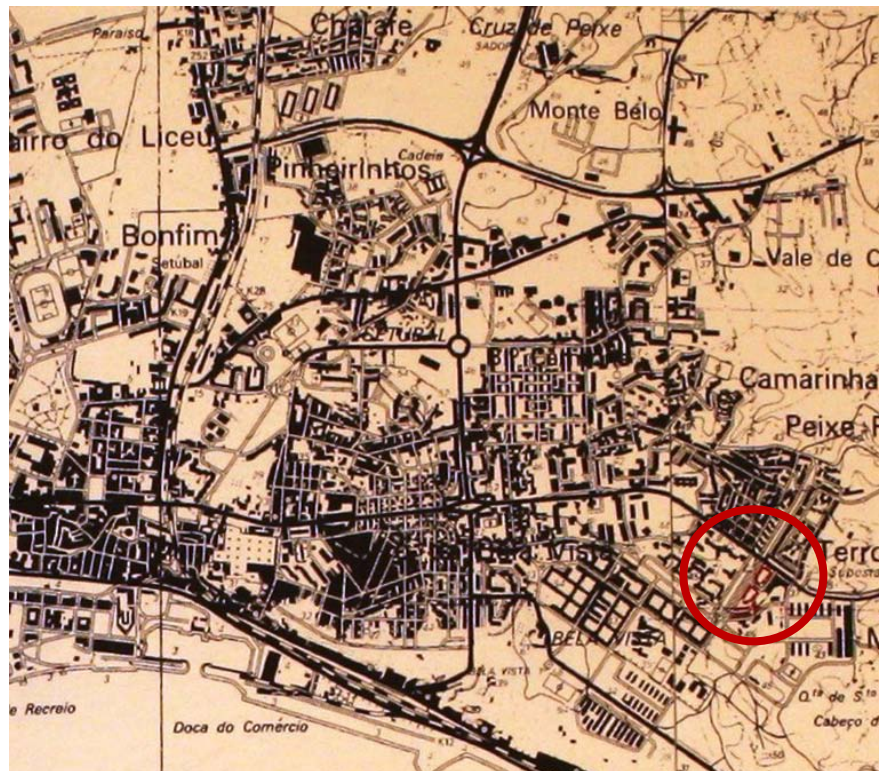


Fig. 41: Mapa parcial de Setúbal, localização do bairro da Terroa de Baixo

Fonte: Bandeirinha, 2007



Fig. 42: Desenho do plano geral do bairro da Terroa de Baixo



Fig. 43: Plantas e alçados das habitações de Terroa de Baixo



Fig. 44: Fotografia da construção do bairro da Terroa de Baixo

Fonte: Ribeiro, 1979

Nome do Bairro: Terroa de Baixo

Projecto: Arq. Rui Pimentel

Nome da Associação de Moradores: Terroa de Baixo

Início da operação: Julho de 1975

Início da obra: Abril de 1976

Era o mais pequeno bairro de lata de Setúbal. Dois anos antes do 25 de Abril, a população tinha sido expulsa do terreno que habitava sob o pretexto da construção de uma estrada. Ocupavam agora um outro espaço, cercado por um muro. A destruição deste muro foi a primeira acção dos moradores depois do 25 de Abril. O novo bairro seria, assim, construído à volta das barracas, e estas seriam destruídas logo após o realojamento dos moradores, deixando espaço livre para a construção de equipamento colectivo. Uma parte do terreno seria ainda reservada para zona verde.

A maioria da população era operária, sendo que alguns homens tinham emprego incerto ou viviam de biscates. Cerca de metade das mulheres trabalhavam nas fábricas de peixe, a outra metade em casa. No entanto, eram bastante exigentes naquilo que queriam: pressionavam os arquitectos para trabalharem depressa – estavam fartos de viver em más



Fig. 45: Fotografias recentes do bairro da Terroa de Baixo

Fonte: Pinho, 2002

condições -, exigiram coberturas em telha cerâmica em vez do fibrocimento projectado, bem como mudança da cor das fachadas.

Existiram, no decorrer do processo, outros desentendimentos entre a equipa e a população. Para além de a equipa sobrestimar a capacidade de leitura dos projectos por parte dos moradores, gerou-se nestes últimos um espírito de indiferença em relação às características do novo bairro. O importante era as casas surgirem rapidamente. Então, com o início da construção, ao ver “in loco” a habitação que lhes estava destinada, a população começou a levantar questões: as entradas dos fogos, por exemplo, davam para um pátio voltado para o interior do bairro, o que contraria a vontade da associação de se voltar para a rua (e de sair do “ghetto” em que sempre tinha vivido); o alpendre, por cima da entrada, tinha ripas à mostra, o que, na opinião deles, dava um ar de pobreza, etc.

Outras questões que tinham sido assentes previamente vieram a ser postas em causa: foi decidido, por exemplo, não se fazerem cozinhas espaçosas, ao contrário de outros bairros onde a possibilidade de comer nas cozinhas surgia sempre como exigência; as críticas sobre as dimensões da cozinha não deixaram, no entanto, de aparecer. No geral, pode se dizer que a equipa aceitou e tentou conciliar com a sua própria visão de arquitectura várias ideias transmitidas pelos moradores e que correspondiam ao conceito de habitação que eles tinham criado, apoiando-se em modelos de vida pequeno-burguesa a que aspiravam. Esse conceito reflectiu-se a nível de certas exigências feitas quanto à forma: moradias de um só piso com telhado inclinado, de preferência independentes umas das outras. O resultado é um compromisso entre uma concepção urbanística que permite formas de vida comunitárias (recusa do parcelamento do terreno em lotes independentes, alinhamento de bandas de fogos à volta de espaços exteriores comuns, serventia aos fogos através de caminhos públicos, etc.) e formas arquitectónicas tradicionais.

Em Julho de 1975, o barracão construído pelos moradores estava terminado e era o local comunitário onde faziam reuniões, sessões culturais com cinema e canto. Eram uma população activa: participavam, juntamente com outros bairros da cidade, em “invasões” da Câmara, pressionando directamente no gabinete do presidente, iam a manifestações em Lisboa para «para empurrarem as casas para a frente». Este é o primeiro bairro a ficar concluído, entre 1978 e 1979.

BAIRROS MONARQUINA E DIAS

Localizados na parte oriental da cidade, estes dois bairros de lata contíguos eram constituídos por barracas de madeira e cartão prensado, onde habitavam cerca de 230 famílias, sem qualquer tipo de infra-estruturas.

O Gabinete de Planeamento de Setúbal (GPS), que funcionava na Câmara em ligação com o Governo, propôs à população o terreno da Praça de Portugal, na entrada da cidade de quem vem do Alentejo. Iniciou-se de imediato o processo de expropriação e o terreno é declarado de utilidade pública. Desde o início que o plano de urbanização foi pensado para moradias unifamiliares. De resto, todas as operações SAAL que se desenvolviam em Setúbal tinham escolhido também moradias de um e dois pisos. O projecto, até aos seus pormenores, foi discutido com a população e ouvidas as suas opiniões.

No entanto, a proposta do GPS não gozava da simpatia dos donos do terreno, e mesmo dentro da vereação não tinha apoio garantido. Em 1977, depois de um longo arrastamento, o Ministro da Habitação manda interromper a operação iniciada pelo SAAL, com apoio unânime dos vereadores. A Câmara, que encomendara o projecto, propusera o terreno, que efectuou as terraplanagens e deu o aval ao início da construção, acaba por aprovar a suspensão da obra, indefinidamente. Os interesses imobiliários tinham-se imposto, sobretudo porque se tratava de uma zona cada vez mais valorizada.

Os moradores, desesperados, ocupam então as torres de bairros sociais ou comparticipados pelo Estado, novos ou praticamente prontos a habitar. Foi a única operação SAAL que foi totalmente abortada quando os primeiros alicerces se estavam a construir. Como refere Nuno Portas *«Setúbal foi dos poucos sítios onde apareceu de uma forma clara (...) o conflito entre o sector imobiliário legal e este tipo de programas (...)»*.

3.3.5 ENTRAVES E BLOQUEIOS

Como o novo regime não encarava uma solução para a grave situação habitacional, nem havia verbas previstas para a resolver – existiam cerca de 350 000 casas devolutas em todo o país -, pretendia-se envolver os moradores e responsabilizá-los por uma parte da construção de casas: o Estado garantiria os terrenos e as matérias-primas, as Câmaras os projectos e as infra-estruturas, e os moradores a construção propriamente dita, ou com o seu trabalho, ou contratando alguém para o fazer, para o que beneficiariam de um empréstimo bancário. Só que esta ideia da auto-construção, referida anteriormente, desde muito cedo começou a ser contestada, e de facto poucos foram os bairros em que os moradores aceitaram entrar com essa comparticipação, considerada uma “violência” e um “convite inaceitável à gestão da penúria”.

O principal estrangulamento situava-se na (in)disponibilidade dos terrenos. Passados mais de dois anos sobre o início do processo, estavam somente adquiridos 40ha, área insuficiente para o número de fogos em construção. Paradoxo de fácil explicação: muitos empreendimentos iniciaram-se sem que a situação dos terrenos estivesse regularizada. *“E o dilema era esse: se se tivesse esperado por uma lei dos solos que facilitasse claramente as expropriações (que só sairia em 1976) e por uma lei de financiamento, o programa pura e simplesmente não tinha arrancado.”* (Pinho, 2002: 52)

Os sucessivos governos provisórios não se decidiam e o que iam fazendo decorria das pressões populares e de um certo voluntarismo dos técnicos, na grande maioria jovens arquitectos e estudantes de arquitectura, confrontados pela primeira vez com programas com características multidisciplinares, orçamentos exíguos, terrenos difíceis, solicitados a promover as casas imediatamente, em assembleias de moradores cansados de esperar.

O deficiente apoio e assistência às obras, nomeadamente por falta de engenheiros, era evidente. Em muitos dos bairros construídos: *“(...) trata-se de casas pobres, com poucas intervenções, onde a qualidade do arquitecto está no ter sabido trabalhar com pouco, onde até as ruínas e a desolação do lugar, um muro, a terra, se tornam materiais sobre os quais se constrói o projecto.”* (Domus in Pinho, 2002: 52)

Observando a distribuição das operações em curso nos finais de 1975, constata-se a sua localização predominante no litoral e no norte do país: fortes núcleos na zona do Grande Porto e da Grande Lisboa, e um pólo

constituído por toda a costa algarvia. Em termos gerais, as carências de habitação faziam sentir-se com mais acuidade nas duas maiores cidades do país e concelhos limítrofes, directamente provocadas pela acelerada litoralização demográfica que já então se verificava. Para além de ser necessário arranjar casas para população de origem rural, que se aglomeram em bairros de lata e casas abarracadas, no caso de Setúbal há que ter em conta também a população urbana ligada à pesca e à indústria conserveira. Muitas operárias conserveiras e pescadores são vítimas da crise que atinge fortemente estes sectores – chave da primeira industrialização setubalense. A pesca condiciona as fábricas conserveiras, que por sua vez dependem da pesca. As fábricas vão encerrando, a um ritmo mais intenso a seguir à Segunda Guerra Mundial. Com elas são empregos que se extinguem.

| | |
|----------------------------|----|
| Matosinhos | 5 |
| Porto | 23 |
| Gondomar | 1 |
| Vila Nova de Gaia | 1 |
| Espinho | 1 |
| Ovar | 2 |
| Coimbra | 5 |
| Vila Franca de Xira | 4 |
| Loures | 9 |
| Sintra | 2 |
| Cascais | 2 |
| Oeiras | 10 |
| Lisboa | 25 |
| Seixal | 2 |
| Setúbal | 6 |
| Évora | 1 |
| Alcácer do Sal | 2 |
| Beja | 3 |
| Montachique | 2 |
| Vila do Bispo | 1 |
| Lagos | 5 |
| Portimão | 3 |
| Lagoa | 1 |
| Silves | 2 |
| Loulé | 1 |
| Olhão | 1 |
| Tavira | 2 |
| Vila Real de Santo António | 1 |

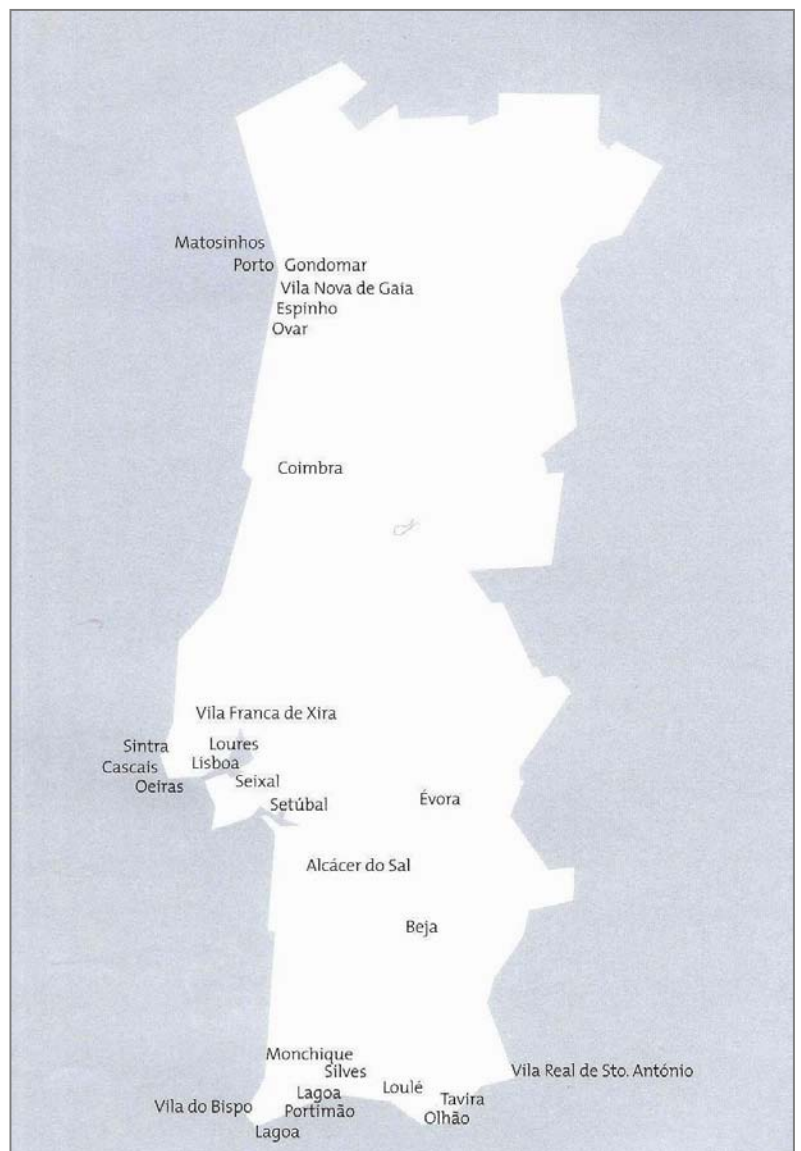


Fig. 46: Mapa das Operações SAAL em Dezembro de 1975 (por concelho)

Fonte: Adaptado de *O problema da Habitação*, 1976

3.4 EXTINÇÃO DO SAAL



Fig. 47: Cartaz reivindicativo contra a extinção do SAAL

Tal como afirma Nuno Portas, “(...) A prática mostrou que havia desconfianças do SAAL em todos os partidos embora de diferente natureza. Eu disse e afirmei num artigo, aqui há uns anos, que o SAAL foi um programa tão controverso que nenhum partido político, desde a extrema-direita à extrema-esquerda, teve unanimidade de posição em relação ao SAAL, ao longo do ano e meio que ainda durou como movimento vivo, se visto do Norte ao Sul do país. (...) Aliás, o programa nunca foi extinto ao contrário do que se diz. O programa foi ou não continuado localmente, melhor ou pior, pelas autarquias, o que era lógico que acontecesse, coisa que muita gente ligada ao SAAL não aceitava porque não acreditavam no poder local como uma realidade potencialmente positiva e movimentadora. Ora os conflitos que se acumularam, teriam que ser resolvidos mais dia, menos dia, e foi por esse lado que apareceram as pressões para o extinguir como «serviço técnico» autónomo.” (1998)

A 27 de Outubro de 1976, volvidos cerca de dois anos desde o início oficial do programa, um despacho conjunto do Ministério da Administração Interna e do Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção sugeria a extinção da metodologia do processo SAAL e da sua estrutura orgânica de intervenção. Segundo os ministros subscritores deste documento, Costa Brás e Eduardo Pereira, “(...) após dois anos de experiência, conclui-se que algumas brigadas do SAAL se desviaram de forma evidente do espírito do despacho que as mandava organizar, actuando à margem do FFH e das próprias autarquias locais”, considerando-se assim que as populações mal alojadas não tinham vindo a ser “acompanhadas como era imperioso que o fossem.” (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 452). Os factores que conduziram à extinção do SAAL são, contudo, mais complexos e diferenciados. Pouco depois de tomada essa decisão, assistir-se-ia a uma contenção do investimento público no sector habitacional, assim se alterando a tendência observada nos anos anteriores. “(...) No campo legislativo, apenas tardiamente surgiram importantes diplomas que consolidariam os mecanismos de financiamento das operações SAAL e no domínio da obtenção de terrenos, sendo muitas vezes ignorados os trabalhos jurídicos elaborados no decurso do processo” (Brochado Coelho, 1986: p. 657). Por outro lado, a máquina administrativa e técnica do Estado revelou-se cada vez menos capaz, e com menos vontade de dar resposta administrativa às dinâmicas de adesão ao programa e ao crescente número de pedidos de intervenção, quer devido a limitações financeiras, quer pelos bloqueios gerados muitas vezes à escala municipal, por razões de natureza

urbanística e de planeamento local. A somar-se a estes factores, observou-se uma exigência crescente dos moradores, concomitante com a progressiva institucionalização do SAAL.

Em construção estavam, na altura, 2250 fogos e estava iminente o arranque de mais quase 6000. Sintomaticamente, porém, só 13% da totalidade dos solos necessários para essas intervenções estava disponível, cedido ou expropriado (Bandeirinha, 2011). Objectivamente, não houve nenhuma operação que tivesse sido finalizada no período de vigência do SAAL, enquanto serviço de administração central, ou seja, entre Agosto de 1974 e Outubro de 1976. Todas foram, portanto, alvo de adaptação administrativa e processual que, nalguns casos, chegaram mesmo a inverter ou a anular as formulações anteriores. Muitas operações mudaram o local de intervenção, outras mudaram de equipa ou de projecto, outras seguiram os mesmos projectos sem o acompanhamento das equipas que os tinham elaborado e outras, pura e simplesmente, acabaram.

Contudo, as principais razões que se encontram na base da extinção do SAAL são de natureza política, social e histórica, ligadas ao momento que então se vivia. A incapacidade do Estado, ainda a iniciar o período de transição da ditadura para a democracia, em acompanhar o ritmo do processo durante um período de “dualidade de impotências”; a ausência de experiências passadas e duma memória da participação social e política e de intervenção cívica, da confrontação e do diálogo entre diferentes saberes e experiências; e, finalmente, a dinâmica de “normalização” em que assentou o período pós-revolucionário, com as suas tentativas de eliminar ou de condenar à irrelevância quaisquer experiências que pudessem aparecer como alternativas à “normalidade” da democracia representativa e parlamentar, são alguns dos factores que contribuíram para o fim do processo.⁵ Provavelmente, são estas as principais causas que explicam o fim do SAAL e o fracasso da maturação, consolidação e continuidade de uma das mais importantes experiências de participação popular durante o período revolucionário.

No entanto, passados 34 anos sobre o início das operações SAAL – em 2008 – a revista *Arquitectura e Construção*, em entrevista a alguns arquitectos participantes deste processo, afirma que a visão dos principais intervenientes em relação à falência do programa não coincide. O que não será tanto de estranhar, dado que o programa seguiu caminhos muito distintos, em função das zonas onde foi sendo implantado. Por exemplo, no

⁵ João A. Nunes e Nunes Serra (s/ data) “Casas decentes para o povo”, visualizado em www.ces.uc.pt, a 14 Janeiro 2011

Porto as questões foram sempre mais sensíveis, porque as operações decorriam em plena cidade, com o objectivo da consolidação do tecido urbano. Em Lisboa, Setúbal e Algarve serviam especialmente para criar novos bairros, para acolher as pessoas dos chamados bairros de lata. Se, por exemplo, no Algarve, o Arquitecto José Veloso fala em “16 operações que envolveram a construção de mais de 1200 fogos”, no Porto, o arquitecto Alexandre Alves da Costa constata que o SAAL “faliu sem ter praticamente chegado a ser levado à prática. Apesar da espantosa mobilização dos moradores e das centenas de pedidos para operações, o que se conseguiu foi pouquíssimo.” (Pereira, 1995: p. 562)

Este último, um dos arquitectos responsáveis pelo SAAL no Porto, reconhece que a falência do programa teve a ver com o nascimento da democracia representativa e com o consequente fim da democracia directa, que estava na génese do SAAL. Mas discorda que a conflitualidade no Porto tivesse passado pela luta partidária. “(...) A reorganização do Estado, a democracia representativa, uma autarquia (do Porto) muito conservadora – ainda com muitos dos funcionários do antigo regime – e os interesses imobiliários travaram o processo.” (idem: 560)

Responsável pela coordenação do SAAL/Algarve, o arquitecto José Veloso não hesita em acusar o poder partidário pelo fim do programa. “(...) O SAAL só foi possível porque as pessoas acreditaram. E por isso participaram. Não houve necessidade de documentos, não houve inaugurações, o dinheiro chegava depois de as casas estarem a ser feitas... O contexto da época era de uma grande disponibilidade das populações para participarem nos processos. Mas também só foi possível pela adesão a 100% das comissões executivas das autarquias, onde as operações tiveram lugar. Tudo isto foi posto em causa com as eleições autárquicas de 1976, quando as autarquias do Algarve abandonaram o programa, sacrificando as populações.” (in Mendes, 2008).

Num depoimento de Maio de 1978 (in Ribeiro, 1978), com uma visão mais próxima do acontecimento, Nuno Portas afirma que o chamado Processo SAAL tinha acumulado, no final de 75 e devido à sua formulação “alternativa” em relação às formas convencionais das políticas de alojamento, um largo contencioso: quer como (1) via autónoma de promoção de habitação, (2) como bandeira que a prática tinha ligado, na imagem pública e na actuação de vários dos seus agentes, às vanguardas políticas, (3) quer ainda pelo serviço “paralelo” frente aos serviços pré-existentes, tanto das Direcções Gerais (FFH) como de várias câmaras municipais. “(...) São a segunda e terceira razões que levam ao segundo despacho conjunto

de 1976, que para muitos ficou designado por “extinção do SAAL” e para outros de simples “repor do processo no seu lugar”. Não oferece grandes dúvidas que, subjectivamente, se pretendia desacelerar as operações iniciadas e desencorajar novas iniciativas, dando a impressão de que apenas se estavam a corrigir excessos que aliás não se objectivaram.»

Face a estes depoimentos e opiniões, concluímos que a abrangência e polaridades do programa se reflectiram também no seu fim. O SAAL foi, de facto, um programa controverso, que abriu novos caminhos à política de habitação portuguesa. “(...) Curiosamente, em poucos meses, o processo SAAL tinha provocado a elaboração de um número de projectos apreciável – muito superior ao produzido, no mesmo período, por qualquer outro sector do Estado, o que lhe granjeava ainda mais inimigos, os inimigos do que se produz com entusiasmo – e projectos que eram inovadores, em muitos casos, dentro do costume da habitação social em Portugal: projectos evolutivos; agrupamentos de baixa altura, na maioria; conjuntos adaptados a médias empresas e, ainda, nalguns casos, capazes de incorporar a auto-construção.” (Portas in Cidade Campo, 1978: 112)

Mas talvez pela sua audácia e radicalidade, e conseqüentemente pelo medo da instabilidade política que tal poderia gerar, chegou-se à extinção oficial deste processo, anunciada no **Despacho Ministerial**, publicado no Diário da República de 28 de Outubro de 1976 (ver Caderno de Anexos, p. 3). O mesmo Despacho acusava, também, o mau procedimento das populações relativamente às regras impostas pelo regulamento do SAAL «(...) nem às câmaras municipais foi facultada a possibilidade do seu contributo, nem ao FFH foi solicitada a ajuda técnica conveniente para este tipo de operações, nem os terrenos se conseguiram com a celeridade que o processo impunha, nem o número de fogos construídos até esta data tem qualquer significado.» E, para colmatar as diversas acusações realizadas contra as populações ou contra as pessoas que executavam as operações SAAL, deu a responsabilidade do aumento de bairros clandestinos, não à necessidade urgente de criação da habitação, mas sim à “anarquia generalizada” provocada pelo SAAL.

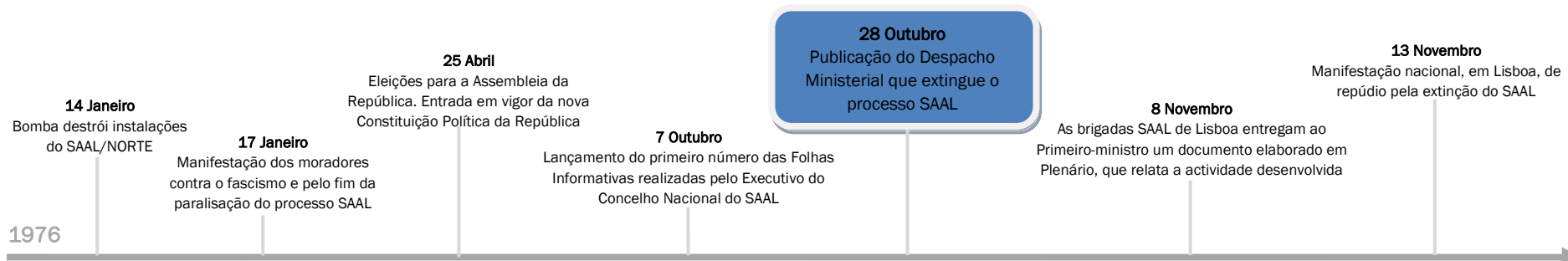
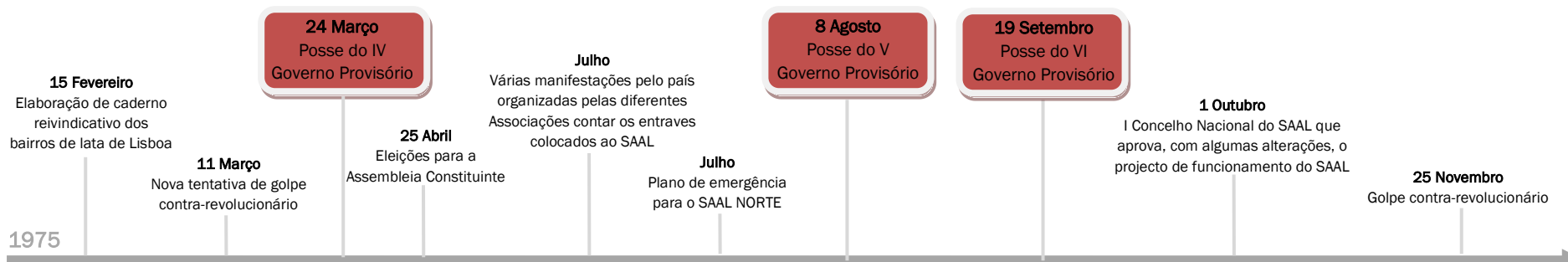
Como resposta à publicação deste Despacho, para além da organização de diversas manifestações por todo o país, foi escrita uma **Moção de Repúdio**⁶ (ver Caderno de Anexos, p. 6) por várias Associações de Moradores do País, mostrando o desagrado perante a cessação dos trabalhos do processo SAAL «(...) Repudiamos totalmente estas afirmações por serem completamente falsas, pois não esquecemos o trabalho

⁶ Manuscrito presente no arquivo da Associação do Casal das Figueiras

incansável que nós moradores e as Brigadas que nos acompanhavam e tentavam executar as decisões e vontades expressas dos moradores pobres tiveram junto das Câmaras, FFH e MHUC, tendo este trabalho sido sistematicamente boicotado e entravado pelas entidades referenciadas. Consideramos pois o SAAL vítima de uma manobra arquitectada há já muito tempo e só agora posta em prática, por só agora existirem as condições políticas ideais para o fazerem.»

Continuando a apelar às condições a que tinham direito e afirmando que o SAAL era a melhor solução criada, as populações e os moradores dos bairros degradados exigiam a continuação da luta por uma melhor qualidade de vida «*A nós moradores atingidos e que sentimos isto tudo na pele, pois há muitos anos vivemos em barracas sem o mínimo de condições de habitabilidade, a nós que sabemos ser o SAAL o melhor meio de concretizarmos o nosso acesso a uma habitação digna, a nós que sabemos ser este despacho mais um golpe desferido em nós (...). A luta continua e novas formas irão surgir para travar o avanço da burguesia que se quer impor, mas que nós contestamos (...).*».

De seguida é apresentado um gráfico para uma melhor visualização temporal dos momentos de instabilidade política vividos durante todo o período de existência do SAAL, bem como o poder reivindicativo da população naquela altura. Este gráfico é baseado na Súmula Cronológica, presente no Caderno de Anexos (p. 7).



3.5 DEZ IDEIAS-CHAVE ⁷

1| Teoria + planeamento = democracia

As correntes marxistas de Henri Lefèbvre e Manuel Castells legitimaram política, científica e academicamente acções em que a arquitectura, o planeamento urbano e o conhecimento técnico se colocaram, em prol do bem-estar colectivo e individual, ao serviço das populações e da sua luta pela transformação das relações sociais. As Operações SAAL são a expressão de um posicionamento claro de projectistas, decisores políticos e população perante o desenho da sociedade.

2| Os diferentes papéis do Estado na habitação social

O Estado promoveu, numa primeira fase do período revolucionário, modos de intervenção urbana urgentes, que envolveram a participação dos cidadãos, e criou, nessa altura, determinadas condições de base para uma acção continuada (quadro de valores, legislação, apoio militar). Posteriormente, as diversas dinâmicas sociais – tais como a burocracia, desencontros processuais, desigual envolvimento local, complexo e instável processo político ao nível nacional - foram o retrato de um Estado dividido entre o apoio e o abandono de um assinalável movimento social.

3| Movimento das Forças Armadas: um apoio

Muitos militares participaram em projectos que as suas estruturas assumiram como uma acção imperativa de solidariedade. Foram regularmente chamados a intervir na arbitragem de situações de conflito, especialmente durante as ocupações de casas devolutas, constituindo uma força de regulação e amenização do ambiente tenso entre classes e grupos sociais.

4| Habitação: proximidade e escolha informadas pela multidisciplinaridade

Os detentores de formas especializadas do conhecimento e das competências técnicas de habitação e urbanismo - arquitectos, engenheiros, sociólogos, juristas, geógrafos, entre outros - foram fundamentais na definição de estratégias necessárias ao cumprimento dos objectivos do movimento, bem como nas alianças que estabeleceram com as comissões de moradores. Num processo que nem sempre seria fácil, foram obrigados a discutir as concepções estéticas e as preferências dos moradores,

⁷ Adaptados de Samuel Roda, *in* Saal-memorias.blogspot.com

procurando soluções técnicas de baixo custo, de modo a configurar e personalizar o habitat de acordo com as vivências.

5| Uma “personalidade-chave” para um “momento-chave”

A acção de Nuno Portas como Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo relevou uma notável coincidência entre as competências do arquitecto e do político. O seu trabalho é hoje objecto de uma revisitação regular nos domínios da Arquitectura e do Planeamento, sobretudo pela forma como assegurou condições para o estabelecimento de estruturas como o SAAL ou, posteriormente, os GAT (Gabinetes de Apoio Técnico).

6| O poder das pessoas

Associados aos SAAL, ocorreram fenómenos de participação popular colectiva, com destaque para a importância das cooperativas de habitação que agruparam os moradores dos bairros degradados, das “ilhas” e os residentes de prédios subalugados, por vezes em processos que passaram pelas ocupações de casas devolutas. A época assistiu a um alteração no papel social das mulheres, que passaram a ter outra importância no domínio público. «A situação das mulheres neste processo é particularmente interessante porque as mulheres praticamente é que dominam o processo.»⁸

7| Direito à habitação é Direito à qualidade de vida

Com a dinâmica empreendida pelas operações SAAL, as populações tiveram a oportunidade de discutir a importância da qualidade do espaço residencial e das infra-estruturas fundamentais, reivindicando equipamentos urbanos e sociais instalados no local de modo a que se criassem raízes para desenvolver formas de sociabilidade ancoradas na apropriação do espaço público. Transportes públicos adequados, espaços de lazer para crianças, escolas, creches, espaços verdes, centros de dia para idosos, centros de saúde, espaços desportivos e de lazer eram preocupações integradas numa ideia de «direito ao lugar».

8| A criação arquitectónica

O que torna tão específico todo este processo é que a cultura arquitectónica portuguesa do 25 de Abril é o SAAL, pois representa tudo o que se processou de produção arquitectónica e as reflexões sobre a mesma no período pós-revolução. Tal como conta José António Bandeirinha “A auto-

⁸ Alexandre Alves Costa no documentário *Operações SAAL*

*construção é uma ideia herdada, não só da América Latina, mas também do Norte de África, Egípto, Marrocos e Tunísia, etc. Havia muitos processos que iam buscar populações do meio rural. (...) E finalmente, num sítio qualquer recôndito da Península Ibérica que ninguém até àquele momento tinha falado nele, estavam a cumprir aquilo que era a grande ambição do debate arquitectónico, principalmente do pós-guerra: era construir, **não para o povo, mas construir com o povo**. Isso foi uma coisa muito intensa. As revistas internacionais, sobretudo as europeias, começavam a perceber que se passava aqui qualquer coisa.”⁹*

9| Reconhecimento internacional

O reconhecimento internacional das operações SAAL, consubstanciado em conferências e publicações especializadas, deu a arquitectos como Vítor Figueiredo, Siza Vieira, Alexandre Alves Costa, Manuel Vicente, Souto Moura, Manuel Tainha, Gonçalo Byrne ou Nuno Portas, entre muitos, notável visibilidade internacional, nomeadamente em Itália e Espanha. Esse foi um impulso crucial, se não para o desenvolvimento da Arquitectura moderna portuguesa, para um conjunto de carreiras individuais. Tal acontece, não só para saudar o talento de cada um, mas também pela aplicação do qualitativo “arquitecto de participação” a cada um.

10| Vida urbana: os bairros e a sua evolução

Os Bairros criados e respectivas tipologias habitacionais sofreram uma evolução vivencial de acordo com os diferentes processos de concepção, edificação e gestão. Cada qual evoluiu no tempo, segundo os mais diversos ritmos e contextos económicos, geográficos, políticos e sociais. Numa acção que abrangeu todo o País, a arquitectura e o planeamento resultantes constituem, hoje, um acervo de modelos habitacionais que importa reavaliar.

⁹ Documentário Operações SAAL

4. O BAIRRO DO CASAL DAS FIGUEIRAS – NARRATIVA DE UMA OPERAÇÃO SAAL

Gente da Serra e do Mar

*“Fica entre o mar e a serra
Vencem batalhas sem guerra
E têm a graça de Deus.
Está entre o azul do Sado
Vive em paz abençoado
Pelo lindo azul dos céus.*

*Gente da Serra e do Mar
Fazem a história a cantar
Trazem a sua mocidade.
Vêm do Casal das Figueiras
São flores de laranjeiras
Vão perfumar a cidade (...)”*

4.1 ASPECTOS DE DETALHE METODOLÓGICO

Neste capítulo pretende-se abordar a concretização do processo SAAL no Bairro do Casal das Figueiras, inserido no contexto da situação da habitação social em Setúbal. É aqui realizada uma análise do ponto de vista da arquitectura mas, ao contrário do que acontece nas restantes abordagens desta natureza, existe também uma preocupação com a dimensão urbanística e social do tema. Com efeito, as lutas dos moradores de barracas têm um alcance muito mais vasto: numa primeira fase exige-se o abastecimento de água, o saneamento básico, a electricidade; numa segunda fase, reivindica-se a arquitectura, o urbanismo. As formas que a participação popular assume apresentam resultados que transcendem os do universo social local – a cidade de Setúbal desenvolve os programas SAAL mais rapidamente que no resto do país. Pretende-se aqui um estudo que contribua para a articulação da história local - do lugar - com a história mais global em que esta se insere.

Parece, então, pertinente analisar com detalhe este caso, que partilha, todavia, características comuns com outros bairros SAAL da cidade de Setúbal – surgem num quadro temporal que encena contradições próprias de um contexto revolucionário, onde a reivindicação embate de frente com vícios de um Estado autoritário do antigo regime e em que se vive instabilidade política e os problemas dos governos provisórios. No entanto, também as diferenças entre o Bairro do Casal das Figueiras e os outros bairros suscitam a curiosidade e a vontade de aprofundar o conhecimento acerca deste. Em Setúbal, na generalidade da construção dos restantes bairros sociais, não há preocupações com a cidade, nem com o urbanismo. Apenas, momentaneamente, questões práticas como os transportes e com a proximidade do comércio - interessa a aquisição do local para a rápida construção das casas. *“Apenas no Casal das Figueiras encontramos uma população que já tem um passado de três gerações na cidade; um percurso diferente na intervenção, conferindo ao local um significado e valor cultural precisos, referindo a intervenção à cidade e exigindo da arquitectura o assumir desta relação”* (Ribeiro, 1979: p. 45). Ou seja, o Casal das Figueiras exige, na sua projecção, uma maior consideração em relação à inserção na cidade, ao urbanismo, e um maior aprofundamento arquitectónico para esta concretização.

4.2 A CIDADE DE SETÚBAL – CONTEXTUALIZAÇÃO

Crescimento Urbano



Fig. 48: Localização do distrito Setúbal em Portugal



Fig. 50: Municípios do distrito de Setúbal



Fig. 49: Imagem aérea da cidade de Setúbal



Fig. 51: Brasão da cidade de Setúbal

Fonte: clientes.netvisao.pt, (Setembro 2011)

Para contextualizar a pesquisa é abordada, antes de mais, a questão dos bairros de lata em Setúbal, no período entre a 2ª Guerra Mundial e a explosão social de 1974. Foi o período em que centenas de milhar de pessoas nascidas e criadas em Portugal viviam em barracas, em condições abaixo da dignidade humana, em Portugal e além fronteiras.

A individualização de Setúbal através de uma intensa industrialização ocorre a partir do último quartel do século XIX. A cidade sadina transforma-se num dos principais centros da indústria de conserva de peixe. Em 1887 há 26 fábricas, em 1916 já 55 e nos anos de 1920 atinge o seu máximo, com mais de 140 fábricas (Pinho, 2002). Durante décadas, a indústria conserveira marca o crescimento da cidade e a ocupação do espaço urbano.

Com a crise geral dos anos 30 começa o declínio, só interrompido temporariamente com a 2ª Guerra Mundial e com a guerra colonial, que, por natureza, dão emprego às fábricas de conservas. O período entre 1930 e 1960 caracteriza-se por uma estagnação e até retracção industrial e demográfica, com o desemprego, a precariedade, a miséria e os bairros de lata.

A década de 1960 inicia, no entanto, um novo período, caracterizado pela chegada à cidade de vagas de populações camponesas alentejanas. Beneficiando de um óptimo porto e da proximidade a Lisboa, Setúbal começa a acolher as indústrias modernas, transformadoras e de construção, geralmente ligadas aos grandes grupos económicos, e que tendem a substituir as baseadas em recursos naturais. A importância industrial de Setúbal está bem expressa na composição socioprofissional da sua população residente activa: 47% trabalha na indústria, 25% no terciário, nos campos trabalha 6% e na pesca 3,5%.

É o período em que dispara a construção em altura, torres de muitos andares, como na Reboreda, perto do Casal das Figueiras, e no Bairro do Liceu. A população de menos recursos, ligada à construção civil, à pesca e às fábricas conserveiras, ocupa as periferias. Desenvolvem-se os bairros de barracas das zonas do Viso, Peixe Frito e Terroa; surgem os bairros sociais Marcelo Caetano - actualmente Humberto Delgado - e bairro Salazar - actualmente Bairro 25 de Abril -, simples dormitórios, longe do centro da cidade.

O Plano de Actividades Municipal para 1974, divulgado a partir de Janeiro em várias edições de “O Setubalense”, destaca o impacto de um conjunto de novas grandes empresas e alerta para as consequências do aumento previsto de cerca de 40 mil novos residentes na cidade e concelho de Setúbal. É a cidade do país com maior crescimento demográfico: 15% entre 1960 e 1970, e 34% entre 1970 e 1975. Em baixo, um quadro que demonstra a evolução da população da cidade de Setúbal nas Freguesias Urbanas durante as três décadas:

| Anos | 1950 | 1960 | 1970 | 1974 |
|------------|--------|--------|--------|--------|
| Habitantes | 50 455 | 50 966 | 58 581 | 78 781 |

Tabela 3: Número de habitantes na cidade de Setúbal nas décadas de 50 a 70

Fonte: Adaptado do “Inquérito Industrial ao Concelho de Setúbal”, cit. in Dows, p.18

A construção de um número tão grande de casas para responder a esta explosão demográfica é considerada um objectivo difícil, mas possível, ao mesmo tempo que se reconhece que as rendas que se praticam são “muito elevadas” para o nível de vida da população. Por isso, nas grandes urbanizações, a Câmara prevê um certo número de lotes para habitação social, com participação dos particulares para a resolução do problema, e espera que o FFH tome a seu cargo a respectiva construção.

A falta de planificação urbanística e as carências provocadas por tal crescimento acelerado não cessam de se agravar. Traduzem-se, por exemplo, na escassez dos serviços públicos: um hospital reduzido, apenas um liceu e uma única escola técnica sobrelotada; das duas escolas de ciclo preparatório, uma funcionava numa velha escola primária sem condições e a outra era um pré-fabricado; algumas escolas primárias situavam-se em locais perigosos e sem um recreio sequer. Nesta altura, segundo um levantamento realizado pela Câmara de Setúbal, entre 900 e 1200 famílias vivem em barracas, 2 000 famílias vivem em partes de casa e outras 2 000 famílias vivem em casas sem água, esgotos e electricidade. (Jaime Pinho, 2002). Surgiram, ainda, os novos bairros periféricos, resultantes de loteamentos de pequenas e médias propriedades próximas da cidade ou das artérias maiores de circulação para o centro. Neles se alojou a população trabalhadora e a mais pobre, mas também os taberneiros, os pequenos lojistas e os fabricantes. Sem iluminação e rede de água e esgotos, sem ruas pavimentadas, sem mínimas condições de higiene, eles foram pensados para desaparecerem mais tarde, com o crescimento ideal da cidade. Mas tal não se verificou.

Casas de pobres

A análise dos projectos de habitações destinados a albergar os estratos inferiores da urbe setubalense permite pensar em alguns módulos básicos. A partir deles pode estabelecer-se um conjunto contínuo de valorizações ou de mutilações que hierarquizavam a oferta de alojamento, a começar pela própria qualidade da construção. Tanto as barracas como as casas térreas, os renques ou até os prédios de dois pisos surgem subordinados à mesma planta de base.

A **barraca** de madeira, “construção ligeira para os mais pobres”, com cobertura de duas águas em telha marselhesa, situava-se normalmente em zona campestre, na periferia. Coexistia com ela a barraca de alvenaria, ou a **casa abarracada**, que tinha habitualmente o mesmo tipo de planta e de cobertura. As paredes exteriores de alvenaria e a platibanda na fachada distinguiam-na claramente das barracas.

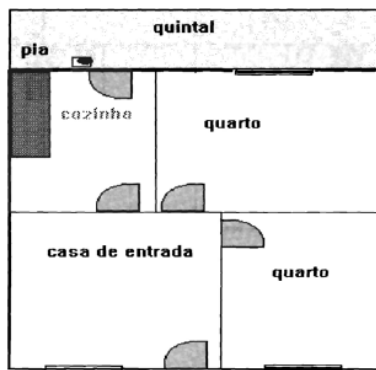


Fig. 52: Distribuição espacial tipo “casa térrea” dos novos bairros em Setúbal (1910-1920)

Fonte: Arquivo Municipal de Setúbal, *Processos de Obras*

A planta de base era quadrangular, mas o espaço interior era dividido desigualmente. A maior parte das plantas não referiam a função dos espaços interiores - ao contrário do que sucedia nos casos de requerentes que construía a sua própria habitação -, mas isso não é impeditivo da percepção da sua funcionalidade. A porta de entrada dava habitualmente para a “casa de fora” ou “casa de entrada”, que servia de zona de distribuição. Por aqui chegava-se à cozinha, a divisão mais pequena, que, por sua vez, comunicava, nas construções de um só piso, com o quintal ou com o pátio comum a outros moradores. As dimensões do quarto destinadas ao casal eram, por sua vez, muito idênticas às da “casa de fora”. O dormitório dos filhos distribuía-se por toda a casa, conforme o sexo e a idade, ocupando o quarto mais pequeno, a casa de entrada e o quarto do casal. Noutros casos, metade da casa não recebia iluminação directa da rua, ficando a cozinha e um quarto como espaços interiores. A mesma planta encontrava-se também nas barracas de madeira ou de alvenaria e muitas habitações tinham apenas 2 e 3 divisões e um espaço rondando os 80m³.

O estado e a sociedade: reflexos na habitação

A seguir à 2ª Guerra Mundial, em 1948, é inaugurado em Setúbal o Bairro Social Carmona. De planta ortogonal, os edifícios são de arquitectura uniforme, cada um para duas ou quatro famílias - *«uma dependência asseada para o homem, chefe de família, poder descansar. Deverá ter uma mesa para as refeições, armários, mais uma espécie de vestiário. Continua, ainda assim, a encarar-se, para a sala, uma zona de brincar, facilmente “vigilada” pela mãe. Os quartos terão um mínimo de área para os possíveis*

móveis e para as circulações internas e indispensáveis.» (Pinho, 2002: p. 50) O estatuto opressivo que o salazarismo atribui à mulher aparece aqui de forma acentuada. Ela é imaginada na cozinha, ao serviço da família, enquanto o homem é quem manda e sustenta a casa.

Em 1952 surge o Bairro da Conceição, para um outro estrato social, os funcionários públicos. Aqui, as casas já têm muito mais espaço que as anteriores, onde cada uma das vivendas, com dois pisos e duas entradas, é apenas para duas famílias. Depreende-se, então, que a sociedade estava organizada por estratos, assim como a habitação, que se projectava concordante com o estrato associado.

A habitação social

Apesar de muito débil, a construção de habitação social em Setúbal no início dos anos 70 representava uma percentagem superior à média nacional. Em Janeiro de 1974 já existiam fogos em construção directa por conta dos habitantes, com terrenos cedidos pela Câmara a preços especiais e com garantia de urbanização. Segundo o Jornal “O Setubalense” (de 23 de Janeiro de 1974), os fogos em construção eram os seguintes: Terroa – 31; Casal das figueiras – 120; Pr. Olga Morais Sarmiento – 40; Reboreda – 40.

Cerca de um mês e meio antes do 25 de Abril de 1974, tomava posse o novo Governador Civil de Setúbal. No discurso de tomada de posse afirmava uma prioridade: *“A promoção da habitação social para eliminar, onde os houver, os bairros de lata e os aglomerados sub-humanos, bem como o realojamento de famílias menos dotadas de rendimentos que vivem em quartos, partes de casa, anexos ou em sobreocupação crítica (...) A habitação social será uma constante da minha intervenção.”*

Do ponto de vista urbanístico, a situação herdada resumia-se numa palavra: caos. *“Um terreno tinha uma determinada forma. Metia-se-lhe umas ruas. Ao lado tinha outro terreno com outra forma. E as ruas não ligavam umas com as outras. Ou uma rua estava a esta cota e outra a cota diferente, porque o terreno aqui tinha um declive e ali outro. Isto era frequente. Quando se fez o levantamento destas situações todas isto detectou-se. Ao ponto de em 1975 se ter feito um decreto-lei, que praticamente só foi aplicado em Setúbal, feito a pedido nosso e que permitiu suspender direitos adquiridos. Havia uma série de propriedades em que os alvarás foram suspensos para permitir refazer e organizar as coisas outra vez. Nada jogava umas coisas com as outras. Isto é um exemplo típico (...) de incompetência e anarquia.” (Salgado, in Pinho, 2002: p. 44).*

4.3 O SAAL EM SETÚBAL



Fig. 53: Doca de pesca de Setúbal
Fonte: Arquivo Associação de Moradores do Casal das Figueiras (sem data)

Em Agosto de 1974 arrancou o processo SAAL para o realojamento das famílias pobres em bairros sociais. Em Setúbal foi onde mais rapidamente se implantou, uma vez que alguns dos bairros de lata já se vinham mobilizando há alguns meses. As pessoas organizavam-se e criavam rapidamente Associações e Comissões e regularmente se reuniam umas com as outras para trocar ideias e informar-se acerca do melhor método para conduzir o processo, explica-o assim Isabel Guerra (1999) «O primeiro passo era contactar algumas pessoas do bairro que tivessem alguma capacidade de liderança, para constituírem uma pró comissão de moradores. E tinham por objectivo motivar os moradores para depois se fazer um processo de eleição, tratar dos estatutos e legalizar a comissão. Os processos foram lentos e as comissões só começaram a ser legalizadas em 1975.»

| Operações SAAL em 30 de Dezembro de 1975 | | | |
|--|--------------------------|----------|-------------|
| BAIRRO | NOME | Nº FOGOS | SITUAÇÃO |
| Monarquina | A.M. da Paz | 230 | Em projecto |
| Casal das Figueiras | A.M. Casal das Figueiras | 420 | Em projecto |
| Terroa de Baixo | A.M. Terroa de baixo | 41 | Em projecto |
| Castelo Velho | A.M. O Grito do Povo | 78 | Em projecto |
| Liberdade | A.M. Bairro da Liberdade | 100 | Em obra |
| Pinheirinhos | A.M. Luta do Povo | 180 | Em obra |

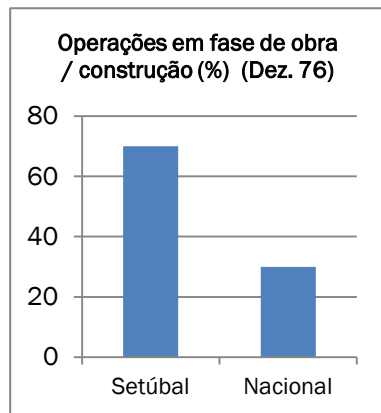
Tabela 4: Operações SAAL e seu estado em Setúbal a 30 de Dezembro de 1975

Fonte: Livro Branco do SAAL (1976)

Posteriormente, seriam formadas equipas técnicas – as brigadas SAAL – para trabalharem o projecto para o bairro, discutirem as ideias com os moradores e começarem as obras. «As equipas SAAL, constituídas por engenheiros e arquitectos, começavam por fazer propostas de casas e tudo isso ia sendo discutido e modificado de acordo com os moradores. Algumas casas térreas foram recuperadas, mas as outras construídas de raiz são duplex, como é o caso do Casal das Figueiras.»

A filosofia inicial do programa era alojar rapidamente as pessoas das barracas, isto é, transferi-las para casas com um mínimo de condições. Com o andar do tempo, no entanto, esta via começa a ser posta em causa, quer pelas populações, quer pela generalidade dos arquitectos. A ideia de fazer casas a pouco e pouco começa a ser associada à política das “casas para pobres” do Estado Novo e rapidamente é recusada. A intenção oficial

de arrancar rapidamente com a construção de dez mil casas pelo país, que não estavam previstas, é substituída pela de fazer bairros com projectos de raiz – um projecto muito mais complicado, participado e demorado.



Fonte: *O problema da habitação*, 1976

Quando se dá a viragem do 25 de Novembro de 1975, estas pretensões começam a tornar-se insuportáveis para os governos constitucionais. De qualquer modo, o arranque das obras das operações em Setúbal precede em geral o resto do país, como se pode verificar no gráfico ao lado, revelando o dinamismo do processo na cidade.

Contudo, os bairros foram feitos e, embora nem sempre na sua totalidade, as operações avançaram e o cenário recompôs-se. Mesmo com os atrasos e falta de dinheiros públicos ou com o aumento de juros devido à crise nacional, Setúbal foi a única cidade onde, após a extinção do SAAL, foi iniciada uma nova operação SAAL, dando testemunho da força de vontade e persistência da população setubalense. As pessoas, finalmente, tinham acesso a um lugar digno para viver. *«Era muito engraçado ver a entrada das famílias nas suas primeiras casas, porque havia um enorme respeito pelo espaço. Havia casas em que uma pessoa quase não podia andar porque estava tudo forrado com plásticos para não estragar. Depois, as pessoas não estavam habituadas a ter tanto espaço, tantos quartos, e durante algum tempo continuavam todos no quarto dos pais. Ora porque as crianças tinham medo de estarem sozinhas, ora porque ainda não tinham mobília. Ou seja, arranjavam todos os pretextos para não ocupar a casa toda, até se sentirem capazes de se apropriarem do espaço. A seguir, algumas decidiam apropriar-se da casa através da cor, recebiam-na toda branca e pintavam-na de azul, outras vezes de cor de rosa, e instalavam a mobília acabada de comprar porque nas barracas não valia a pena, lá não cabiam mobílias.»*

Aproveitando as informações constantes em 3.3.4 Materialização das Operações SAAL, apresenta-se uma breve resenha das características gerais do processo na cidade de Setúbal – contando com um total de 5 bairros construídos, incluindo o bairro do Casal das Figueiras.

A maioria das obras foi iniciada no ano de 1975, sendo que a primeira foi a do Forte Velho, no início do mês de Abril. Esta foi a única operação onde de facto existiu auto-construção, embora nas outras houvesse também a “auto-solução” – os moradores reuniam-se, formavam comissões e associações, reuniam dinheiro e pagavam, em pequenas prestações, o trabalho desenvolvido nos seus novos bairros. A população envolvida era mais ou menos da mesma origem – homens pescadores, mulheres trabalhadoras na indústria pesqueira. Apenas o bairro dos Pinheirinhos tinha uma composição social bastante heterogénea pois

resultou da união de diferentes núcleos de barracas num terreno cedido pela Câmara. No entanto, também aqui se sentiu a forte união entre os moradores pobres e a vontade de trabalhar e batalhar em conjunto pelas suas casas.

Em praticamente todos os bairros foram exigidas casas unifamiliares, com um ou dois pisos no máximo, acabamentos de materiais tradicionais e quintais ou pátios – zonas privadas ao ar livre. Em todos também foi bastante estimada a existência de equipamentos colectivos e locais para convívio dos moradores – normalmente o chamado “barracão”. Curiosamente, no bairro da Liberdade, os primeiros espaços a serem construídos foram exactamente os equipamentos colectivos – que incluíam, entre outros, um posto médico e uma escola primária. Em poucos meses estavam terminados e preparavam-se para iniciar a construção das novas casas.

Quanto ao bairro da Terroa de Baixo, foi o primeiro a ficar concluído em 1978, em oposição ao do Casal das Figueiras que realizou a sua última entrega de casas em 1987, quase 10 anos mais tarde. A população de ambos tinha características muito semelhantes, mas podemos assumir que os moradores da Terroa de Baixo tinham uma atitude mais arrojada e revolucionária pois já tinham sofrido uma expulsão do terreno inicial que habitavam para um outro em que se restringiam a um perímetro delimitado por um muro – muro esse destruído logo no “rebentar” do 25 de Abril.

Por último, a quantidade de fogos realizados nos bairros do Forte Velho, Pinheirinhos, Liberdade e Terroa de Baixo, juntos, não ultrapassa o número final dos fogos construídos no Casal das Figueiras – 312 – tal foi a dimensão deste projecto SAAL.

4.4 CASAL DAS FIGUEIRAS

4.4.1 O ANTIGO BAIRRO



Fig. 54: Casal das Figueiras antes das operações SAAL

Fonte: Arquivo Associação de Moradores do Casal das Figueiras (s/data)

A ocupação dos terrenos do bairro existente tem início logo após a viragem para o século XX e resulta da fixação de uma população ligada à pesca e indústria conserveira. Remetida para as margens da cidade, a poente da quadrícula urbana do bairro operário do Viso, na freguesia da Anunciada, os seus habitantes fixam-se na convergência de um vasto terreno rural em anfiteatro, marcado a Sul pela fortaleza de S. Filipe e convento de S. Francisco, e a Norte pela linha de cumeada pontuada de moinhos, que se estende para nascente até ao Forte Velho. A ligação próxima às docas e fábricas conserveiras apoia-se num caminho de vale coincidente com o que resta de um troço da via romana Lisboa - Alcácer.

A ocupação do terreno é feita mediante o pagamento do aluguer do espaço para a barraca ao proprietário do terreno: «O bairro estrutura-se a partir do “V” formado pela convergência de uma linha de água secundária com a via romana, em que o terreno interior se organiza em duas grandes zonas, por um processo de implantação em “cachos” por encosto imediato de pequenos lotes /barracas, que deixa livre uma exígua rede irregular de circulações e escoamentos pluviais e domésticos. Por reivindicação anterior ao 25 de Abril, a população consegue a instalação de uma sumária e deficiente rede de infra-estruturas (esgoto, água e electricidade). A maior parte das barracas traduz, pelo rigor da construção em madeira e pelo uso extensivo da cor, a capacidade artesanal dos pescadores, anexando sistematicamente um diminuto pátio exterior para estar, secar redes, estender os aparelhos, secar o peixe ou cozinhá-lo, o “pátio de assar”.» (José A. Ribeiro, 1978).

A história do Casal das Figueiras perde-se no tempo. Com mais de cem anos de existência, este bairro contemplava pequenos aglomerados populacionais formados por casas construídas a partir de madeiras velhas e revestimentos de tampas em lata, como tal sem qualquer preocupação com o ordenamento de território. A sua população vivia com os escassos recursos de que dispunham; os homens pescadores e as mulheres vivendo das então numerosas indústrias conserveiras levavam uma vida de grandes dificuldades, onde toda esta comunidade se ajudava mutuamente. À medida que dispunham de mais recursos financeiros, a população tentava melhorar os seus lares, tornando-os mais habitáveis, protegendo-os dos animais que costumavam predominar naquelas áreas degradadas.



Fig. 55: Mulheres trabalhando na indústria conserveira

Fonte: clientes.netvisao.pt (Setembro 2011)

Havia também uma comunidade material que a sustentava – lojas de pequena dimensão vocacionadas para o comércio de bairro (mercearias, carvoarias, tabernas...) que ajudavam esta população através da venda em pequenas quantidades e a crédito, vulgo rol. Este pequeno comércio ajudava a população residente através do chamado rol, ou seja, as pessoas dirigiam-se a estas mercearias e não dispondo de dinheiro para pagar a pouca mercadoria de que necessitavam, pediam ao merceeiro que apontasse a sua despesa num caderno, o rol, para mais tarde – quando dispusessem de meios financeiros, irem pagar. De igual modo, estes habitantes não podiam comprar uma embalagem inteira de um produto; assim, os produtos eram repartidos e vendidos consoante a necessidade das pessoas, por exemplo, um pacote de margarina não era vendido inteiro, era dividido e vendido aos quartos, metades, terços, ou seja, aquilo que a pessoa podia comprar. Assim, o pequeno comércio ajustava-se às necessidades do povo, para que da mesma forma pudesse sobreviver. Tratava-se, portanto, de ajuda mútua. Eram tempos de extrema pobreza e o bairro era conhecido como o “bairro dos pés descalços.”

4.4.2 AS OPERAÇÕES SAAL NO CASAL DAS FIGUEIRAS

As operações no Casal das Figueiras iniciaram-se mais tardiamente que noutros bairros setubalenses, apesar de ter sido, juntamente com o Bairro Dias, um dos primeiros bairros a entrar em contacto com o SAAL. No início de Junho de 1975, foi aprovada a adesão deste bairro à União das Comissões de Setúbal, que era uma organização das Comissões para resolução dos problemas dos moradores a nível distrital, sendo a partir daqui que começam os trabalhos para a construção de habitações dignas para a população.

A Comissão de Moradores do Casal das Figueiras – mais tarde, Associação - passou, então, a ser responsável e a dirigir a operação, assim como todos os passos necessários para a concluir. Segundo as actas das reuniões presentes no arquivo da Associação, sediada no centro do Bairro, é possível concluir que os moradores que dela faziam parte assumiram o papel de gestores de todos os acontecimentos do bairro, até mesmo de quaisquer alterações nas barracas lá existentes, de avanços individuais de obras, etc. Torna-se bastante claro, ao longo do conhecimento deste processo SAAL, que a extrema organização e metodologia aplicadas foram a chave para o sucesso do mesmo.

Uma das primeiras e importantes funções a desempenhar pela Associação foi realizar inquéritos a todas as pessoas que viviam no bairro, para apurar quantas famílias ali existiam e quantos elementos tinha cada agregado familiar, possibilitando a definição do número de fogos a construir e a sua tipologia. Num total populacional de 1891 pessoas e 574 famílias, podemos observar que a população era maioritariamente adulta – com idades entre os 26 e os 45 anos – e que o número de barracas era quase o dobro do número de casas existentes neste bairro:

| Habitantes por idade/sexo | Até 3 | 4/6 | 7/11 | 12/17 | 18/25 | 26/45 | 46/60 | +60 |
|---------------------------|-------|-----|------|-------|-------|-------|-------|-----|
| Masculino | 68 | 39 | 93 | 114 | 148 | 270 | 173 | 96 |
| Feminino | 50 | 47 | 74 | 79 | 119 | 231 | 142 | 144 |

Tabela 5: Número de habitantes do bairro do Casal das Figueiras, consoante idade e sexo de cada habitante

| | | |
|--------------------|---------------------|-----|
| Número de famílias | 574 | |
| Número de pessoas | 1891 | |
| Número de barracas | Boas | 43 |
| | Razoáveis | 120 |
| | Más/muito precárias | 181 |
| Total | 344 | |

| | | |
|--------------------------------|---------------------|------------|
| Número de casas | Boas | 88 |
| | Razoáveis | 67 |
| | Más/muito precárias | 30 |
| Total | | 185 |
| Número de famílias em barracas | Boas | 44 |
| | Razoáveis | 127 |
| | Más/muito precárias | 187 |
| Total | | 358 |

Tabela 6: Levantamento acerca de tipologias de habitação existentes no bairro do Casal das Figueiras em 1974

| | | | | | | | | | | | |
|----------------------------|----|----|-----|----|----|----|---|---|---|----|----|
| Pessoas por família | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 12 |
| Número de famílias | 36 | 93 | 111 | 79 | 43 | 17 | 9 | 3 | 1 | 1 | 1 |

Tabela 7: relação de pessoas por família e número de famílias no bairro do Casal das Figueiras em 1974

Fonte: Arquivo da Associação do Casal das Figueiras

Foi ainda possível determinar que as famílias são relativamente numerosas, que existiam 23 habitações em que residiam mais do que uma família e que o número médio de pessoas por barraca (atendendo a que a média de pessoas por família é aproximadamente 3,3) era de 34 pessoas.

FASEAMENTO

Inicialmente, ficou estabelecido dividir a operação em duas fases, abrangendo na primeira o terreno livre marginal ao bairro, previsto para 310 habitações e equipamentos colectivos. Em seguida, seriam realizados os trabalhos de reordenação do bairro existente, com intervenções pontuais ou de pequenos conjuntos, num total de cerca de 150 habitações novas ou recuperadas. No entanto, só a primeira fase ficou concluída. Acabaram por ser construídos 312 lotes divididos em 8 zonas. Como se pode verificar na tabela e mapa no Caderno de Anexos (p. 12), a maioria dos lotes eram T3, o que corresponde à satisfação das necessidades presentes nos números levantados na altura dos inquéritos.

Tratava-se de realojar cerca de 500 a 600 famílias num terreno com magnífica exposição a Sul, dispondo de uma ampla vista panorâmica sobre a cidade de Setúbal e o estuário do Sado. A sua escolha e o início do respectivo processo de expropriação foram conduzidos pelo Gabinete de Planeamento de Setúbal (GPS), encontrando-se já com utilidade pública declarada à data da formação da equipa de apoio local.

O TRABALHO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

Uma das primeiras reivindicações proclamadas pelos moradores do bairro foi a existência de infra-estruturas que escasseavam – um depósito de água e postes de iluminação pareciam ser um bom começo. No entanto, como em várias outras situações, houve falta de verba e, por isso, foram propostas sessões de teatro, espectáculos e venda de rifas para angariar fundos para a Associação. Também os outros bairros SAAL se ofereceram para contribuir, caso fosse necessário – a entajuda fazia-se sentir em quase todos os momentos ao longo da existência do processo SAAL. Várias vezes a Associação de Moradores do Casal das Figueiras (AMCF) recorreu a reuniões com outros bairros que estivessem mais adiantados no processo, para apurar os melhores métodos de execução dos trabalhos e burocracias, ou juntou-se a bairros com problemas/características comuns, de modo a obterem, em conjunto, sucesso nas lutas que travavam.

Entretanto, foram também definidas diversas vantagens a que só os moradores que se tornassem sócios tinham direito: em casas sociais só pagava renda quem tivesse ordenados superiores a 2500\$00; os moradores das barracas deixavam de pagar a renda exigida pelo aluguer do terreno e todas as barracas seriam destruídas para serem substituídas por casas; os problemas dos moradores do Casal das Figueiras eram prioridade para a Associação; qualquer pessoa, desde que fosse sócia, tinha direito a uma casa subsidiada nos terrenos expropriados; a cota a pagar para ser sócio era de 20\$, sendo que ninguém era obrigado a ser sócio, mas também não beneficiaria das regalias de o ser, entre outros.

PROCESSO DE TRABALHO

O trabalho continuava. No final de Junho de 75 já tinham 27 homens a trabalhar nas casas, provenientes duma empresa nacionalizada e com pouco trabalho, a quem a Associação pagava o valor dos subsídios - 75\$00. Já se discutia a necessidade de construir um posto médico e uma farmácia à entrada do bairro, bem como da exigência de um pavilhão gimnodesportivo e um campo de futebol para os clubes do bairro utilizarem. A construção destes equipamentos deveria ser paga pelo SAAL ou Câmara Municipal, uma vez que o dinheiro entregue por eles destinava-se essencialmente para equipamentos colectivos.

No início de Julho tinham finalmente a brigada técnica, incluindo o arquitecto que projectaria as habitações – o arquitecto Gonçalo Byrne – que, para além da concepção das habitações, acompanhou e ajudou muito no

processo deste bairro. A ele cabia a função de tratar dos projectos, à Associação de os executar. A premissa orientava os trabalhos: o SAAL, ao atribuir os subsídios, pretendia que os projectos fossem de reconhecida qualidade para benefício dos bairros. Também a Câmara ajudava – o vice-presidente da CMS da altura, Sousa Pereira -, afirmava que, se necessário, seriam ultrapassadas algumas leis que entravassem o processo revolucionário.

Com base nas carências detectadas, aspirações dos moradores e condições do terreno disponível foram sendo sucessivamente adaptadas as propostas de projecto de conjunto (morfológicas) e as tipologias habitacionais.

O PROJECTO

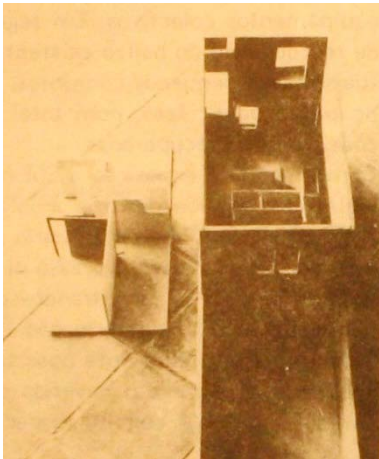


Fig. 56: Maqueta desmontável de um dos fogos tipo

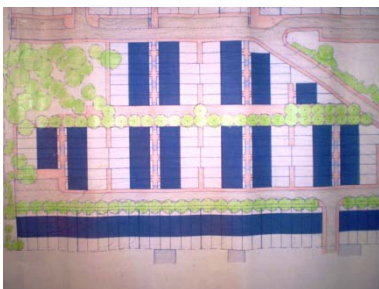
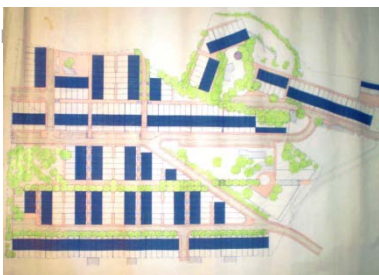


Fig. 57: Desenhos do plano de conjunto do bairro

Fonte: Arquivo da AMCF

Um primeiro plano de conjunto, com estudos prévios das tipologias, foi confrontado com os moradores. Para o efeito foram elaboradas placas com os desenhos, a escalas elevadas e maquetas desmontáveis dos vários tipos de habitação (escala 1/20), dum pequeno quarteirão (1/50) e da totalidade do bairro (escala 1/500). A apreciação do conjunto foi feita em várias sessões, com grupos restritos de cerca de 15 a 20 agregados familiares por sessão, de forma a permitir uma maior percepção e registar as críticas dos futuros utentes. Com base nas conclusões assim obtidas, foi desenvolvido o projecto base, procedendo-se, no final do mesmo, a idêntica confrontação simultânea com a confirmação, caso a caso, do número final dos vários tipos a considerar no novo bairro.

José António Bandeirinha (2007) define de forma algo poética a estrutura geral do projecto: *«Na encosta voltada a sul, muito ditada por uma mancha densa de ocupação orgânica e espontânea, o projecto de Byrne propõe a sobreposição de longas bandas de habitação – umas coroam a contornam a cumeeira, outras deslizam perpendicularmente à pendente, pelo meio das edificações existentes. Em oposição, na encosta Norte, menos construída, os dois edifícios da cumeeira absorvem, isolados, toda a paisagem. (...)»*

Propõe-se no **plano de conjunto** a criação de uma malha ortogonal na zona mais larga do terreno, com base em bandas contínuas de habitação em 2 pisos, dispostas com a frente perpendicular às curvas de nível e de forma a absorver o elevado declive (36% neste caso) na menor dimensão do lote (4,8 metros entre eixos). A malha é servida por arruamentos paralelos de nível a partir da via diagonal coincidente com a antiga via romana, da

qual ainda restam alguns vestígios. O conjunto da encosta é rematado na linha de cumeeada por uma longa banda de 4 pisos obtida com a sobreposição de 2 habitações em 2 pisos com pátios em lados opostos (pisos 1 e 3).

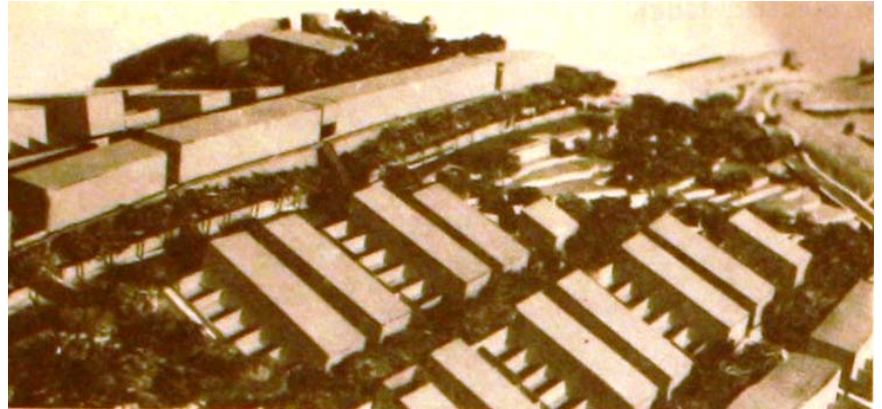


Fig. 58: Vista parcial da maqueta de conjunto da primeira fase

Fonte: Ribeiro, 1978

A estreita linha de cumeeada para nascente é pontuada por moinhos de vento em ruínas, que são recuperados e que servem como elementos de referência dos alinhamentos das habitações. Um terreno central, entre o bairro existente e o projectado é mantido em reserva para os equipamentos colectivos, a construir em extensão da malha habitacional. *«A operação do Casal das Figueiras traduz-se na inequívoca afirmação de uma ordem territorial, conquistada pelo desenho dos edifícios, nas caóticas aglomerações suburbanas de Setúbal. Jogando com o relevo, as bandas edificadas impõem-se como um sinal do desejo de um novo pacto de regulação urbana, de uma nova escala de intervenção, sugerindo também que nenhum facto consumado no território se pode considerar irreversível ou definitivo perante tais intenções transformadoras. Traduz um contraste literal, uma contradição aberta entre a escala individual do alojamento privado, em estado bruto, e o apelo aos grandes consensos territoriais da coisa pública, numa contradição tanto mais desconcertante quanto proposta no âmbito “participacionista” e “anticentralizador” do processo SAAL.»* (Bandeirinha, 2007)



Fig. 59: Vista para o bairro no topo da serra da Arrábida



Fig. 60: Casal das Figueiras



Fig. 61: Bloco habitacional do bairro do Casal das Figueiras



Fig. 63: Varandas blocos com entrada para a sala de um T3



Fig. 62: Habitações do bairro em construção



Fig. 64: Escadaria entre blocos em obra



Fig. 65: Blocos já construídos e pintados, mas com arruamentos e pátios por completar

Fonte: Fotografias do arquivo da AMCF

Quanto às **habitações** propriamente ditas, à excepção dos T0 e T1 em número reduzido, todas são em dois pisos e modeladas em múltiplos de 4,8m - casa e pátio. Basicamente organizam-se em duas formas de terreno: talhão rectangular (4,8x19,2m) ou, em menor número e em faixas planas, o talhão quadrado (9,60x9,60). A associação de bandas é feita com base em unidades de 6 fogos.

Na organização do **espaço interior** procurou-se obter, sempre que possível, uma ampla área de cozinha em contacto directo com o pátio, uma vez que foi um dos poucos pedidos feitos pelos moradores das barracas ao arquitecto - «*Nós queríamos era uma casa com quintalito para a pessoa assar um peixe, não queríamos casas com andares.*» (ver no Caderno de Anexos as entrevistas realizadas aos moradores, p. 13). Esta área é tão importante na concepção das casas que, na maioria das vezes, a entrada mais directa da casa é exactamente do lado da cozinha, passando pelo pátio. Em muitas situações, para se poder entrar para a sala, tem de se dar a volta ao bloco e entrar pelas varandas viradas a Sul. No geral, as casas têm todas boas áreas, tanto nas zonas sociais - cozinha e sala - como nos quartos. Todas as divisões, excluindo as instalações sanitárias, têm contacto directo com o exterior, são arejadas e bastante iluminadas. É possível observar a concepção das diferentes tipologias de habitação no Caderno de anexos, a partir da página 30.

No que toca à **concepção exterior**, as habitações deste bairro apresentam uma preocupação com o conjunto, com a unidade exterior. As fachadas são claras (tons de amarelo) e ritmadas por elementos suaves e verticais - os vãos das janelas e portas -, contrapondo e equilibrando os extensos blocos horizontais.

Quanto à **implantação**, das mesmas, e como já referido anteriormente, estes blocos habitacionais estão “cravados” num terreno com grandes diferenças de altura. Numas vezes, os blocos são construídos perpendicularmente às curvas de nível, provocando a criação de grandes escadarias que caracterizam este bairro e possibilitam vários acessos pedonais. Noutras situações, esses declives são vencidos na horizontal, em que a entrada das casas se orienta para a rua íngreme.

4.4.3 UM PERCURSO DIFÍCIL

O projecto habitacional em questão iniciou-se em 1974 e foi destinado a um grupo caracterizado por um grau de carências elevadíssimo, dada a debilidade das suas possibilidades económicas, tendo sido o próprio Governo a promover uma solução via FFH/SAAL, solução que visava criar habitação mínima em zonas de habitação degradada. Para a grande maioria dos elementos desse grupo, as condições, à partida, já eram suportadas com elevado esforço, apesar de estar previsto um subsídio a fundo perdido de 90 000\$00 por fogo, uma taxa de juro que não ultrapassaria os 3% e um tratamento especial para as famílias insolventes.



Fig. 66: O Diário/vida local, 22 Dez. 1978



Fig. 67: Sem título, 1978



Fig. 68: Diário Popular, 28 Nov.1978

As vicissitudes por que passou a realização do projecto, alheias à vontade da Associação dos Moradores – de entre elas, a mais relevante, os cortes orçamentais no financiamento à habitação e a entrada do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Portugal - provocaram um agravamento exorbitante dos valores previstos para a dívida ao FFH (cerca de vinte vezes o valor previsto inicialmente). Destacam-se por exemplo:

- os juros, inicialmente de 3%, atingirem os 23%;
- não ter havido tratamento especial para as famílias em insolvência;
- ter havido enormes atrasos na concessão dos reforços da verba;
- a falta de oito zonas, a “E”, ter custado mais vinte mil contos em resultado de um lapso do organismo, que superintende a acção (FFH);

A degradação da situação económico-social verificada no final dos anos 70 e início dos anos 80, com especial incidência na região de Setúbal, tornou impossível a satisfação integral dos compromissos assumidos anteriormente com o FFH, dado o grau de agravamento dos valores dos encargos.

Segundo o Diário Popular de 28 de Novembro de 1978, «a actividade do Fundo de Fomento da Habitação arrisca-se a parar quase completamente em 1979, se forem levados à prática os cortes orçamentais preparados pelo III Governo. Assim, e a partir do fim do ano, poderá assistir-se à interrupção de algumas das obras em curso, bem como à paragem definitiva da promoção de habitações pelo FFH. As Cooperativas de Habitação Económica, desde já a braços com outras dificuldades, seriam igualmente afectadas, não recebendo quaisquer novos financiamentos durante o próximo ano. (...) A partir de 31 de Outubro deste ano, paralisará o programa de obras participadas, o que irá afectar uma série de pequenos municípios em todo o país. As equipas contratadas pelas Câmaras Municipais para executar projectos ligados a Cooperativas ou Associações de Moradores terão que passar a ser pagas pelos municípios ou despedidas.

Além disto, não serão financiados, nem a aquisição de terrenos, nem as infra-estruturas, nem, obviamente, obras novas para Cooperativas ou Associações. Não haverá financiamentos, sequer, para as colectividades que já tenham projecto.»

Todos estes acontecimentos foram atrasando o desenrolar do processo SAAL no bairro do Casal das Figueiras, daí que o início do projecto seja datado de 1975 e a última entrega de casas apenas em Dezembro de 1986.



Fig. 69: Jornal Actual, 27 Nov. 1987

Mesmo após os entraves referidos e a distribuição das casas feita aos moradores, os arruamentos não estavam feitos, existindo, no lugar das actuais estradas alcatroadas, caminhos lamacentos e escorregadios. «A determinada altura, e já com as casas de pé, surgiu um grave problema. Um problema que suscitaria reacções muito duras da direcção da Associação de Moradores, a tecer críticas ao Governo que, no entender da mesma «voltara costas ao projecto», não inscrevendo as verbas necessárias para concretização das infra-estruturas de base, especialmente as ligadas ao saneamento do bairro. Deste modo, alguns foram os invernos em que transitar naquele espaço habitacional era tarefa impossível.»

Apenas mais tarde, depois de manifestações e pedidos, o estado cedeu 60 contos que permitiram o alcatroamento de todas as ruas do bairro. «Esperam os residentes no Casal das Figueiras (e os membros da direcção da Associação naturalmente que pensam da mesma forma) que o inverno que não tardará, seja diferente. E, para quem durante décadas sofreu a bem sofrer, as medidas que agora estão ali a ser tomadas, não poderão ser vistas como um favor. É um direito que assiste às populações, populações que como estas souberam saber esperar.» (jornal Actual, 27 de Novembro de 1987).

Também faltaram os transportes e o correcto funcionamento, por falta de “moradas”: «Fizemos uma manifestação à porta da câmara “QUEREMOS TRANSPORTES”! E era assim. Os correios quando vinham cá acima deixavam as cartas todas aí na associação... as pessoas é que iam lá buscar! Isto já funcionava, mas não havia nomes de ruas, nomes de portas, nada disso! Depois, quando o pessoal passou cá para cima é que pôs os nomes...mas ainda há sítios que não têm! Ainda estão para ser legalizadas, não têm escritura. Só tem escritura quem já pagou tudo!» conta-nos o “Ti’ Virgílio”, como é conhecido ali no bairro.

4.4.4 FINALMENTE, CASAS!

| Entrega de casas | | |
|------------------|----------|------------|
| 1ª | 79 fogos | 25-04-1984 |
| 2ª | 47 fogos | 22-04-1985 |
| 3ª | 60 fogos | 22-09-1985 |
| 4ª | 57 fogos | 03-11-1985 |
| 5ª | 22 fogos | 08-12-1985 |
| 6ª | 47 fogos | 21-12-1986 |

Tabela 8: Datas de entregas das casas construídas no Casal das Figueiras



Fig. 70: Cerimónia de entrega das chaves das casas aos moradores



Fig. 71: Pessoas reunidas à porta do casarão na cerimónia da entrega de chaves



Fig. 73: Reunião na sede da AMCF

Fonte: Documentos e fotografias do arquivo da AMCF

A entrega das casas do Casal das Figueiras aos seus moradores foi sendo feita gradualmente, consoante as construções estivessem terminadas. As 312 habitações foram entregues em 6 vezes, sendo que a primeira realizou-se no 25 de Abril de 1984 (ver quadro ao lado). Em todas as entregas, procedia-se a uma cerimónia em que estavam presentes o presidente da ACF, o pároco da Freguesia de Nossa Senhora da Anunciada – também voluntário em algumas questões nas operações SAAL daquele bairro -, e vários participantes no decorrer de todo o processo. Segundo testemunhos de moradores, a entrega era feita por tipologias. «Fazia-se um sorteio dentro dos pedidos de tipos de casas e punham-se num saquinho as chaves todas. Depois as pessoas iam tirando as chaves e aí dizia qual era a zona e o número da porta! E pronto, já tinham uma casa.»



Fig. 72: Convite da AMCF para entrega de chaves da primeira fase

«Temos a honra de convidar V.Exa. para estar presente no acto da entrega de 79 casas concluídas, das 312 que se encontram em construção, no dia 25 de Abril de 1984, pelas 15h30 horas, o que representa o culminar de uma luta de dez anos em prol de uma habitação digna para os moradores deste bairro degradado.»

A promoção de uma vivência mais digna não se fez sentir apenas na qualidade das habitações dos moradores. Desde o início de todo o processo, também a luta por uma melhor formação e ensino, para os filhos dos moradores do Casal das Figueiras, foi travada. Os apelos à inscrição na escola eram constantes, bem como a insistência na colocação dos alunos na escola mais próxima do bairro. A proximidade da escola, ou de uma creche



Fig. 74: Imagens do bairro já construído em finais de 80

Fonte: Arquivo da AMCF



Fig. 76: Imagens do antigo Casarão

Fonte: clientes.netvisao.pt (Setembro 2011)



Fig. 75: Imagem d' "O Moinho"

Fonte: Jornal de Setúbal de 1995

também montada pela Associação, permitiam maior mobilidade e facilidade no dia-a-dia dos pais das crianças.

A cultura era promovida, assim como o desporto e o convívio. Eram realizadas “semanas culturais e recreativas”, organizadas para todos os sócios, que incluíam música, poesia, pintura ao vivo conjunta, sardinhada, entre outros. Foram também criados grupos de vários desportos – atletismo, futebol, ginástica, ranchos folclóricos – para as crianças e adolescentes frequentarem, em que a sede era no “Casarão”, ainda presente no bairro, e os treinos decorrentes no campo e pavilhão mandados construir tempos depois da entrega das casas.

Ao contrário de outros centros de convívio, o “Casarão” não foi fundado com base num projecto de raiz, pois os fundadores da Associação de Moradores optaram por reconstruir uma albergaria do tempo dos reis; uma casa com muitos anos onde, em pleno século XX; habitavam os caseiros encarregados de tomar conta da habitação centenária. Assim, muitos anos passados depois de abandonada a casa histórica, coube a edificação do centro de convívio, que no princípio não reunia as condições necessárias para o fim a que se destinava, mas, actualmente, trata-se de um local bem estruturado e de óptimas condições.

O bairro do Casal das Figueiras conta ainda com a cedência de terreno e a ajuda na construção da farmácia local, bem como a reconversão de um dos moinhos antigos de cumeada da serra num complexo que funciona, ainda hoje, como ludoteca. *«É um projecto pioneiro em Setúbal, onde crianças, jovens e adultos se juntam em actividades lúdicas. “O Moinho” promove também outro tipo de iniciativas, entre as quais exposições e peças de teatro. É um espaço aberto todos os dias a todas as pessoas. Iniciativas como esta são importantes para afastar os comuns comportamentos desviantes de muitos jovens. Os moradores do Casal das Figueiras dizem, nomeadamente, que a toxicodependência neste bairro, e ao contrário de muitos outros, fica longe. Um exemplo a seguir»*, dizia já o Jornal de Setúbal, em 1995. Uma verdade que ainda hoje se mantém.

4.4.5 O PRESENTE...E UM FUTURO?



Fig. 77: Fotografias do bairro, do 2º andar de um T3

Um dos principais objectivos do presente trabalho é, após a contextualização e narrativa da história do bairro do Casal das Figueiras, inserido no processo SAAL, poder analisar o estado e a vivência do bairro nos nossos dias. Que população o habita? Que transformações permitiu na sociedade local? Em termos habitacionais, qual o desenvolvimento e o estado das casas actualmente? É essencial observar e avaliar estes temas para de facto compreender a fundo o impacto que a construção deste bairro pode ou não ter tido nestas pessoas.

Ao visitar o bairro e travar conversa com os seus moradores, foi relativamente fácil tirar algumas conclusões. A população do bairro estima as casas e dá valor ao que lhes foi atribuído, sentem necessidade de estimar a boa vizinhança; o bairro é calmo e luminoso, o ambiente de serenidade. «A Polícia diz que este é um dos bairros mais calmos e um dos que dá menos problemas em Setúbal. (...) A este bairro não chega a azáfama do movimento urbano. Está situado para lá do Viso, para lá da Reboreda, num dos pontos mais altos da cidade de Setúbal. (...) Depois de muito subir, chegamos ao Casal das Figueiras. Um bairro pacato, envolto no silêncio da distância e da plenitude», descreve o Jornal de Setúbal (1995), numa edição que podia ser actual.

O local onde se reúnem pessoas é o café “Casarão”, situado no centro do bairro, ao lado da sede da Associação. Naquele local, onde há uma espécie de pátio que serve de miradouro, as pessoas passam fins-de-semana solarengos ou reúnem-se nas festas do bairro – celebração do 25 de Abril, festa da pinha, bailes em dias de santos são alguns dos vários eventos ali realizados. Foi neste local que foram realizadas algumas entrevistas sobre a vivência do bairro e a importância que os moradores lhe dão. Segundo o presidente da AMCF, Carlos Jesus, a vontade de todos é que se mantenham as mesmas pessoas: «A venda das casas passa sempre pela Associação. O que acordámos foi que, pelo menos nos 5 anos após a escritura, nós “decidíamos” a quem seria vendido. Assim, conseguíamos vender a jovens já sócios da Associação ou que sejam do bairro e precisem.» O bairro chega a parecer um pequeno condomínio onde «acaba por ser quase como uma família que vive toda junta (...) alguns filhos é que queriam vir viver com os pais! Chegavam mesmo a comprar casa lá em baixo, para depois vender e voltar para aqui. Que isto é a coisa mais bonita que Setúbal tem! Isto é maravilhoso!»



Fig. 78: Alteração feita nas janelas



Fig. 80: Casa sem alterações, do projecto original



Fig. 79: Semelhança das casas, mesmo após intervenção

Quanto ao estado do bairro, denota-se uma preocupação comum e cuidado com o espaço público, com a limpeza e aparência das ruas. Em relação ao tratamento das casas, é curioso verificar que poucas alterações foram feitas. Apenas algumas aberturas nas janelas – provavelmente para possibilitar melhor visão para o mar e iluminação interior – e construção de garagens em parte do espaço dos pátios, uma alteração natural, visto que nos dias que correm é muito mais fácil adquirir carros. Segundo o 'Ti Virgílio *«As janelas das casas, originalmente, eram estreitinhas e altas. Mas algumas pessoas foram alterando ao seu gosto. A cor é quase a mesma! As pessoas pintavam o mais parecido possível à cor original.»*

No entanto, o mesmo não acontece no interior das casas, não em relação a organização espacial e estrutura, mas em termos de materiais, porque *«as casas eram muito mal acabadas e foram acabadas às três pancadas pelos empreiteiros! “Isto é para o pessoal das barracas. E para o pessoal das barracas qualquer coisa serve”. Então, a minha casa tem três andares e eu tenho degraus com 18, 19, 21 e 22 cm! Cá em baixo, tinha azulejos todos encavalitados uns nos outros! A fiscalização era camarária e só aparecia consoante zonas e interesses.»*

No que toca aos habitantes, tal como foi referido, tratam-se praticamente das mesmas famílias. No entanto, o seu percurso foi se alterando. Inicialmente, as pessoas que começaram por habitar estas casas eram, na sua maioria, pescadores e mulheres que trabalhavam também na indústria do peixe ou domésticas. Hoje em dia, com todo o empenho na formação das crianças, com uma melhor qualidade de vida e a possibilidade de alcançar sonhos concretizada, existem bastantes pessoas formadas, com ensino superior e encaminhadas para uma vida bem mais equilibrada e menos sofrida que os seus pais ou avós: *«O bairro evoluiu de uma forma muito bonita e muito boa. Se formos a ver aí, eu não me lembro de antes do 25 de Abril haver ninguém formado aqui no bairro. Hoje em dia já temos uns quantos miúdos formados. Eu que estou cá desde o início do bairro e fico muito orgulhoso! Acabo por me sentir um bocadinho pai desta gente toda»,* conta Carlos Jesus.

Hoje em dia, a parte SAAL do Casal das Figueiras é considerado terreno urbano consolidado e uma zona estável da cidade de Setúbal. No entanto, ainda existe uma proposta de intervenção na parte antiga do bairro onde predomina a construção clandestina – a segunda fase do projecto que nunca chegou a ser realizada. A possibilidade de haver alterações nessa zona pode vir a ser muito benéfica para o bairro.

4.4.6 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE RESIDENCIAL

Segundo Voysey, «há certas qualidades que podem ser consideradas essenciais em todos os géneros de casas: sossego, encantamento, simplicidade, largueza de vistas, vivacidade e sobriedade, sentido de protecção e abrigo, expressiva economia na manutenção, harmonia com a envolvente natural e a vizinhança, ausência de lugares escuros e ao abandono, conforto e uniformidade de temperatura, e a possibilidade de cada casa poder ser o adequado quadro doméstico dos seus habitantes. Ricos e pobres, uns e outros, apreciarão estas qualidades» (The English Home, 1911).

Na arquitectura, enquanto trabalho que projecta o mundo interior das habitações, também se trata um exterior e urbano. Por um lado, o mundo doméstico parece absorver inovações - novas funções, novos utilitários ou novos métodos de vida - com alguma flexibilidade, desde que também a haja nos espaços projectados. No entanto, há que ter um enorme cuidado com as circulações comuns, com os tipos de edifícios, nas formas e funções dos espaços públicos, nos equipamentos e nos elementos de enquadramento. Há assim uma necessária dualidade de critérios de qualidade, de bom desenho e de boa adequação social, que se deve colocar em qualquer iniciativa com importância pública e privada, mas que assume especial importância quando estão envolvidos apoios públicos do Estado - trata-se de haver **qualidade residencial**.

De uma forma simplificada, pode dizer-se que a satisfação da qualidade residencial *«resulta da melhor adequação entre as necessidades e aspirações manifestadas na procura individual e social da qualidade habitacional e a oferta que os meios técnicos e institucionais da sociedade são capazes de oferecer (...)»* (R. Cabrita in Ferreira, 1998; p. 162). Contudo, quando se abordam as questões da qualidade habitacional, deve-se confrontá-las com a própria noção de qualidade de vida, *«respectivamente determinada pela relação entre comportamento e meio - nas suas facetas física, social, cultural e institucional -, salientando-se que esta relação é constantemente acompanhada de outros conceitos, tais como os de bem-estar, satisfação e felicidade»* (Amerigo in Ferreira, 1998; p. 162).

Para uma mais fácil avaliação da dita qualidade residencial, António Baptista Coelho (1993) identificou seis patamares/níveis de análise e avaliação de qualidade habitacional que apresentam uma continuidade espacial funcional e simbólica interactiva. Esta abordagem articulada das disciplinas da sociologia e da arquitectura visa identificar a natureza e o grau da satisfação residencial através das apreciações directas e indirectas

relativamente ao ambiente construído e espaços exteriores, às actividades, aos moradores, aos projectos de vida e à forma como são usados os espaços dos equipamentos.

| Patamares | Factores de Avaliação | |
|---------------------|-----------------------|--|
| Envolvente | ...de Relacionamento | ...de Interação social |
| Vizinhança alargada | * acessibilidade | * privacidade |
| Vizinhança próxima | * comunicabilidade | * convivialidade |
| Edifício | ... Espaciais | ... de Participação e Regulação |
| Alojamento | * espaciosidade | * adaptabilidade |
| Compartimento | * capacidade | * apropriação |
| | * funcionalidade | |
| | ...de Conforto | ... de Aspecto e Coerência Residencial |
| | * agradabilidade | * domesticidade |
| | * durabilidade | * atractividade |
| | * segurança | * integração |

Tabela 9: Tabela de análise e avaliação de qualidade residencial

Fonte: Sociedade e Território, 1998

Com base na tabela apresentada anteriormente e em outros estudos realizados pelo Arquitecto António Baptista Coelho (2006) apontam-se, em seguida, quatro aspectos da qualidade residencial que têm importância decisiva na estruturação e no desenvolvimento do trabalho sobre tipologias residenciais arquitectonicamente qualificadas e humanizadas, e que serão usados para avaliar o bairro do Casal das Figueiras:



Fig. 81: Galerias de segundo piso dos blocos habitacionais

(i) A caracterização das intervenções, com adequada pormenorização das vizinhanças de proximidade.

Tal como defende Norberg-Schulz, o homem precisa de um ambiente urbano que *«lhe facilite referências de imagens, precisa de recintos ou zonas que tenham um carácter particular e precisa de percursos que levem a sítios específicos e de pólos urbanos que sejam lugares distintos e inesquecíveis»*. É necessário que haja clareza no desenho urbano, garantir um espaço urbano útil e com ampla gama de usos, estruturar coerentemente o exterior através da funcionalidade e convivialidade natural, privilegiar o peão e favorecer uma rede de espaços públicos conviviais, introduzir o “verde urbano”.



Fig. 82: Escadarias entre blocos

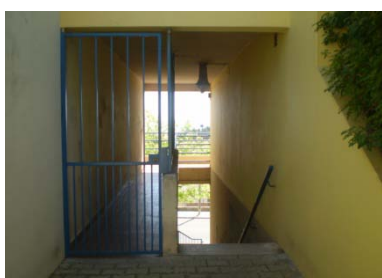


Fig. 83: Passagem para a galeria (esquerda) e escadaria (direita) que atravessa o bloco permite acesso de um

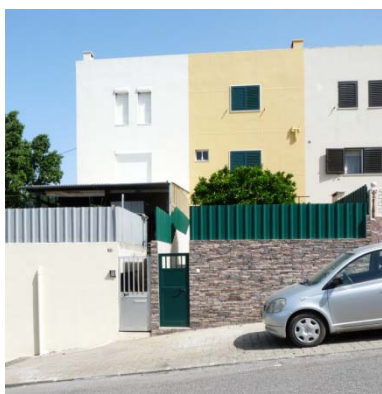


Fig. 84: Fachada de moradias; muretes reconstruídos



Fig. 85: Vista para Sul de uma habitação

ANÁLISE: O bairro do Casal das Figueiras tem uma estrutura muito clara e bastante funcional em termos de *desenho urbano*, com arborização ao longo das ruas e de maiores espaços no exterior. Apesar de se tratar de um intervenção “pequena” à escala da cidade, enquanto bairro é possível observar a preocupação da integração e da definição de *pontos de referência*, “bolsas” na malha onde algo se passa – a promoção de *convívio e vivência urbana*. Os percursos pedonais e os *acessos* são uma preocupação: perpendiculares às curvas de nível, os rasgões de escadas entre blocos de edifícios (figura 72) ou mesmo através deles (figura 73) abrem a vista para o mar e permitem maior acessibilidade. Os passeios largos e as galerias públicas que rodeiam as habitações também salientam esta necessidade de facilitar a circulação e a preocupação com o peão na “cidade”.

(ii) A humanização das intervenções:

O que se pretende é fazer conjuntos habitacionais simultaneamente bem qualificados na sua arquitectura e bem vivos e amados pelos seus habitantes, estruturados em paralelo com um espaço público culturalmente enriquecedor, atraente e bem equipado e vivo.

ANÁLISE: O critério verifica-se neste bairro. A intervenção realizada, os conjuntos habitacionais e sua envolvente, geram um *sentimento de pertença* na população residente que estima e salvaguarda o desenvolvimento dos mesmos. O espaço público é cuidado, as casas são mantidas e restauradas quando necessário, sempre com a preocupação em manter as cores originais ou aproximadas, mostrando que está bem presente a ideia de conjunto.

(iii) O desenvolvimento de uma adequada paisagem urbana.

A qualidade arquitectónica dos edifícios e “de uma adequada pormenorização das vizinhanças de proximidade” (referida no primeiro ponto) associadas à capacidade dos locais para gerar convivialidade constituem o factor urbanístico que produz o «cimento unificador da cidade»; uma *imagem de conjunto* que funciona.

ANÁLISE: De facto, o bairro em questão reúne, como vimos nos pontos anteriores, todas estas características – a qualidade dos edifícios, muito estimados, os locais de convívio, o tratamento da imagem urbana – apresentando uma imagem de conjunto agradável e adequada.



Fig. 86: Cartaz actual anunciado próxima intervenção de requalificação paisagística do moinho da ludoteca



Fig. 88: Vista para a serra da Arrábida - Moinho



Fig. 87: Centro de convívio "Casarão"
Fonte: clientes.netvisao.pt (Setembro 2011)

(iv) A “pequena” escala e o cuidadoso desenvolvimento das intervenções.

O privilegiar a pequena dimensão e escala das intervenções residenciais proporcionará interessantes aspectos de reflexão qualitativa, destacando-se, desde já, os seguintes aspectos de concepção:

a) Tornar mais fácil a integração de diversos grupos socioculturais e etários, e favorecer a participação dos habitantes, a identidade local, o desenvolvimento comunitário, o controlo local. Gerar um sentido de comunidade.

ANÁLISE: O sentido de comunidade de que se fala é uma das características do bairro que melhor reflecte o sucesso das operações SAAL: a união da população constitui a sua força, é o que os caracteriza e permite que o bairro se desenvolva de forma positiva, trabalhando e crescendo continuamente em comunidade e para a comunidade. São exemplo disso o “Casarão” e o Moinho. O “Casarão” mantém-se como o centro de convívio onde se realizam actividades culturais e recreativas, tais como exposições de pintura, fotografia e artesanato; onde (ainda!) se efectuam assembleias gerais de moradores; onde se tem realizado sessões de variedades, fados, bailes, concursos, etc. O Moinho, por sua vez, destina-se a crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 15 anos, que ali se dirigem para ocupar os tempos livres numa vertente lúdica e enriquecer o seu crescimento, desenvolvendo o sentido de responsabilidade. O projecto visa, ainda, criar dinâmicas relacionais, onde o jogo assume o papel motivador na ligação entre os vários grupos etários e também do bairro com a cidade. Trata-se de um projecto criado pelos pais e amigos das crianças do Casal das Figueiras.

b) Assegurar o desenvolvimento de pequenos conjuntos urbanos, controláveis, fáceis de gerir, capazes de funcionarem como elementos positivos de qualificação e requalificação urbana.

ANÁLISE: Este já é um critério “em vigor” no Casal das Figueiras. No fundo, é necessário que exista uma entidade reguladora que possa garantir a boa gestão dos conjuntos urbanos. Uma boa gestão levará a uma correcta requalificação urbana, ao bom desempenho dos conjuntos. Essa entidade é, neste caso, a Associação de Moradores do Casal das Figueiras.

“(…) Neste miradouro
Cintila o tesouro
Que enaltece a paisagem.
Gigantesca tela
Beleza de aguarela
Parece uma miragem.
No calmo estuário
Do Sado operário
Nessa amena baía.
No Casal ao Sol-posto
Figueiras com rosto
Entram de vigia

*De manhã ao levantar
Contemplamos com o olhar
Esta imensidão sadina.
Vê-se o povo labutando
Parece estarmos escutando
Os pregões duma varina.*

*Sem vaidade de brejeiras
São do Casal das Figueiras
Vão nas marchas pois então.
Rapazes e raparigas
Entoam lindas cantigas
Marcham de arcos na mão.”¹⁰*

¹⁰ Marcha popular do Casal das Figueiras, composta por Oliveiros Rosário

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 PROPOSTA DE AVALIAÇÃO

Após análise do bairro do Casal das Figueiras e da sua qualidade residencial, é relativamente fácil concluir que este trata-se de um dos sucessos do processo SAAL, tanto na altura da sua construção, como nos dias que correm – o novo bairro de facto teve um impacto positivo na população local e permitiu a evolução e a melhoria da qualidade de vida das mesmas. No entanto, esta avaliação foi feita de uma forma relativamente subjectiva e pode ser realizada de forma mais prática.

Assim, com base nos diversos critérios analisados, é proposta uma grelha de avaliação para tentar unificar os aspectos mais importantes a ter em conta na análise de um bairro SAAL - ou mesmo de um outro bairro social em estudo. Esta grelha tem como objectivo, para além da avaliação dos bairros, proporcionar uma visão geral do estado do bairro e reflectir os aspectos a ter em conta para uma possível intervenção.

| Nível de avaliação de critério | Valor |
|--------------------------------|-------|
| Bom | 3 |
| Médio | 2 |
| Mau | 1 |

Tabela 10: Quadro de valores por nível de avaliação de critério

Com atribuição de valores aos diferentes critérios a ter em conta na avaliação de um bairro social, será mais fácil quantificar o nível do conjunto em relação à sua qualidade residencial. Definiu-se que o nível Mau equivale a 1 valor, o nível Médio a 2 valores e o nível Bom a 3 valores. Deste modo, um bairro com elevada qualidade residencial – ou que preencha todos os requisitos para tal – terá uma avaliação correspondente a 30 valores, ou seja, 100%. No entanto, poderá haver parâmetros em alguns bairros em que o valor conferido seja 0, o que representa nulidade no critério em questão; por exemplo, existência de verde urbano no conjunto: nula = a 0 valores.

Numa primeira fase de proposta de grelha de avaliação, que poderá vir a ser desenvolvida por graus de importância e a serem acrescentados mais critérios significativos, uma avaliação final que obtenha uma percentagem inferior a 50% corresponde a um bairro em que deve ser considerada uma possível intervenção. Por sua vez, um bairro que obtenha uma avaliação inferior a 30% deve ser considerado de urgente intervenção.

Estas avaliações, no entanto, acabam sempre por ser um pouco subjectivas. Por exemplo, ao nível da humanização das intervenções, pode

existir uma elevada qualidade arquitectónica do conjunto e, ao mesmo tempo, não haver qualquer sentido de pertença, desinteresse por aquele espaço, até vandalização. Isto pode acontecer por vários motivos, de entre eles as pessoas que o habitam, a exagerada heterogeneidade da população que gere conflitos, etc. Ou seja, mesmo após esta avaliação mais objectiva, deve ser sempre realizado um trabalho de análise mais aprofundado no caso de possíveis intervenções.

Segue-se a proposta de uma grelha de avaliação, em que a título de exemplo é realizada a avaliação do bairro do Casal das Figueiras.

| CRITÉRIO A AVALIAR | VALOR |
|--|--------------|
| i) Caracterização das intervenções | – |
| a) Clareza e funcionalidade do desenho urbano | 3 |
| b) Pontos de referência | 2 |
| c) Acessos | 3 |
| d) Existência de verde urbano | 2 |
| ii) Humanização das intervenções | – |
| a) Qualidade arquitectónica do conjunto | 3 |
| b) Sentimento de pertença | 3 |
| iii) Desenvolvimento da paisagem urbana (imagem de conjunto) | 2 |
| iv) A “pequena” escala e o desenvolvimento das intervenções | – |
| a) Existência de locais para convívio | 2 |
| b) Sentido de comunidade | 3 |
| c) Gestão do conjunto (através de entidade reguladora) | 3 |
| TOTAL (0-30) | 26 |
| TOTAL % | 86,7% |

Tabela 11: Grelha de avaliação de qualidade residencial

É agora bastante fácil conferir, através da grelha, que a avaliação realizada relativamente à qualidade residencial do Casal das Figueiras é elevada, conferindo-lhe assim o estatuto de um caso de sucesso do programa SAAL e um exemplo a seguir.

5.2 CONCLUSÃO

Através do trabalho desenvolvido na presente dissertação, torna-se agora possível observar o resultado e impacto do processo SAAL no bairro do Casal das Figueiras, em Setúbal. A sensação desde logo é que os objectivos enunciados na Introdução foram adequados e atingidos. Existe também a convicção que a temática generalizada acerca da habitação social deixa sempre muitas dúvidas por responder e muito poucas soluções fáceis de aplicar. Aliás, seria um erro dizer que se pode seguir um modelo bem sucedido de habitação social, pois é exactamente essa estandardização de resposta que a desadequa a cada caso. Tal como diz Fonseca Ferreira (1994, p. 10) *«O objectivo de mudar essa insustentável situação da habitação social e as propostas que se avançam não são de fácil realização, nem de resultados certos. Trata-se de um processo de grande complexidade, de múltiplas vertentes e incidências, muitas delas radicando em questões económicas, sociais e culturais da sociedade, que será irrealista pensar que a política de habitação e o realojamento solucionam. Mas o que se exige do realojamento social é que atenuem alguns desses problemas e melhore as condições de vivência habitacionais das famílias e não que os agrave.»*

No entanto, depois de observar de perto e conhecer a história da construção do bairro do Casal das Figueiras, é mais fácil reconhecer que a chave do seu sucesso passa pela participação e implicação das populações em todo o processo. *«A organização e auto-responsabilização dos moradores, desde a preparação do realojamento, distribuição de fogos, gestão e conservação dos bairros, são obrigatórias. Só desta forma as populações se sentirão implicadas e identificadas com o processo e os futuros bairros. Atenuar-se-ão os desfasamentos do processo e do modelo de habitat relativamente às aspirações e necessidades das famílias»*, assim se refere Fonseca Ferreira (1994, p. 11) em relação a uma das preocupações a ter em conta no desenvolvimento de um bairro social.

Também importa aqui referir o importante papel desempenhado pelo Estado nas soluções habitacionais sociais. O Estado é e sempre foi a principal entidade responsável por cuidar do alojamento das populações com maiores dificuldades. No entanto, é viável considerar que *«uma política de desenvolvimento socio-urbanístico dos bairros deverá repousar num elo, contratual e financeiro, que liga o Estado, a Autarquia, à instituição proprietária do bairro (quando for caso disso), a outros parceiros locais interessados (instituições de solidariedade, associações recreativas, etc.) e moradores»* (Guerra, 1994; p. 15).

Em relação à construção do trabalho em si, considera-se que a metodologia aplicada foi relativamente eficaz, sendo que as limitações temporais e o acesso a determinada documentação podiam ter ajudado a completá-lo ainda mais. Foi, por exemplo, complicado obter informações e planos actuais existentes para a zona envolvente do bairro, que complementariam a formação de ideias e perspectivas para futuros desenvolvimentos do mesmo.

Quanto à sua organização, pretendia-se que o estudo passasse por todos os temas essenciais, desde o mais generalizado – as diversas políticas habitacionais portuguesas -, e ir desenvolvendo-se e aprofundando ao longo da sua evolução – através da história do SAAL e do relato de todas as suas componentes -, culminando com o estudo de um caso específico relacionado com o tema – o Casal das Figueiras -, permitindo uma leitura clara e organizada do seu todo.

Por último, é de referir a experiência pessoal e os conhecimentos adquiridos com este trabalho. Foi realmente bastante interessante, não só regressar ao local onde passei tempos da minha infância e adolescência, como também interagir com as pessoas locais. A humildade, disponibilidade e carinho com que se é recebido marca e encoraja o trabalho. Foi graças a esta maneira de ser e de estar que pude ter acesso a informações privilegiadas do bairro, as quais tentei expor na apresentação deste trabalho.

6. BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA DE CONSULTA:

MATEUS, A. Associados (s/ data). *Contributos para o Plano Estratégico de Habitação 2008/2013, Diagnóstico de Dinâmicas e Carências Habitacionais*. IRIC, CET-ISCTE,

BANDEIRINHA, J. (2007). *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Imprensa da Universidade de Coimbra

BAPTISTA, L. (1999). *Cidade e Habitação Social*. Oeiras, Celsa Editora

BARROS, C., SANTOS, J. (1997). *A habitação e a reinserção social em Portugal*. Lisboa, Editores Vulgata

COELHO, A. (2006). *1984 – 2004, 20 anos a promover a construção de habitação social*. Lisboa, Instituto Nacional de Habitação

COELHO, A. (2008). *Arquitectura e Habitação: velhos aliados – a Arquitectura e o Problema Português da Habitação, 1948-2008*. *Arquitectos*, nº 185, Ordem dos Arquitectos, p. 4

COELHO, A. (2009) *E ainda o problema da habitação, em Portugal no início do século XXI – parte I, oferta e procura*. *Infohabitar*, ano V, nº 261, <http://infohabitar.blogspot.com>, (acedido em Dezembro de 2010)

FERREIRA, A. (1987). *Por uma nova política de habitação*. Lisboa, Afrontamento

FERREIRA, A. (director), GUERRA, Isabel; FARIA, Maria João (coord.), (1994). *Sociedade e Território*, nº 20. Porto, Edições Afrontamento, pp. 9-13

FERREIRA, A. (director), GUERRA, Isabel; FARIA, Maria João (coord.), (1998). *Sociedade e Território*, nº 25 e 26. Porto, Edições Afrontamento, pp. 10-15

GUIMARÃES, P. (1994). *A habitação popular urbana em Setúbal no primeiro terço do século XX*. *Análise Social*, Volume XXIX, pp. 525-554

MENDES, M., PORTAS, N., (1992), *Portugal: Architecture, 1965-1990*. Paris, Moniteur, cop.

PEREIRA, Miriam (1971), *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico*. Lisboa

OLIVEIRA, P. (1978), *Política y proyecto: una experiencia de base en Portugal*, Barcelona, Gustavo Gili

PEREIRA, P. (1995). *História da arte portuguesa, Volume 3*. Lisboa, Círculo de Leitores

PINHO, J. (2002). *Fartas de viver na lama*. Lisboa, Edições Colibri

RIBEIRO, J., ed.; Leonel L. Clérigo. [et al.] (1978). *Cidade/ campo nº1. Cadernos de habitação do território*. Lisboa, Ulmeiro

RIBEIRO, J., ed.; Leonel L. Clérigo...[et al.], colab. (1979). *Cidade/ campo nº2. Cadernos de habitação do território*. Lisboa, Ulmeiro

RODRIGUES, A. (1976). *Urbanismo: uma prática social e política*. Porto, Limiar

SAAL, Conselho Nacional do (1976). *Livro Branco do SAAL 1974-1976, Volume 1*. Porto, Edição dos Responsáveis

SILVA, C. (1994). *Política urbana em Lisboa: 1926-1974*. Lisboa, Livros Horizonte.

SOEIRO, V. (2008). *Problemática do Futuro da Habitação Social*, Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura, Universidade Lusíada, Lisboa (texto policopiado)

PUBLICAÇÕES DO CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS – <http://ces.uc.pt>

COELHO, M. (1986). *Uma experiência de Transformação no sector habitacional do Estado SAAL, 1974-1976*, Revista Crítica de Ciências Sociais, Nº 18/19/20, pp. 620-634

COELHO, M. (1986). *SAAL Norte 1974-1976*, Revista Crítica de Ciências Sociais, Nº 18/19/20

FERREIRA, J. (1985). *Enquadramento político e institucional das lutas operárias urbanas após o 25 de Abril de 1974*, Revista Crítica de Ciências Sociais, Nº 15/16/17, pp. 188-206

FERREIRA, V. (1986). *A Cidade e o Campo*, Revista Crítica de Ciências Sociais, Nº 18/19/20, pp. 551-576

GONÇALVES, V. (1985). *O Movimento das Forças Armadas; Projectos políticos depois do 25 de Abril e as Forças Armadas*, Revista Crítica de Ciências Sociais, Nº 15/16/17, pp. 54-73

NUNES, J., SERRA, N. (sem data). *Casas decentes para o Povo*. Revista Crítica de Ciências Sociais

MENDES, P. (2008), *Arquitectura e Construção*, revista Nº 47, pp. 84-87

PORTAS, N. (1986). *O processo SAAL, Entre o Estado e o Poder Local*, Revista Crítica de Ciências Sociais, Nº 18/19/20, pp. 636-644

PORTAS; N. (1988). *Sobre alguns problemas de descentralização*, Revista Crítica de Ciências Sociais, Nº 25/26, pp. 61-78

SALGUEIRO, T. (1986). *A Promoção habitacional e o 25 de Abril*, Revista Crítica de Ciências Sociais, Nº 18/19/20, pp. 674-690

BIBLIOGRAFIA VIRTUAL:

As operações SAAL. Paz, pão, habitação... - <http://Saal-memorias.blogspot.com> (acedida em Novembro de 2010)

Diagnóstico de dinâmicas e de carências habitacionais: <http://habitacao.cm-lisboa.pt> (acedida em Fevereiro de 2011)

Entrevista a Isabel Guerra - <http://setubalnarede.pt> (acedida em Novembro de 2010)

Entrevista a Nuno Teotónio Pereira - <http://vitruvius.com.br> (acedida em Novembro de 2010)

Infohabitar, revista do grupo habitar - <http://infohabitar.blogspot.com> (acedida em Dezembro de 2010)

Site Gonçalo Byrne - <http://byrnearqu.com> (acedida em Novembro de 2010)

OUTRAS FONTES:

DIAS, João (Realizador), RODA FERNANDES, Samuel (Coord.) (2007), *As Operações SAAL*, Documentário, 90 min., Midas Filmes

Documentos constantes no Arquivo da Associação do Casal das Figueiras



INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO
Universidade Técnica de Lisboa

OPERAÇÕES SAAL, UMA POLÍTICA URBANA VANGUARDISTA

O CASO DO SAAL NO BAIRRO DO CASAL DAS FIGUEIRAS, EM SETÚBAL

VOLUME II – Caderno de Anexos

Maria Eugénia Corte Real Ferreira de Lima

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em ARQUITECTURA

Orientador: Prof. Jorge Gonçalves

OUTUBRO DE 2011

ÍNDICE DE ANEXOS

| | | |
|-----|---|----|
| 1. | DESPACHO MINISTERIAL | 3 |
| 2. | MOÇÃO DE REPÚDIO | 6 |
| 3. | SÚMULA CRONOLÓGICA E DOCUMENTAL DO SAAL..... | 7 |
| 4. | PLANTA DE IMPLANTAÇÃO DA INTERVENÇÃO SAAL NO BAIRRO DO CASAL DAS FIGUEIRAS | 11 |
| 5. | PLANTA DA INTERVENÇÃO COM MARCAÇÃO DAS 8 ZONAS | 12 |
| 6. | ENTREVISTAS..... | 13 |
| 7. | FICHA DE INSCRIÇÃO | 21 |
| 8. | CONTRATO DE DIREITO À HABITAÇÃO | 22 |
| 9. | DECLARAÇÃO | 23 |
| 10. | MANIFESTO | 24 |
| 11. | FOTOGRAFIAS | 25 |
| 12. | DESENHOS | 30 |

1. DESPACHO MINISTERIAL

Quinta-feira 28 de Outubro de 1976

I Série — Número 253



DIÁRIO DA REPÚBLICA

PREÇO DESTE NÚMERO — 5\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, Lisboa-1.

| ASSINATURAS | | | | |
|--|-----|--------|----------------|-------|
| As três séries | Ano | 1600\$ | Semestre | 850\$ |
| A 1.ª série | » | 600\$ | » | 350\$ |
| A 2.ª série | » | 600\$ | » | 350\$ |
| A 3.ª série | » | 600\$ | » | 350\$ |
| Apêndices — anual, 600\$ | | | | |
| Preço avulso — por página, \$50 | | | | |
| A estes preços acrescem os portes do correio | | | | |

O preço dos anúncios é de 17\$ a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, quando se trate de entidade particular.

SUPLEMENTO

SUMÁRIO

Ministérios da Administração Interna e da Habitação, Urbanismo e Construção:

Despacho ministerial:

Determina normas para suster, com eficácia e justiça social, o constante desenvolvimento das áreas de construção clandestina.

Ministério da Educação e Investigação Científica:

Decreto-Lei n.º 731-A/76:

Estabelece a gestão democrática dos estabelecimentos de ensino superior.

MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E DA HABITAÇÃO, URBANISMO E CONSTRUÇÃO

Despacho ministerial

1. Por despacho conjunto do Ministro da Administração Interna e do Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo de 31 de Julho de 1974, publicado no *Diário do Governo*, de 6 Agosto, ficou o Fundo de Fomento da Habitação (FFH) incumbido de organizar um corpo técnico especializado, designado por Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), para apoiar, através das câmaras municipais, as iniciativas das populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes e, eventualmente, monetários.

2. De acordo com o mesmo despacho, este tipo de acção foi justificado em face das graves carências habitacionais, designadamente nas principais aglomerações, e aliadas às dificuldades em fazer arrancar pro-

gramas de construção convencional a curto prazo — na medida em que estes programas supunham terrenos preparados, projectos e preparação de concursos e garantia de disponibilidade financeira por parte do Estado ou autarquias locais.

3. Como princípio geral, deviam os trabalhos de infra-estruturas viária e sanitária, base essencial das operações, ser custeados pela autarquia local, a qual deveria pôr à disposição das operações os terrenos para a urbanização — a ceder, em princípio, sob forma superficiária —, sem prejuízo da obtenção de comparticipação estatal, nestes casos com prioridade justificada.

4. Para a fase experimental de arranque aconselhava-se, no citado despacho, uma troca regular de informação sobre os critérios técnicos e de gestão, a assegurar pelos responsáveis do SAAL, os quais deveriam ainda proceder à avaliação deste tipo de actualização.

5. Após dois anos de experiência, conclui-se que algumas das brigadas SAAL se desviaram, de forma evidente, do espírito do despacho que as mandava organizar, actuando à margem do FFH e das próprias autarquias locais, que deveriam ser os principais veículos da condução do processo.

6. Pelas razões expostas, não têm as populações mal alojadas sido acompanhadas como se tornava imperioso que o fossem. Para fazer face às graves carências habitacionais e à melhoria, de forma acelerada, da qualidade de vida por que anseiam as populações envolvidas nas operações, nem às câmaras municipais foi facultada a possibilidade do seu contributo, nem ao FFH foi solicitada a ajuda técnica conveniente para este tipo de operações, nem os terrenos se conseguiram com a celeridade que o processo impunha, nem o número de fogos construídos até esta data tem qualquer significado.

7. A construção clandestina, que, sobretudo depois de 25 de Abril de 1974, progride de forma assustadora, tem criado com a sua anarquia generalizada novos bairros degradados, sendo o número destes, actualmente, superior ao existente àquela data.

O «clandestino», construído sem submissão a qualquer plano de intervenção urbanística, terá de ser imediatamente contido, dado os enormes custos sociais a que dá lugar e os inconvenientes de ocupação incontrolada do solo, muitas vezes feita por mero oportunismo.

8. Deve, no entanto, reconhecer-se, como se afirma no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 275/76, de 13 de Abril, que o único meio de suster, com eficácia e justiça social, este constante desenvolvimento das áreas de construção clandestina reside na rápida disponibilidade, pelo sector público, de terrenos em quantidade que permita fornecer, à construção de casa própria, os lotes indispensáveis à execução dos planos para a acelerada eliminação das carências habitacionais.

A luta contra a construção clandestina só poderá atingir resultados satisfatórios quando se conseguir aquele objectivo e as populações puderem assumir a sua responsabilidade, colaborando na sua eliminação, pelo que espera o Governo a sua maior compreensão para as medidas que a curto prazo irão ser tomadas.

9. Adoptada uma nova lei de solos, alterado o código de expropriações, que passa a incluir matéria própria sobre indemnizações, e dando cumprimento à vontade política, expressa no programa do Governo, de descentralizar o poder, por tanto tempo ciosamente guardado pela Administração Central, novas formas de actuação devem ser encaradas, com vista à eliminação das áreas degradadas e das construções clandestinas, cabendo às autarquias locais o comando dos processos.

10. As graves condições habitacionais em que continua a viver uma parte importante da população portuguesa e o desenvolvimento em larga escala de construções clandestinas, principalmente nas regiões envolventes ou próximas dos grandes centros urbanos e em praias ou outros lugares de vilegiatura — estas últimas servindo ainda por cima de segunda habitação —, a inoperância do sistema utilizado para contrariar umas e outras, leva a concluir que só a administração local, fazendo exemplar uso da legislação promulgada para esses fins, poderá dinamizar as populações e conseguir resultados assinaláveis.

Os meios de que as autarquias se devem servir para o efeito serão a constituição de reservas de terreno, o apoio à criação de cooperativas habitacionais não lucrativas, o empenho na reconversão das áreas de construção clandestina existentes e a justa repressão com o rigor permitido pela lei de todo e qualquer loteamento ou construção clandestinos.

11. As novas câmaras, democraticamente eleitas, são, pela legitimidade do voto, as legítimas representantes das populações na defesa dos seus interesses, em que os problemas do *habitat* têm um peso de especial significado, pois que só em termos de comunidade e solidariedade podem ser encarados. A recuperação das zonas degradadas e clandestinas e a sua erradicação cabem, em termos políticos e técnicos, à autar-

quia, embora com o apoio financeiro e técnico Administração Central.

As iniciativas das populações, concretizadas em operações actualmente em curso, serão apoiadas directamente pelas câmaras municipais, ficando-se assim com a certeza de que, dessa mais íntima ligação ao poder local, resultará uma maior eficácia na resposta da Administração.

12. Para o apoio às iniciativas das populações na transformação dos próprios bairros poderão as câmaras municipais, quando o entendam conveniente, promover a formação de brigadas, as quais actuarão de acordo com os planos de reconversão estabelecidos.

As autarquias locais poderão, para o efeito, solicitar todo o apoio que considerem necessário, técnico ou financeiro, ao FFH e às Direcções-Gerais do Planeamento Urbanístico e de Equipamento Regional e Urbano.

13. Os contratos de tarefa celebrados com as brigadas SAAL actualmente em serviço manter-se-ão enquanto as câmaras municipais responsáveis pelas operações considerarem necessária a sua colaboração, continuando o seu pagamento a ser suportado pelo FFH e feito através das autarquias locais.

14. Devem as câmaras municipais tomar a iniciativa da legalização, reconversão, manutenção temporária ou demolição das construções clandestinas do respectivo concelho, de acordo com a legislação em vigor.

15. Nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa e na região do Algarve, onde as zonas clandestinas e degradadas assumem relevância especial, estão em curso operações de recuperação executadas ao abrigo do referido despacho conjunto, que, dada a complexidade da estrutura urbana em que se desenvolvem, põem especiais problemas, sobretudo no que diz respeito à coordenação das acções que através de diversos serviços cabem à Administração Central. Tal situação impõe sejam concertadas de forma expedita as referidas acções da Administração Central e assegurada uma ligação directa aos órgãos das autarquias, o que justifica a designação de comissários do Governo para o efeito.

16. Competirá aos comissários, além das atribuições genericamente definidas no número anterior e no Decreto-Lei n.º 315/74, de 9 de Julho, o seguinte:

- a) Instalar o respectivo gabinete de apoio, solicitando ao Ministro da Habitação, Urbanismo e Construção os meios necessários, devendo o pessoal indispensável ser destacado dos diversos serviços do Ministério, sempre que possível;
- b) Apoiar as autarquias no planeamento das acções a desenvolver;
- c) Concertar e coordenar as acções das Direcções-Gerais do Planeamento Urbanístico e de Equipamento Regional e Urbano e do Fundo de Fomento da Habitação relativamente às intervenções na área, sem prejuízo da respectiva competência;
- d) Informar os Ministros da Administração Interna e da Habitação, Urbanismo e Construção e propor as medidas adequadas sempre que se verificarem distorções ou atrasos no cumprimento dos planos e programas;

DE OUTUBRO DE 1976

2460-(3)

- e) Apresentar ao Ministro da Habitação, Urbanismo e Construção relatórios mensais da situação.

Ministérios da Administração Interna e da Habitação, Urbanismo e Construção, 27 de Outubro de 1976. — O Ministro da Administração Interna, *Manuel da Costa Brás*. — O Ministro da Habitação, Urbanismo e Construção, *Eduardo Ribeiro Pereira*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Decreto-Lei n.º 781-A/76

de 28 de Outubro

A tentativa de instauração de uma gestão democrática nos estabelecimentos de ensino superior que se propunha no Decreto-Lei n.º 806/74, de 31 de Dezembro, não conseguiu, na prática, concretizar os seus objectivos. As suas disposições foram formuladas de modo demasiado genérico. Deram cobertura legal à demagogia e à supremacia de minorias activistas, que, pela manipulação e pela coacção, conseguiram um efectivo domínio de grande parte das escolas superiores, com prejuízo da eficaz administração e gestão financeira, do pluralismo ideológico inerente à escola democrática, da qualidade de ensino, da necessária renovação pedagógica e da correcta inserção do ensino superior no contexto cultural e sócio-económico do País.

Cumpre, pois, corrigir, com urgência, o sistema vigente de gestão das escolas do ensino superior e instaurar, finalmente, a organização e funcionamento interno democrático desses estabelecimentos de ensino.

Três preocupações centrais presidiram à elaboração do presente diploma: instituir uma efectiva democracia nas escolas, de modo a que o seu clima interno não possa ser assimilado a esquemas medievais ou corporativos, ainda quando de feição anarco-populista; promover a qualidade científica e pedagógica do ensino superior, confiando adequada responsabilidade a quem disponha de competência; estabelecer em cada escola estruturas que garantam a correcta utilização das dotações orçamentais que o Estado destina ao ensino superior.

Comparado com os regimes praticados noutros países, de diversos quadrantes políticos e sociais, o diploma agora publicado é, sem dúvida, o mais ousado e progressista, conjugando democracia e responsabilidade como é próprio de uma sociedade gerida por princípios de socialismo democrático, onde todos os órgãos eleitos devem prestar contas da sua actuação.

Nestes termos:

O Governo, ao abrigo da autorização legislativa concedida na alínea d) do artigo 2.º da Lei n.º 4/76, de 10 de Setembro, decreta e eu promulgo:

Artigo 1.º Os órgãos internos dos estabelecimentos de ensino superior são os seguintes:

- a) Assembleia geral da escola;
- b) Assembleia de representantes;
- c) Conselho directivo;
- d) Conselho pedagógico;

- e) Conselho científico;
- f) Conselho disciplinar.

CAPÍTULO I

Assembleia geral da escola

Art. 2.º A assembleia geral da escola é constituída pelos docentes, investigadores não docentes, estudantes e pessoal técnico, administrativo e auxiliar da escola.

Art. 3.º São atribuições da assembleia geral da escola:

- a) Apreciar as linhas gerais de orientação da escola;
- b) Apreciar a actividade da assembleia de representantes e do conselho directivo;
- c) Apreciar o relatório do conselho directivo referente ao ano transacto e o projecto de plano orçamental e de actividades para o ano seguinte;
- d) Apreciar problemas relevantes para o ensino e a juventude ou quaisquer outros de interesse geral do ponto de vista académico.

Art. 4.º — 1. A assembleia geral da escola terá reuniões ordinárias e extraordinárias, cujo funcionamento se regerá por regulamento aprovado pela própria assembleia.

2. Anualmente realizar-se-ão três reuniões ordinárias: no mês de Janeiro, para apreciação e discussão do relatório referente ao ano anterior; no mês de Maio, para apreciação e discussão do projecto de plano orçamental e de actividades para o ano seguinte; no mês de Novembro, para eleição da mesa da assembleia geral da escola, aprovação ou alteração do seu regulamento e apreciação de assuntos de natureza genérica que interessem à escola.

3. A assembleia geral da escola reunirá extraordinariamente:

- a) A requerimento de, pelo menos, 10% dos seus membros;
- b) Por convocação do presidente da mesa da assembleia geral para aceitar a demissão da maioria dos seus membros e proceder à eleição dos substitutos.

4. O requerimento a que se refere o número anterior deverá ser enviado ao presidente da mesa e conterá a identificação correcta dos subscritores.

Art. 5.º — 1. As reuniões ordinárias serão convocadas com uma antecedência mínima de oito dias; para as reuniões extraordinárias o prazo mínimo é de quarenta e oito horas.

2. A convocatória fixará obrigatoriamente o dia, hora, local, assuntos a debater e será sempre assinada pelo presidente ou, no seu impedimento, pelo vice-presidente.

3. As convocatórias deverá ser dada larga publicidade, que consistirá, no mínimo, na sua afixação em três locais bem visíveis na escola.

Art. 6.º — 1. A mesa da assembleia geral da escola é composta por um presidente, um vice-presidente, que o substituirá nas faltas e impedimentos, dois secretários e dois vogais com funções de escrutinadores que poderão substituir os secretários na ausência destes.

2. MOÇÃO DE REPÚDIO

«Em reunião de Inter-associações de Moradores dos Bairros de Lata dos arredores de Lisboa, Lisboa, Setúbal e Porto, efectuada no dia 30 de Outubro de 1976, e na apreciação do Despacho Conjunto dos Ministros da Administração Interna e da Habitação, Construção e Urbanismo de 27 de Outubro de 1976, publicado em suplemento do Diário da República no dia 28 de Outubro de 1976, ficou decidido o seguinte:

Repudiar todo o conteúdo do Despacho por o mesmo ser contrário à realidade dos factos, enganando as pessoas que venham a tomar conhecimento do mesmo, sem que estejam a par dos motivos que poderiam estar na origem deste despacho. Nesse conteúdo se pretende demonstrar por artifícios que só a reacção costuma utilizar, serem as brigadas SAAL, os Moradores devidamente organizados e constituídos em Associações e Cooperativas de Moradores e todo o SAAL em si, os grandes culpados de os processos não avançarem com a rapidez que se impunha, acusando o SAAL de falta de colaboração com as Câmaras e Fundo de Fomento de Habitação.

Repudiamos totalmente estas afirmações por serem completamente falsas, pois não esquecemos o trabalho incansável que nós moradores e as Brigadas que nos acompanhavam e tentavam executar as decisões e vontades expressas dos moradores pobres tiveram junto das Câmaras, FFH e MHUC, tendo este trabalho sido sistematicamente boicotado e entravado pelas entidades referenciadas. Consideramos pois o SAAL vítima de uma manobra arquitetada há já muito tempo e só agora posta em prática, por só agora existirem as condições políticas ideais para o fazerem.

Não podemos compreender como um Governo que se diz democrático e até socialista, pode tomar decisões deste cariz, sem consultar os moradores pobres, que são na prática os verdadeiros atingidos por estas decisões, não tendo a coragem de trocar impressões com os moradores, tentando saber da nossa boca aquilo que pensamos ser a melhor solução dos nossos problemas.

Será que o Governo sente aqui a diferença de classes, não querendo pôr a burguesia a dialogar com os explorados moradores pobres deste País? Será esta a melhor maneira de conduzir um processo revolucionário em curso neste País e que de dia para dia se agrava com decisões do Governo tomadas sempre em prejuízo de quem trabalha e é pobre? Quem pretende o Governo e neste caso os Ministros do MAI e do MHUC enganar com decisões deste tipo?

A nós moradores atingidos e que sentimos isto tudo na pele, pois há muitos anos vivemos em barracas sem o mínimo de condições de habitabilidade, a nós que sabemos ser o SAAL o melhor meio de concretizarmos o nosso acesso a uma habitação digna, a nós que sabemos ser este despacho mais um golpe desferido em nós com vista a cortarem-nos mais uma das conquistas do 25 de Abril, a nós não nos enganam, porque sabemos aquilo que queremos e aquilo que é melhor para pormos em prática as nossas aspirações de toda a vida, uma habitação digna.

A luta continua e novas formas irão surgir para travar o avanço da burguesia que se quer impor mas que nós contestamos, pois num País com um regime democrático não pode haver imposições, venham elas de onde vierem, mas sim concretizar a vontade expressa dos interessados, que neste caso não foram ouvidos nem achados.»

3. SÚMULA CRONOLÓGICA E DOCUMENTAL DO SAAL

- 25 Abril 74** Golpe de Estado militar que derruba a ditadura fascista de Marcelo Caetano .
- 1 Maio 74** Grande manifestação popular em todo o país. O bairro camarário de S. João de Deus, no Porto, manifesta-se junto ao Quartel-General e apresenta o seu caderno reivindicativo, o primeiro contra o regulamento camarário em vigor.
- 3 Maio 74** A associação dos Inquilinos Lisbonenses pede o congelamento das rendas.
- 14 Maio 74** Comunicado da Junta Nacional de Salvação sobre a ocupação de casas (vários bairros iam sendo ocupados pelas populações).
- 16 Maio 74** Posse do I Governo Provisório.
- 16/18 Junho** Reuniões no Teatro de S. Luís, promovidas por técnicos de organismos oficiais ligados ao problema de habitação. Esta iniciativa «tem como objectivo pressionar as estruturas fechadas, burocráticas e tecnicistas em que funcionam as instituições do estado. Tenta-se também proporcionar uma participação efectiva por parte da população, órgãos e entidades locais na sua decisão e realização.»
- Junho 74** O Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo do I Governo Provisório, arquitecto Nuno Portas, estabelece por despacho interno o «Programa de Acções Prioritárias a Considerar pelos Serviços do Fundo de Fomento de Habitação». Entre as várias acções programadas é incluída a criação de um Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), dirigido a estratos mais insolventes, mas com organização interna que permita o seu imediato envolvimento em “auto-soluções”, com apoio estatal em terreno, infra-estrutura, técnica e financiamento.»
- 18 Julho 74** Tomada de posse do II Governo Provisório.
- Agosto 74** Foram constituídas equipas com base no conhecimento de problemas das zonas onde se iniciaram algumas operações urgentes.
- 6 Agosto 74** É publicado em Diário do Governo o despacho conjunto criador do SAAL.
- 13 Set. 74** Os serviços centrais do SAAL apresentam proposta de conjugação do SAAL com os restantes serviços do FFH de modo a que estes possam dar a resposta necessária e apta às solicitações daquele.
- 28 Set. 74** Tentativa de golpe contra-revolucionário.
- 30 Set. 74** Posse do III Governo Provisório.
- Outubro 74** Os serviços jurídicos centrais do SAAL elaboram dois projectos de diplomas legais reguladores das expropriações e do financiamento das operações, contendo matéria específica para a

| | |
|--------------------|--|
| | intervenção SAAL. |
| 20 Nov. 74 | Com despacho favorável do SEHU é feita uma proposta de nova estruturação dos serviços centrais do SAAL, «atendendo ao volume de trabalho» já alcançado. |
| 30 Nov. 74 | Manifestação dos moradores pobres do Porto contra as “subalugas” e pelo direito à habitação. Invasão da Câmara Municipal do Porto e forçado o diálogo com a Comissão Administrativa. |
| 7 Fev. 75 | É publicado o Programa de Política Económica e Social, sem que nele esteja referida expressamente uma política governamental do SAAL. |
| 13 Fev. 75 | É publicado em Diário de Governo o Decreto-Lei nº 56/75 que não corresponde às necessidades das operações SAAL em matéria de expropriações, nem aos estudos já efectuados com base na prática de sete meses de trabalho em várias regiões do país. |
| 15 Fev. 75 | É elaborado um «caderno reivindicativo (a apresentar ao Governo e Entidades Competentes) dos Bairros de Lata e Pobres de Lisboa». |
| 11 Março 75 | Nova tentativa de golpe contra-revolucionário. Num momento de reestruturação do FFH, o SAAL/NORTE apresenta diversos aspectos a aguardar tomadas de decisão incluindo um memorando de toda a actividade desenvolvida até ao momento. |
| 18 Março 75 | 20 Comissões de Moradores, 23 brigadas técnicas e a Comissão Coordenadora do SAAL/NORTE realizam um plenário na ESBAP (Porto) e apresentam um caderno reivindicativo referente à situação de «total paralisação do processo SAAL». |
| 24 Março 75 | Posse do IV Governo Provisório. |
| 25 Abril 75 | Eleições para Assembleia Constituinte. |
| Maió 75 | 1º Plenário das Brigadas de Lisboa, cujas conclusões são: - Propor a criação de uma estrutura autónoma para a operação SAAL de Lisboa - Criação de uma Comissão de Estatutos de funcionamento |
| 10 Maio 75 | É elaborada uma proposta de Objectivos e Organização de Intercomissões dos Bairros de Barracas dos Arredores de Lisboa. |
| 17 Maio 75 | As Intercomissões de Bairros de Lata e Bairros Pobres e Comissões de Ocupantes e Moradores de Lisboa e Arredores realizam uma grande manifestação exigindo a revogação do Decreto-Lei nº 198-A/75. |
| Julho de 75 | Data de início de expropriações com a publicação em Diário de Governo cujos processos sob |

os mais variados pretextos são entravados, levando à deterioração de relações entre o respectivo sector da SML e as Brigadas.

Aprovação da CML dos planos das operações SAAL em Lisboa. Proposta da Assembleia de Delegados para a criação de um «Grupo Técnico de Apoio aos projectos».

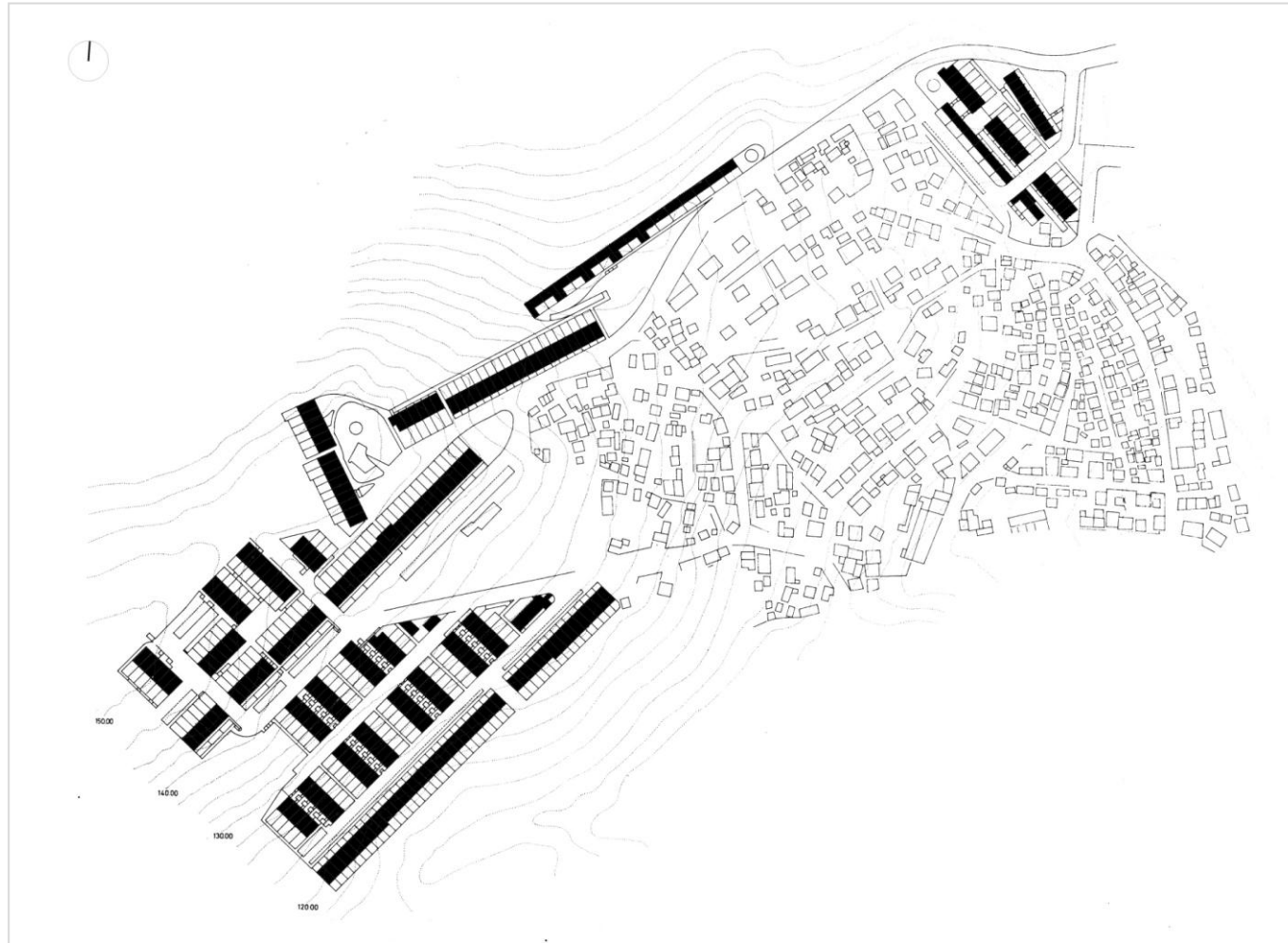
- Julho de 75** Várias manifestações pelo país organizadas pelas Comissões de Moradores (Setúbal, Porto, Matosinhos...)
- Julho de 75** Plano de “emergência” para o SAAL/NORTE.
- 28 Julho 75** Reunião no Porto das coordenações de Lisboa, arredores de Lisboa, resto do país, SAAL/NORTE e Director do SAAL tendente à criação de uma estrutura orgânica nacional para o SAAL.
- 8 Agosto 75** Tomada de posse do V Governo Provisório.
- 19 Set. 75** Tomada de posse do VI Governo Provisório.
- 1 Out. 75** I Concelho Nacional do SAAL que aprova, com algumas alterações, o Projecto de Funcionamento do SAAL
- 25 Nov. 75** Golpe contra-revolucionário.
- Dez. 75** Proposta de contrato aprovado pelas Brigadas e entregue ao FFH. Afastamento dos elementos que garantiam os circuitos CML/SAAL e sua substituição.
- 14 Jan. 76** Explode bomba nas instalações do SAAL/NORTE, que ficam destruídas.
- 17 Jan. 76** Manifestação dos moradores contra o fascismo e pelo fim da paralisação do processo SAAL.
- 6 Março 76** Manifestação contra os despejos, pela legalização das casas ocupadas, pelo direito à habitação, contra o aumento do custo de vida e contra o fascismo.
- 25 Abr. 76** Eleições para a Assembleia da República. Entrada em vigor da nova Constituição Política da República.
- 7 Out. 76** Lançamento do primeiro número das Folhas Informativas realizadas pelo Executivo do Concelho Nacional do SAAL, dirigidas às Associações, Equipas técnicas e trabalhadores dos Serviços Centrais, com o objectivo de os pôr a par de todas as informações essenciais sobre acontecimentos relacionados com o SAAL.
- 15 Out. 76** Lançamento da Segunda Folha Informativa do SAAL.
- 20 Out. 76** Lançamento da Terceira Folha informativa do SAAL, a mais completa e a que já “acusa” algumas deficiências no andamento do Processo, prevendo a decisão da extinção do

mesmo.

- 28 Out. 76** Publicação do Despacho Ministerial que extingue o Processo SAAL.
- 6 Nov. 76** Inicia-se a elaboração do Livro Branco do SAAL
- 8 Nov. 76** As brigadas SAAL de Lisboa entregam ao Primeiro Ministro um documento elaborado em Plenário, que relata a actividade desenvolvida.
- 11 Nov. 76** Manifestação convocada pela Inter-Associações de Moradores de Bairros de Lata de Setúbal de repúdio à “decisão do governo de eliminar o SAAL/Setúbal”.
- 13 Nov. 76** Manifestação nacional em Lisboa de repúdio pela extinção do SAAL.

4. PLANTA DE IMPLANTAÇÃO DA INTERVENÇÃO SAAL NO BAIRRO DO CASAL DAS FIGUEIRAS

(sem escala)



5. PLANTA DA INTERVENÇÃO COM MARCAÇÃO DAS 8 ZONAS

(sem escala)



| LOTES | ZONA | T0 | T1 | T2 | T3 | T4 | T3Q | T4Q | T5 | TOTAL |
|-------|--------|----|----|----|-----|----|-----|-----|----|------------|
| 46 | A | | 10 | 26 | 10 | | | | | 46 |
| 51 | B | 4 | 1 | | 47 | | | | | 52 |
| 23 | C | | | | 21 | 2 | | | 1 | 24 |
| 29 | D | | | | 20 | | 10 | | | 30 |
| 35 | E | | | | 18 | 4 | 12 | | 2 | 36 |
| 44 | F | | 13 | | | 32 | | | | 45 |
| 40 | G | | | | 25 | | 6 | 9 | 1 | 41 |
| 37 | H | 11 | | | 18 | | 7 | 1 | 1 | 38 |
| | TOTAIS | 15 | 24 | 26 | 159 | 38 | 35 | 10 | 5 | 312 |

6. ENTREVISTAS

ENTREVISTA AO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, SR. CARLOS DE JESUS

1- O Sr. Carlos sempre fez parte da Associação de Moradores?

Sim, fui um daqueles que fundou a Associação. No primeiro ano era Comissão de Moradores e depois passou a Associação.

2- E já morava aqui antes de o bairro ser construído?

Sim, não nasci aqui mas estou cá desde os meus 7 anos. Portanto, já tenho 66 anos, já estou aqui há algum tempo! Vivia aqui em baixo, numa casota velha.

3- Como se realizou o processo das operações SAAL? Contaram-me que começaram a fazer antes do 25 de Abril.

Isto só aconteceu por causa do 25 de Abril e ficou um dos bairros mais bonitos do país! Com uma intervenção por parte do Governo, para arranjarmos esse processo SAAL (...) Este bairro era essencialmente de barracas, 400 e tal barracas. Nós entrámos nesse processo SAAL e desde aí tratámos do projecto. Andámos de porta em porta a perguntar quantas pessoas moravam em cada barraca, o número de elementos de família (...) depois disso tudo conseguido, claro que o Estado nos deu uma ajuda, mandaram-nos os técnicos do SAAL, depois começámos as terraplanagens... claro que isto tinha de ter terraplanagens por causa do tipo de terreno.

4- Como se processou a vossa “entrada” neste programa?

Foi através da Câmara Municipal de Setúbal. Quando soubemos do programa de erradicação de barracas, fomos à Câmara e lá ajudaram-nos a inscrever. Porque era preciso estar inscrito para obter as ajudas. E depois disso éramos nós a fazer o trabalho de campo, a organizar as pessoas e reuni-las, a fazer inquéritos...isso ainda era moroso!

5- Como foram as conversas com o Arquitecto mandado pelo programa, o Arquitecto Gonçalo Byrne?

O arquitecto era jovem quando veio para aqui, tinha acabado o curso há muito pouco tempo. Este deve ter sido um dos seus primeiros trabalhos. Como um jovem que era e vivia aquela euforia toda do 25 de Abril, foi muito simples conversar com ele. Era muito aberto, estava sempre a informar-nos do que fizera, a perguntar o que gostávamos que fosse, o que gostávamos que não fosse, uns queriam com varanda, outros sem varanda... íamos chegando a termo em relação ao que queríamos que fosse a habitação. Mas claro que ele é que era o técnico e ele tinha a decisão final. E claro que a habitação não tinha acabamentos de primeira, mas era o suficiente, melhor que as barracas!

6- A Câmara não deu dinheiro para ajudar na construção?

Não, não deu. A Câmara só dispensou o terreno. Parte era da Câmara e o resto era de várias pessoas. Assim, procederam à expropriação dos terrenos (...) Na altura já as pessoas não levantavam muitos problemas. O Fundo de Fomento da Habitação é que emprestou o dinheiro através da Caixa Geral de Depósitos.

Depois, em 1989, os juros subiram para 23%. Era muito difícil pagar, estávamos a dever algum dinheiro... já devíamos mais dinheiro em juros do que o que tínhamos pago até à altura. Negociámos, então, com a Comissão Liquidatária para acabar de pagar as dívidas num prazo de 10 anos, mas sem juros. Pagámos tudo ao INH e em 99 já não tínhamos dívidas.

Um das coisas que não pagámos foram as infra-estruturas: a electricidade, esgotos e águas. Disso tratou também o governo. No final, quando tudo estava pronto, só faltava mesmo acabar os arruamentos. Isso fez-se com 60 contos que o INH deu. 60 contos deram para alcatroar as ruas todas!

7- As conversas com o arquitecto envolviam só as tipologias da casa?

Não só. Houve alguns pedidos, claro (...) havia sempre a preocupação de onde é que íamos fazer o peixinho assado. Isto era tudo gente que trabalhava na pesca, já nas barracas tinham o hábito de ter um espacinho para assar o peixe e, por isso, claro, era a primeira coisa em que falavam. O tamanho das habitações, a quantidade de quartos, era conforme o tal levantamento que tínhamos feito sobre o número de pessoas no agregado. Isto tudo custou 10 000 euros, que na altura ainda era dinheiro.

Uns ainda pediam varandinha, outros não. Hoje em dia já quase nenhuma tem varanda, já fizeram muitas alterações nas fachadas.

8- A conversa era só com a Associação ou incluía os moradores também?

Não, a conversa era só com a direcção da Associação. A associação dava a conhecer aos moradores, antes de chegar à finalização dos projectos, como estava a ficar, os quartos que ia ter, etc. Isso, participavam sempre. Mas só a alegria de ter uma casa, já chegava. As pessoas não precisavam de muito mais.

9- As pessoas habituaram-se facilmente à vivência nas casas?

Sim, acho que sim. Pronto, a algumas tínhamos de ensinar a funcionar com as torneiras, para temperarem a água e tomarem banho...nunca tinham tomado banho ou se calhar visto uma casa de banho na vida. Mas, sim, habituaram-se.

10- As pessoas que vivem no bairro ainda são as mesmas?

Sim, praticamente. Das 312 famílias venderam-se apenas meia dúzia de casas, mas só depois da escritura feita. Os filhos das pessoas mais velhas iam saindo do bairro e as pessoas queriam ir para o pé dos filhos... A venda das casas passa sempre pela Associação. O que acordámos foi que, pelo menos nos 5 anos após a escritura, nós “decidíamos” a quem seria vendido. Assim, conseguíamos vender a jovens já sócios da Associação ou que sejam do bairro e precisem. Acaba por ser quase como uma família que vive toda junta.

Mas alguns filhos é que queriam vir viver com os pais! Alguns chegavam mesmo a comprar casa lá em baixo, para depois vender e voltar para aqui. Que isto é a coisa mais bonita que Setúbal tem! Isto é maravilhoso!

11- As pessoas que não vieram para as casas foi por causa das rendas?

As pessoas tinham medo de vir para aqui, achavam que era demais! Que era bom demais e que se calhar ia ter de haver retorno. Mas não, porque cada um pagava a sua casa! Eu não ia ter de pagar a casa do outro que era duas vezes a minha...isso não fazia sentido. Cada um ia pagando a sua parte.

12- Quando começaram o processo SAAL já havia algum projecto da Câmara para esta zona?

Não havia, foi tudo decidido por nós e desenhado pelo arquitecto. Fizeram apenas o loteamento. O que fizeram antes do bairro foi a colocação dos depósitos de água e pagaram-nos as terraplanagens todas, mas já tínhamos em vista o bairro para construir. Em relação à parte velha do bairro, ainda estão a fazer o loteamento.

13- Há muitas alterações nas fachadas? Porquê?

Algumas. As casas eram muito bonitas, o arquitecto Gonçalo até chegou a vir cá mostrar uma revista em que o projecto saiu porque tinha ganho um prémio em Itália! Mas como as janelas eram estreitinhas e altas, as pessoas acabaram por querer mexer e abrir mais por causa da vista. E depois, claro, as pessoas quando podiam iam fazendo melhoramentos nas casas, nos acabamentos. Mas ainda há aí uma ou outra que está igual ao que era.

14- Não houve auto-construção?

Houve, na zona H. Isto é muito grande, vem desde lá de baixo na Escola até lá acima ao olival. Então dividimos isto por zonas – zona A, zona B, zona C, etc. –, para dar a diferentes empreiteiros. Ao pé da escola primária, lá para baixo, arranjam um senhor do ultramar para ser o director da obra – era um senhor que sabia muito de construção civil. Compraram eles todos os materiais e foi a zona que ficou mais bem feita, se calhar.

Mas agora já não se fala em zonas! Na altura é que eram as zonas e umas eram dos T3, outras do T0... Hoje já temos ruas e nomes.

15- Como evoluiu o bairro?

Evoluiu de uma forma muito bonita e muito boa. Se formos a ver aí, eu não me lembro de antes do 25 de Abril haver ninguém formado aqui no bairro. Hoje em dia já temos uns quantos miúdos formados. Eu que estou cá desde o início do bairro, fico muito orgulhoso! Acabo por me sentir um bocadinho o pai desta gente toda.

ENTREVISTA A SR. CARLOS SANTOS E 'TI VERGÍLIO CRUZ

1- Olá! Os Senhores eram moradores aqui no Casal das Figueiras desde antes do 25 de Abril. Podem me contar um bocadinho da história do que se passou aqui no bairro?

Antigamente pagava-se 5 ou 10 tostões para alugar o terreno onde estavam as barracas. Este terreno era de 3 herdeiros. Um deles perdeu tudo no casino e vendeu o terreno a um construtor civil que se assustou com a quantidade de barracas.

As fundações começaram em 74, sem autorização, antes do 25 de Abril. Um grupo de gente juntou-se e decidiu começar, parecia que adivinhávamos que vinha aí a Revolução. Depois apareceu o Arquitecto Salgado, que foi quem nos aconselhou a ir para a expropriação do terreno, a dar os primeiros passos... e, depois, quando começaram os projectos é que apareceu o arquitecto Gonçalo Byrne.

Então, quando veio o 25 de Abril, fomos para a Câmara protestar. E, mais tarde, começou-se a construir.

2-Como se organizavam?

A actual associação era, até aí, comissão. Fizemos um plenário com os moradores, para saber quem queriam que fosse para a associação. E eles aí disseram «Vocês têm feito tudo, sabem de tudo o que se passa, comandem vocês a associação». Tínhamos um jurídico que definia os estatutos e assim se constituiu a associação. A associação tratava de tudo, saber como as casas iam ser feitas, os pedidos de empréstimo e as conversas com os empreiteiros, pagar os empréstimos à câmara, etc.

3-Como se construíram as casas? Em auto-construção?

Aqui não houve a auto-construção. Nós pagámos as casas e a urbanização do bairro, feita pela Urbiced, que foi à frente, responsável na associação.

4-O dinheiro foi obtido com empréstimo ao banco? O Estado não deu nada?

Não deu nada, nada. Pedimos um empréstimo ao BNH e ainda hoje estamos a pagar o empréstimo e os juros.

5- Falavam com o arquitecto sobre como ia ficar a casa?

Nós sabíamos que tinha de haver vários tipos de casa: T0, T1, T2... até ao T5. Andámos aí a fazer questionários às famílias das barracas para saber isso tudo. Os T's só conta os quartos! Um T3, por exemplo, tinha uma sala, 3 quartos, cozinha e 2 casas de banho.

Nós só queríamos era uma casa com quintalito para a pessoa assar um peixe, não queríamos casas com andares. Quem escolhia os formatos das casas e os tipos era a associação juntamente com o arquitecto e a assistente social Ana (penso que era Ana, o nome dela...), consoante o nível do agregado familiar.

6-E para além do quintal, pediam alguma coisa?

A gente na altura pedíamos tudo! Não tínhamos nada! Não havia água, nem esgotos, nem luz eléctrica...não havia nada!

Mais tarde, quando as casas estavam feitas, foram distribuídas por fases. Fazia-se um sorteio dentro dos pedidos de tipos de casas e punham-se num saquinho as chaves todas. Depois as pessoas iam tirando as chaves e aí dizia qual era a zona e o número da porta! E pronto, já tinham uma casa.

8- Como funcionava a associação?

A associação reunia-se nas escolas onde as pessoas pagavam as mensalidades. Doou, por exemplo o terreno para fazer a farmácia e o moinho à APUCDM, associação de doentes mentais. Todas as alterações feitas nas casas tinham de ter autorização por parte da associação. Depois, era para haver uma segunda fase, mas depois não deu...ainda se estão a pagar as dívidas ao BNH.

O casarão apareceu mais tarde, que era uma barraquinha pequenina. Fez-se obras e foi alargado. Atletismo, futebol feminino, rancho folclórico...era tudo aqui! Entrámos aí na marcha popular e tudo! Em 87 foi o fim da construção do bairro.

9-Como era esta zona onde está agora o bairro?

Era um olival! Havia ali uma casa com animais, aqui faziam o pão...mais uma casa mais abaixo, onde está o jardim! E depois era tudo barracas, mas mais ali para baixo.

A construção começou de baixo, para cima. A escola primária já existia...

10-E a orientação das ruas?

Isso já foi pela câmara! (*Mas já havia antes?*) Não, foi feito na altura, quando a associação pediu para se fazer a obra. Também não tínhamos água, praticamente. Fizemos uns depósitos ali na Reboreda. Já estávamos na urbanização quando fizemos isso.

Também não havia transportes, depois de o bairro estar construído (e correio). Aí já foi a câmara. Fizemos uma manifestação à porta da câmara “QUEREMOS TRANSPORTES!” E era assim. Os correios quando vinham cá acima deixavam as cartas todas aí na associação... as pessoas é que iam lá buscar! Isto já funcionava, mas não havia nomes de ruas, nomes de portas, nada disso! Depois, quando o pessoal passou cá para cima é que pôs os nomes...mas ainda há sítios que não têm! Ainda estão para ser legalizadas, não têm escritura. Só tem escritura quem já pagou tudo!

11-Sabe se a maioria das pessoas são as mesmas na altura?

Não. Só quem tinha possibilidades de pagar as rendas é que vinha para aqui, senão ficavam nas barraquitas. Depois teve de se destruir as barracas, foram para outros sítios: Grito do Povo, Bairro dos Pescadores, etc. O primeiro bairro a arrancar foi este.

12-E não se reuniam com outros bairros?

Sim. Para saber como as coisas estavam a correr, para trocar ideias, uns achavam que não tinham de pagar, outras que tinham de pagar...

A escritura saiu só há 2, 3 anos. Porque primeiro tinha de ser tudo pago! Só depois disso é que se podia fazer as escrituras. E sem escrituras não se vendiam casas.

13-Foram feitas muitas alterações nas casas?

As janelas das casas, originalmente, eram estreitinhas e altas. Mas as pessoas foram alterando ao seu gosto. A cor é quase a mesma! As pessoas pintavam o mais parecido possível à cor original. Dentro de casa as pessoas pintavam da cor que queriam. Os materiais tinham de estar dentro do orçamento existente e de acordo com o projecto do arquitecto.

As casas eram muito mal acabadas e foram acabadas as três pancadas pelos empreiteiros! “Isto é para o pessoal das barracas. E para o pessoal das barracas qualquer coisa serve”. Então, a minha casa tem três andares e eu tenho degraus com 18, 19, 21 e 22 cm! Cá em baixo, tinha azulejos todos encavalitados uns nos outros! A fiscalização era camarária e só aparecia consoante zonas e interesses.

14-Quem são as pessoas que viviam ou vivem ainda aqui no bairro?

A maioria das pessoas que aqui viviam eram pescadores e mulheres que trabalhavam nas antigas fábricas. Mas com a CEE e na altura do Cavaco Silva começaram a acabar com a frota pesqueira. Os homens dedicaram-se às obras e à construção civil, a trabalhos temporários, e as mulheres a ficar no desemprego ou como domésticas.

ENTREVISTA A CRISTINA

1- Vivia aqui antes de o bairro ser remodelado?

Sim. Antes do Bairro Associação de Moradores Casal das Figueiras ser construído eu já vivia no bairro com os meus pais.

2 - Como viviam as pessoas nas barracas?

O Viso e o Casal das Figueiras não eram só “barracas”. Havia outras construções humildes que coabitavam com algumas construções de madeira (barracas) que foram sendo construídas ao longo dos anos. No meu caso, eu não vivia numa “barraca” mas, penso que algumas pessoas viviam em condições muito precárias.

3 - Havia luz, água, etc.? Como era a vossa convivência? Os bairros de lata davam-se, entre si?

Na casa onde vivi com os meus pais nós tínhamos água e luz. Havia muitas famílias que necessitavam de uma habitação com condições mais dignas. Ou seja, casas com água, luz, casas de banho e mais espaço. No entanto, penso que na altura antes de o bairro ser construído já houvesse algumas “barracas” com água, luz e casas de banho. A construção do bairro tinha por objectivo dar resposta a essas carências e outras. Isto é, existia muitos jovens casais a viver na casa dos pais que necessitavam de habitação a preços controlados. Quanto à convivência as pessoas do bairro eram pacíficas. O bairro era constituído por famílias de trabalhadores fabris e pescadores. Eu era criança mas não me lembro de haver disputas entre “bairros de lata”, até que esse problema não existia neste caso. O bairro era um todo. Talvez houvesse algumas quezílias entre as pessoas, provavelmente discussões de mulheres mas nada mais.

4 - As pessoas iam à escola?

Na sua maioria penso que sim. O bairro tinha e tem uma escola primária. Na minha altura já havia jovens a frequentar a escola até ao 12^a ano. Alguns conseguiam concluir outros não. Havia autocarros para levar os jovens para as outras escolas, do Ensino Básico e Secundário.

5 - Como se vivia na cidade de Setúbal antes do 25 de Abril?

Mal. Com muitas dificuldades. As famílias não tinham a qualidade de vida e bem-estar social como agora nos nossos dias. Os empregos eram mal remunerados e as condições sociais inexistentes. Era uma cidade que vivia da pesca, do pequeno comércio e, de pequenas empresas. Setúbal só começou a ter algum desenvolvimento com a instalação de empresas como a Secil, Lisnave, Sapec, Portucel, etc. Estas já ofereciam outras condições sociais aos trabalhadores e suas famílias que lhes permitiam ter mais alguma coisa, quer na saúde, quer em ajudas na educação dos seus filhos.

6 - Qual a história da intervenção do processo SAAL? Participou na escolha das tipologias? Não.

6.1- Exerceu alguma função na construção? Não.

6.2 - Como viu isto crescer?

Quando o bairro começou a ser construído eu era uma criança. Quando o bairro ficou concluído, passado uns anos, já eu era uma adolescente. Na altura não acompanhei muito o seu crescimento mas tenho algumas recordações dessa época. Sei que as pessoas estavam ansiosas e desejosas da sua conclusão. Para muitos moradores era um sonho de vida. Ter uma casa nova e, com as condições que aquelas casas ofereciam, para a época era muito bom!

7 - Como pensa que evoluiu o bairro? Como é a vivência do bairro?

O bairro é um bairro calmo. As habitações têm uma localização privilegiada com uma vista sobre a cidade que é difícil encontrar noutros sítios. Ao longo dos anos, de existência do bairro, os moradores foram introduzindo algumas alterações nas suas moradias, quer a nível interior como exterior.

8 - Qual o estado da sua casa actualmente? Fez muitas alterações?

Fiz algumas alterações no interior e exterior. Isto é, pequenas melhorias nos acabamentos da construção inicial. Quando foram entregues aos moradores, as casas, tinham acabamentos muito fracos. As cozinhas praticamente não tinham móveis e as casas de banho foram feitas com materiais básicos. Ao longo dos anos é natural como em todas as construções haver uma manutenção a nível de pintura e de reparação de material que se vai desgastando.

7. FICHA DE INSCRIÇÃO de uma sócia da, na altura, Comissão de Moradores do Casal das Figueiras, para obtenção de uma casa após intervenção do SAAL. Julho de 1975.

COMISSÃO DE MORADORES DO CASAL DAS FIGUEIRAS
SETÚBAL

PREENCHER COM
LETRA
MAIÚSCULA

FICHA DE INSCRIÇÃO

SÓCIO Nº. 287

NOME IRIA DO CARMO FERNANDES LOPES

FILIAÇÃO ANTÓNIO FERNANDES E MARIA PAROLINA

DATA DE NASCIMENTO 9/6/36

NATURAL DE SETÚBAL

ESTADO ~~DESEMPREGADA E SOLTEIRA~~ CASADA

PROFISSÃO OPERÁRIA CONSERVEIRA

BILHETE DE IDENTIDADE Nº. 627452. ARQUIVO DE LISSOIA

MORADA

DATA DE ADMISSÃO JULHO 1975

AGREGADO FAMILIAR

| NOME | IDADE | PARENTESCO |
|---------------------------------|-------|------------|
| MANUEL ALVES LOPES | 38 | MARIDO |
| MANUEL FLORINDO FERNANDES LOPES | 12 | FILHO |
| MADALENA MARIA FERNANDES LOPES | 8 | FILHA |
| MÁRIO LUIS FERNANDES LOPES | 13 | FILHO |
| MARIA FERNANDA FERNANDES LOPES | 16 | FILHA |

ESTADO DA ~~CASA~~/BARRACA ONDE VIVE: BOM RASOÁVEL PRECARIO MAU

QUE TIPO DE HABITAÇÃO PRETENDE (T1 A T5) ? T. 3

FORMA DE CONSTRUÇÃO ? ~~TIPO CONSTRUÇÃO~~/AUTO SOLUÇÃO

OBSERVAÇÕES 1ª FASE

CASAL METANGULAR
DE ACORDO COM A C.A.R.E.N.D.A.

9-7-76

9/7/76

8. **CONTRATO DE DIREITO À HABITAÇÃO** da mesma sócia para uma casa mais pequena, 17 anos mais tarde, com assinatura de todos os elementos da Associação. Dezembro de 1992.

| | |
|---|--|
| CONTRATO DE DIREITO À HABITAÇÃO | |
| <p>----- A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRO DO CASAL DAS FIGUEIRAS, com sede na Praceta da Associação de Moradores, em Setúbal, Pessoa Colectiva número 501.111.271, cede a IRIA DO CARMO FERNANDES, Sócia nº 287, a casa do Tipo T1, Lote 46, da Zona "A", situada na Rua José Carlos Ary dos Santos, nº 1, neste Bairro. Por sua vez, IRIA DO CARMO FERNANDES, compromete-se a pagar mensalmente, dentro dos prazos estabelecidos, a verba atribuída aquele tipo de casa a título de "Renda Provisória", para amortização do empréstimo e respectivos juros, da verba emprestada pelo ex-F.F.H. para construção do Bairro, enquanto outra solução não for encontrada; Fica também em iguais condições de todos os outros Sócios que habitam nas casas da Associação de Moradores, com os mesmos direitos e as mesmas obrigações.-----</p> | |
| SETUBAL, 12 DE DEZEMBRO DE 1992. | |
| <p>A RECA DE IRIA DO CARMO FERNANDES POR NÃO SABER ESCREVER Madalena Maria Fernandes Lopes (A FILHA)</p> | |
| <p>João Adelino Ramos da Silva Carlos Manuel dos Santos Carlos Miguel Marques</p> | |
| <p>João Luís dos Santos António Rodrigo dos Santos</p> | |

9. **DECLARAÇÃO** acerca de um pedido de adiantamento de obras por parte de uma moradora do bairro do Casal das Figueiras, prescindindo do direito ao subsídio proveniente do SAAL.

Nos termos da Lei não é permitido aumentar o número de linhas desta papel ou escrever nas suas margens.



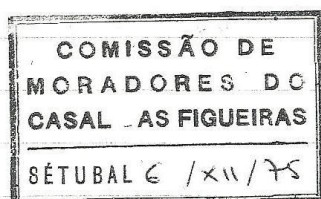
DECLARAÇÃO

A Comissão de Moradores do Casal das Figueiras, declara que em conjunto com o Arquitecto do programa SAAL, Sr. Gonçalo, autoriza Graça Maria Afonso, moradora neste bairro na Rua da Batalha do Viso, 88 r/c., Vivenda José Afonso, a construir um 1º andar sobre a referida vivenda, localizada no terreno expropriado e que pertencerá à futura Associação de Moradores do Casal das Figueiras.

Ficou acordado que Graça Maria Afonso, não tem direito ao subsídio do SAAL para construir a casa, visto querer começar já com a construção; no entanto, como é sócia da Associação de Moradores, beneficiará de todas as outras regalias destinadas aos sócios.

Assinam e ficam com cópias desta declaração: Graça Maria Afonso e os elementos desta Comissão de Moradores.

Setúbal, 6 de Dezembro de 1975



Graça Maria Afonso
 João António Gonçalves
 Francisca Cruz Martins Pasalta
 Maria Fernanda
 António da Costa
 Carlos Manuel Passa de Jesus
 Virgílio Guerreiro da Costa
 Virgílio dos Santos Martins

10. MANIFESTO contra o problema da habitação, 1978.

O PROBLEMA DA HABITAÇÃO

O programa do II Governo Constitucional anuncia novas ameaças no campo da habitação, sobretudo com a promessa de aumento das rendas de casa.

Não basta a falta de casas, a falta de obras nas casas quase em ruínas, não basta já quererem vender-nos as casas em que vivemos e que já pagámos várias vezes. Contrariamente ao que está estabelecido na Constituição, a insegurança quanto à habitação é cada vez maior, e não vemos tomar medidas para resolver este problema dos trabalhadores.

Quando se fala em novos decretos, sobre a habitação, é sempre para dar garantias aos senhorios, para lhes dar estímulo como dizem.

E a nós que regalias dão?

Em 1970 havia cerca de 350.000 casas devolutas. Por isso muitos de nós viviam nas piores condições, o que nos levou, depois do 25 de Abril, a ocupar alguns milhares de casas. Três anos depois continuamos sem ver a nossa situação regularizada, sempre à espera que nos apareça à porta o oficial de diligências, e a polícia de choque para nos pôr na rua.

Por tal vamos agora apresentar à Assembleia da República um projecto de decreto-lei sobre as ocupações, como alternativa às medidas do Governo, de forma a resolver definitivamente esta questão.

É preciso respeitar a Constituição, que diz todos termos direito a uma casa condigna, e com uma renda compatível com o nosso salário.

Fomos nós moradores ocupantes, e a A.I.L., a tomar a iniciativa deste manifesto, porque as ordens de despejo são cada vez em maior número.

Mas a nossa luta tem de ser de Unidade, com todos os outros trabalhadores em risco de perder a sua casa, ou de ficarem sem dinheiro para comer para poderem pagar as rendas especulativas ou as prestações da casa que foi obrigado a comprar.

Organizemo-nos nos nossos Bairros para defender os nossos direitos, lutemos pela aprovação do projecto de decreto-lei sobre as ocupações:

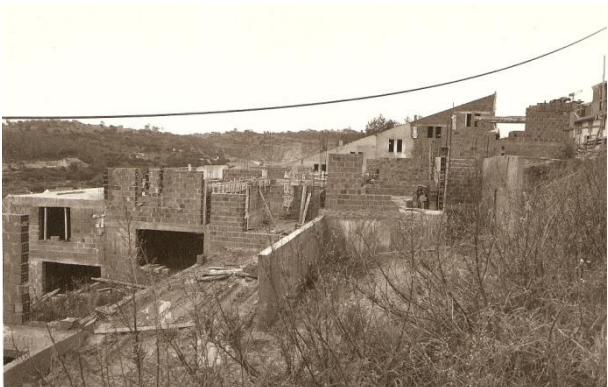
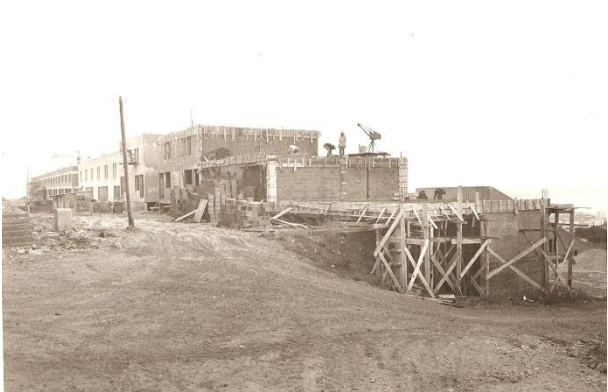
NÃO AOS DESPEJOS
NÃO AO AUMENTO DAS RENDAS DE CASA
NÃO ÀS HABITAÇÕES DEGRADADAS
NÃO AOS BAIRROS DE LATA
NÃO ÀS CASAS DEVOLUTAS
NÃO À OBRIGAÇÃO DE COMPRARMOS AS CASAS EM QUE MORAMOS
LEGALIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES
PARA TODOS UMA HABITAÇÃO DIGNA
VIVA A CONSTITUIÇÃO
VIVA A JUSTA LUTA DOS OCUPANTES
VIVA O 25 DE ABRIL

TRABALHADOR APOIA ESTE MANIFESTO

A.I.L. — Av. Almirante Reis, 12 — Lisboa — Março de 1978

11. FOTOGRAFIAS

Bairro do Casal das Figueiras em construção:





Fotografias do bairro em 1984:



Celebração do 25 de Abril no Bairro.



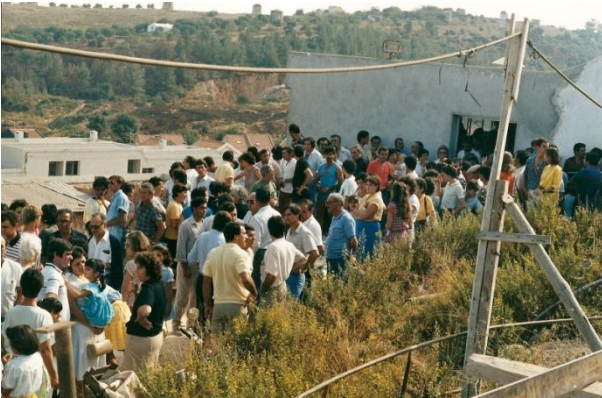
Reuniões com a população sobre o programa SAAL



Visita às obras concluídas



Visita às obras concluídas



Reunião de população no exterior do "Casarão"



Reunião de população na sede da Associação de Moradores



Entrega de chaves das casas (data desconhecida)



Entrega de chaves das casas (data desconhecida)

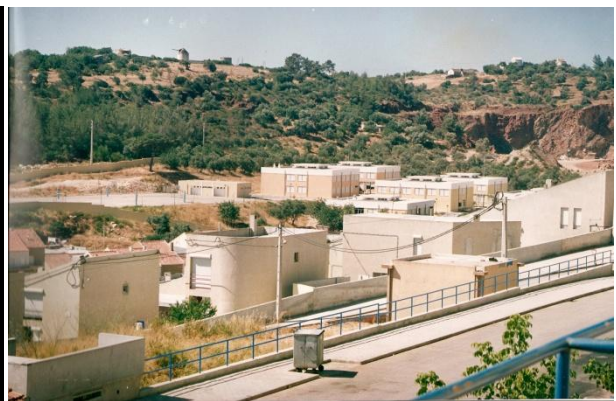


Presidente da AMCF entrega chaves das casas (data desc.)



Pároco da Pe. António Vieira entrega chaves das casas (data desc.)

Imagens do bairro já construído, 1987:



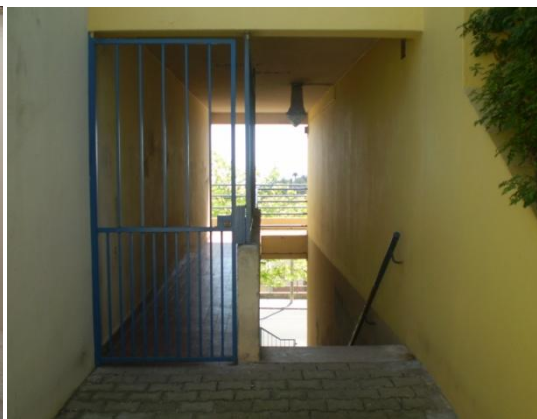
Imagens actuais do bairro, 2011:



Moradia T3 (entrada Norte)



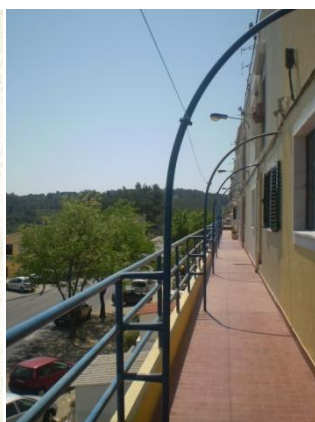
Pátio da moradia, actualmente fechado por uma garagem



Passagem exterior para o lado Sul da casa (entrada para sala de estar)



Passagem exterior



Galerias de circulação de acesso às casas



Entrada Norte – sala de estar



Vista parcial da sala de estar



Escadas de acesso ao 2º piso



Instalação sanitária 2º piso



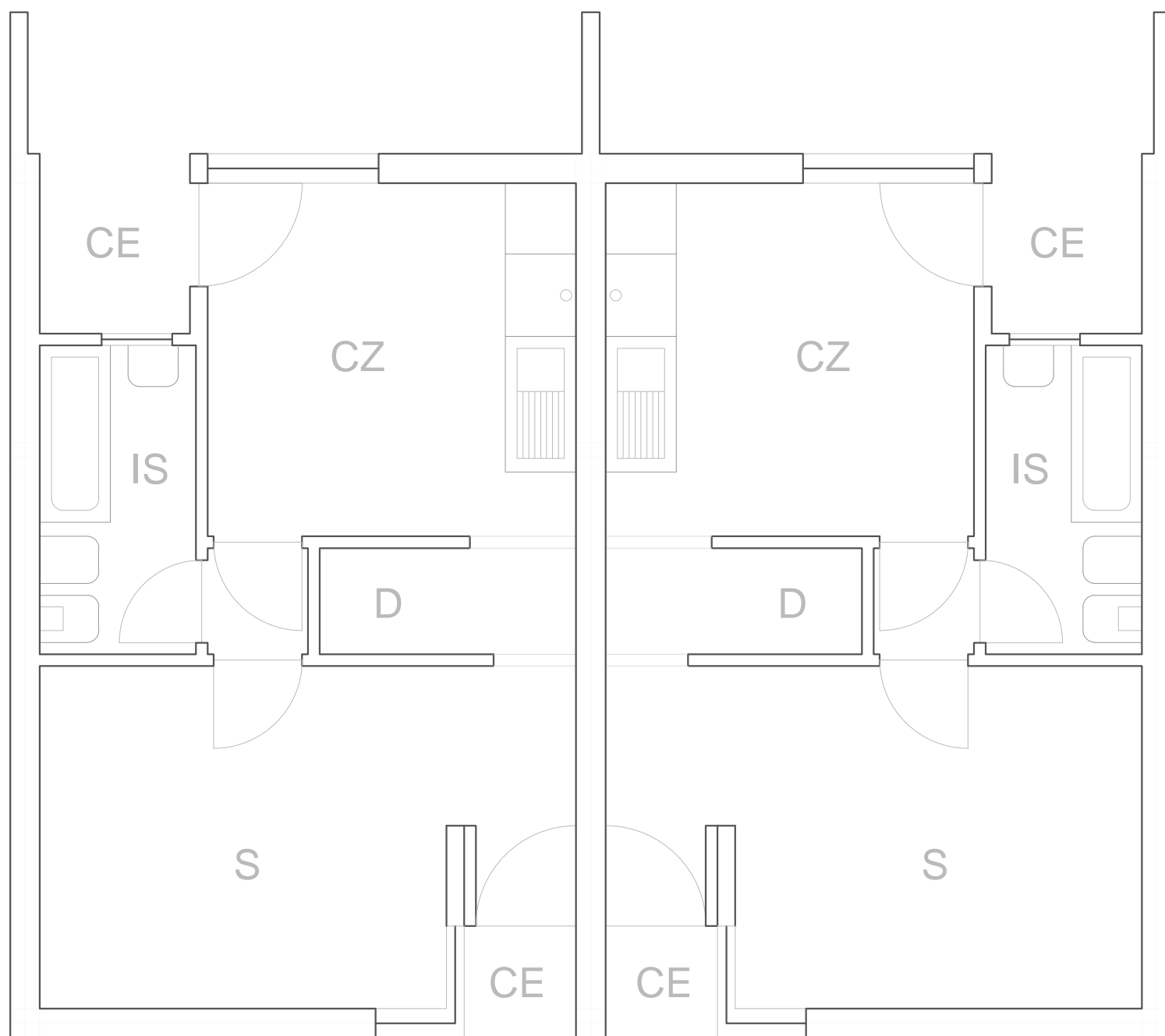
Quarto maior, virado a Norte



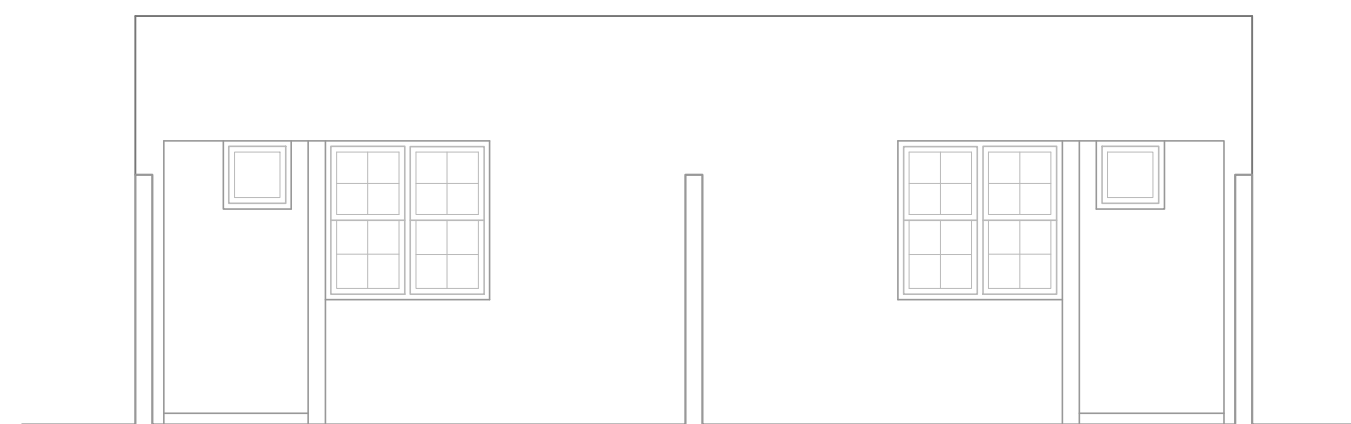
Quarto virado a Sul

Nota: O terceiro quarto, por ser mais pequeno, é utilizado actualmente pela dona da casa como quarto de costuras. Quanto ao piso térreo, tem ainda uma instalação sanitária, cozinha e dispensa, que não foram fotografadas. É de salientar a presença da garagem que alterou a forma e parte do uso dos pátios – denotam a mudança dos tempos e o facto do nível actual de vida daquelas pessoas lhes permitir adquirir viaturas próprias. No entanto, há sempre um espaço salvaguardado nesse mesmo pátio para o antigo costume de “assar o peixe”.

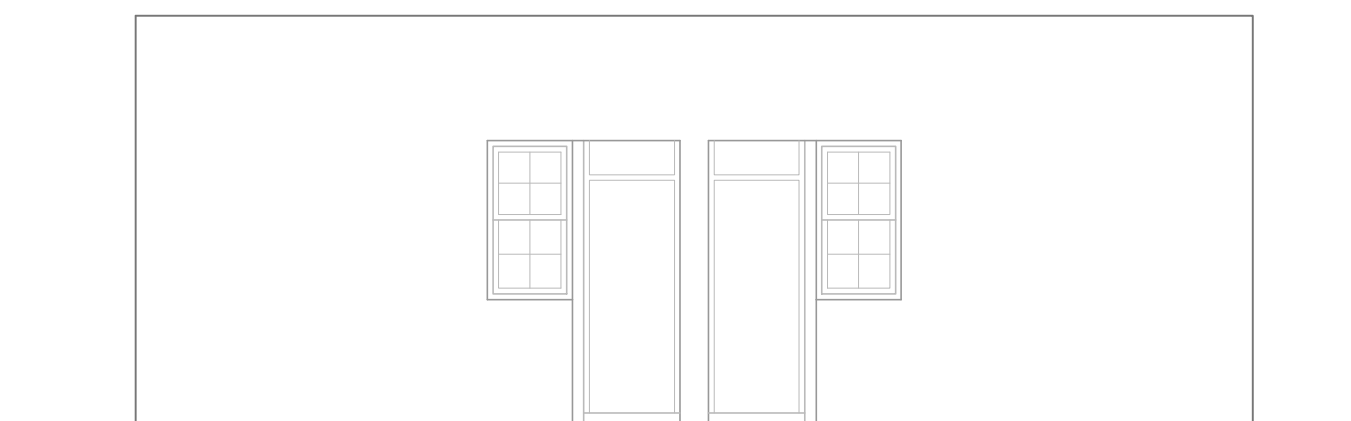
12. DESENHOS



Planta T0 geminado | Escala 1:50



Alçado posterior | Escala 1:75



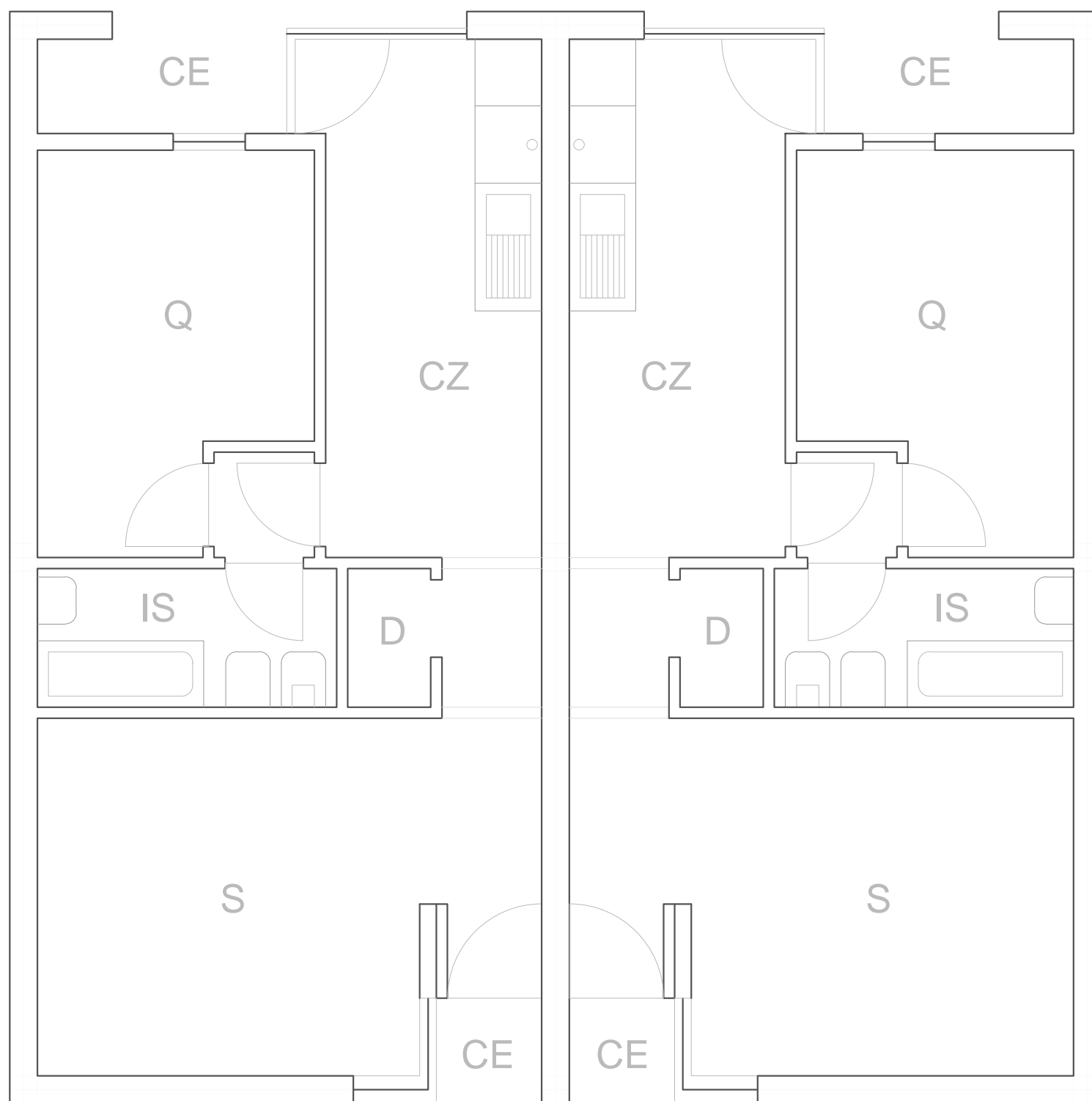
Alçado frente | Escala 1:75

ÁREAS

| CE | CZ | D | IS | Q | S | AU | AB | NL |
|------|------|------|------|---|-------|-------|-------|----|
| 2.00 | 9.40 | 1.30 | 3.50 | 0 | 12.50 | 31.20 | 43.90 | 15 |

LEGENDA

- CE- casa de entrada
- CZ - cozinha
- D - despensa
- IS - instalação sanitária
- Q - quarto
- S - sala
- V - varanda
- AU - área útil
- AB - área bruta
- NL - Número de lotes



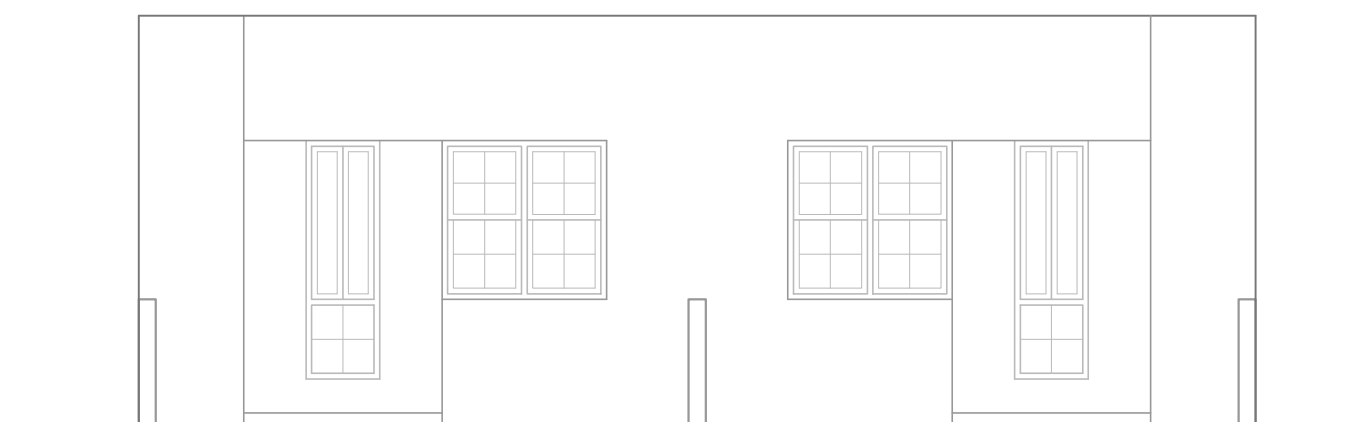
Planta T1 geminado | Escala 1:50

ÁREAS

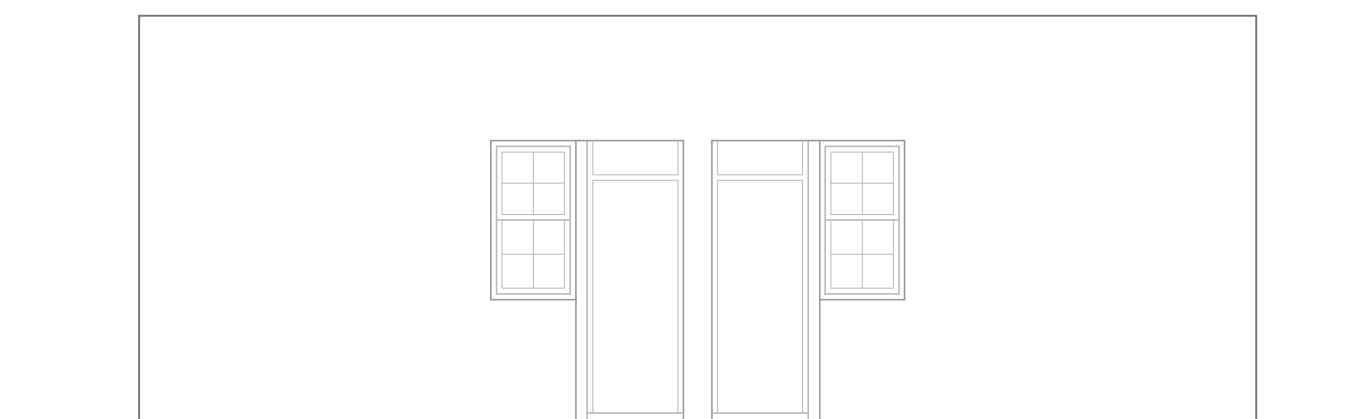
| CE | CZ | D | IS | Q | S | AU | AB | NL |
|------|-------|------|------|-------|-------|-------|-------|----|
| 2.00 | 11.35 | 0.95 | 3.50 | 11.00 | 13.80 | 42.60 | 52.00 | 24 |

LEGENDA

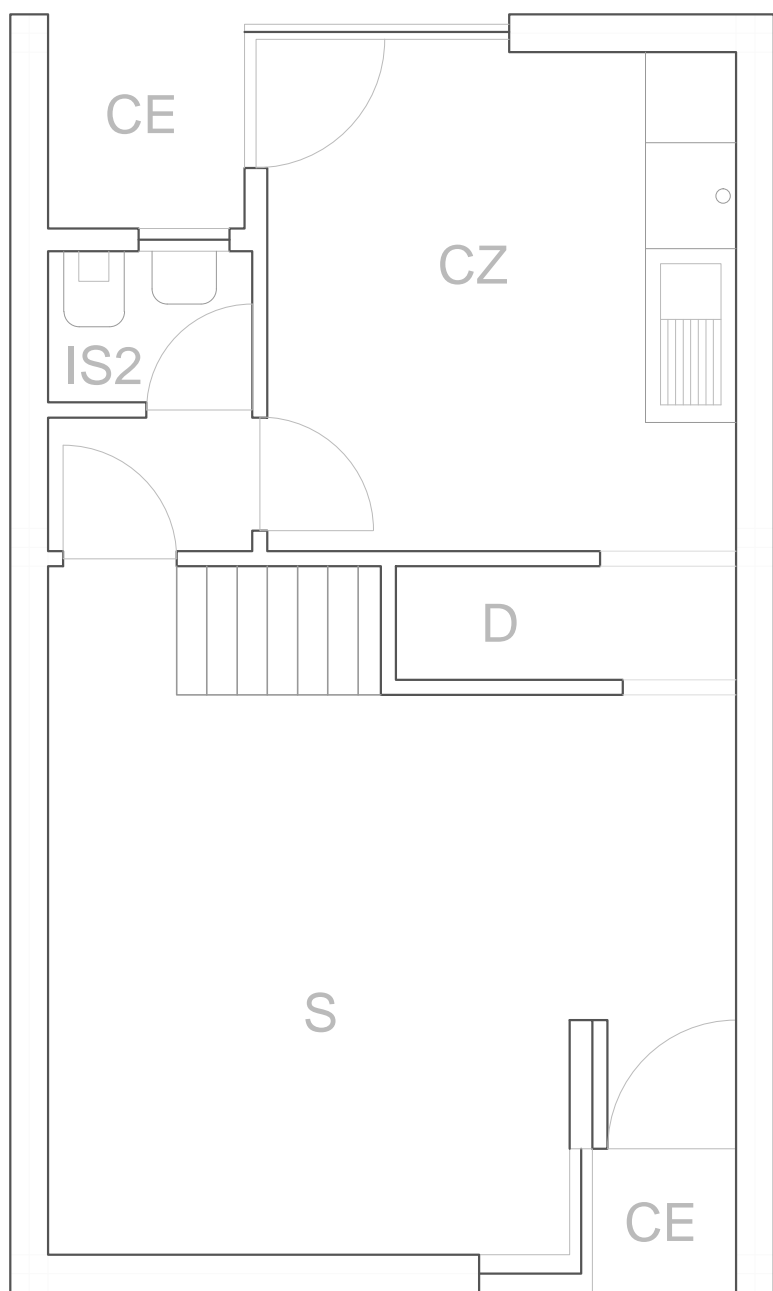
- CE - casa de entrada
- CZ - cozinha
- D - despensa
- IS - instalação sanitária
- Q - quarto
- S - sala
- V - varanda
- AU - área útil
- AB - área bruta
- NL - Número de lotes



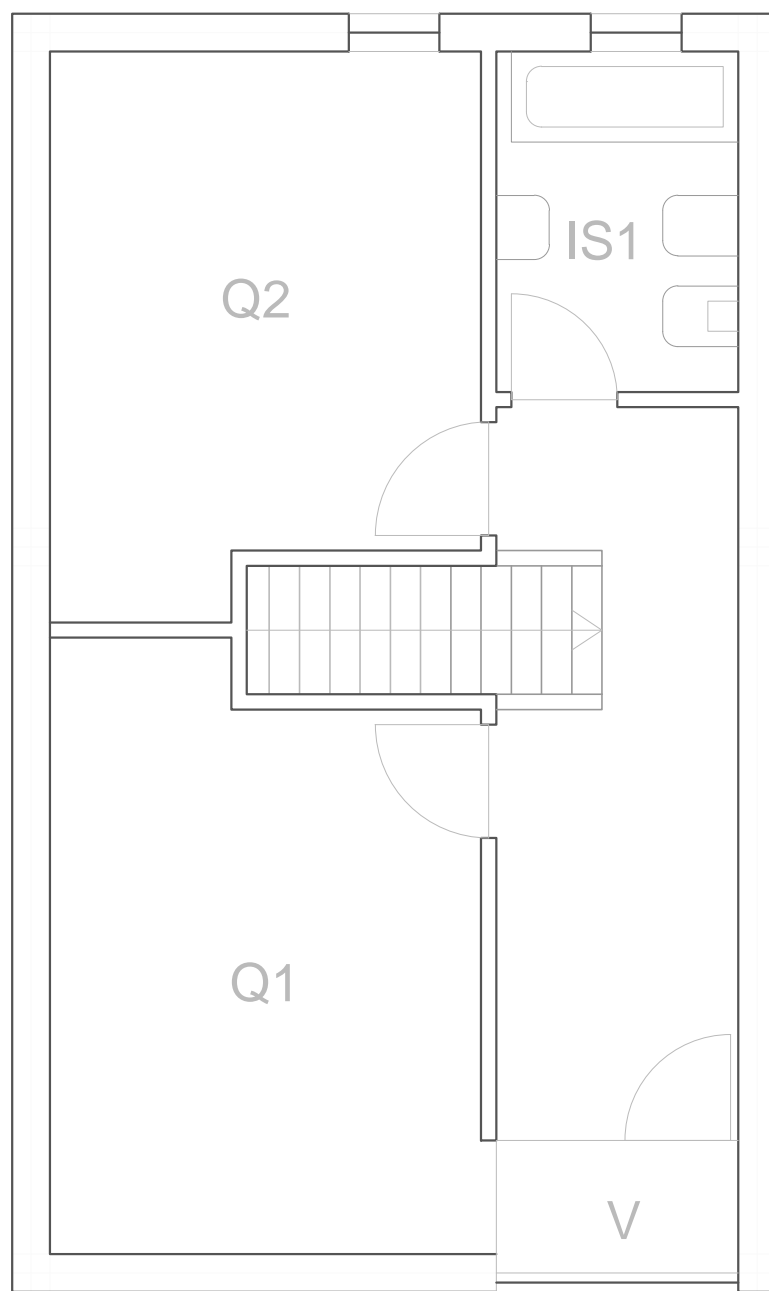
Alçado posterior | Escala 1:75



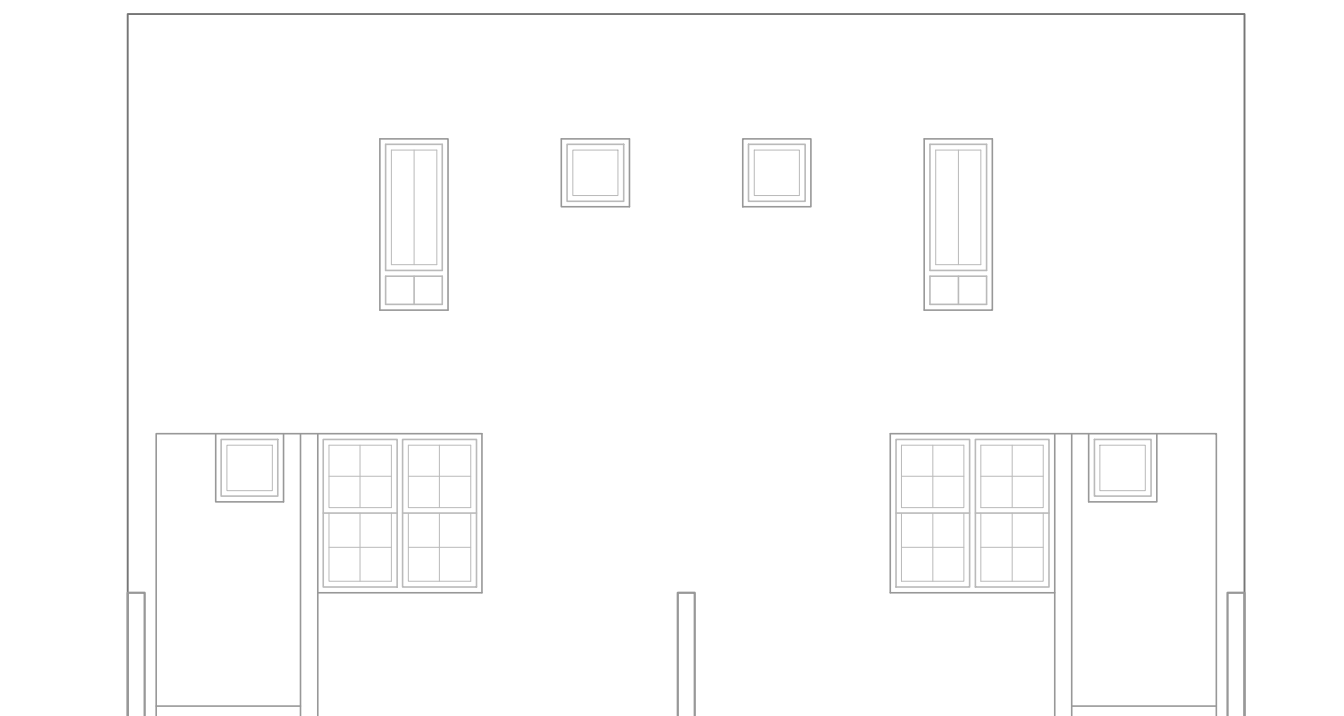
Alçado frente | Escala 1:75



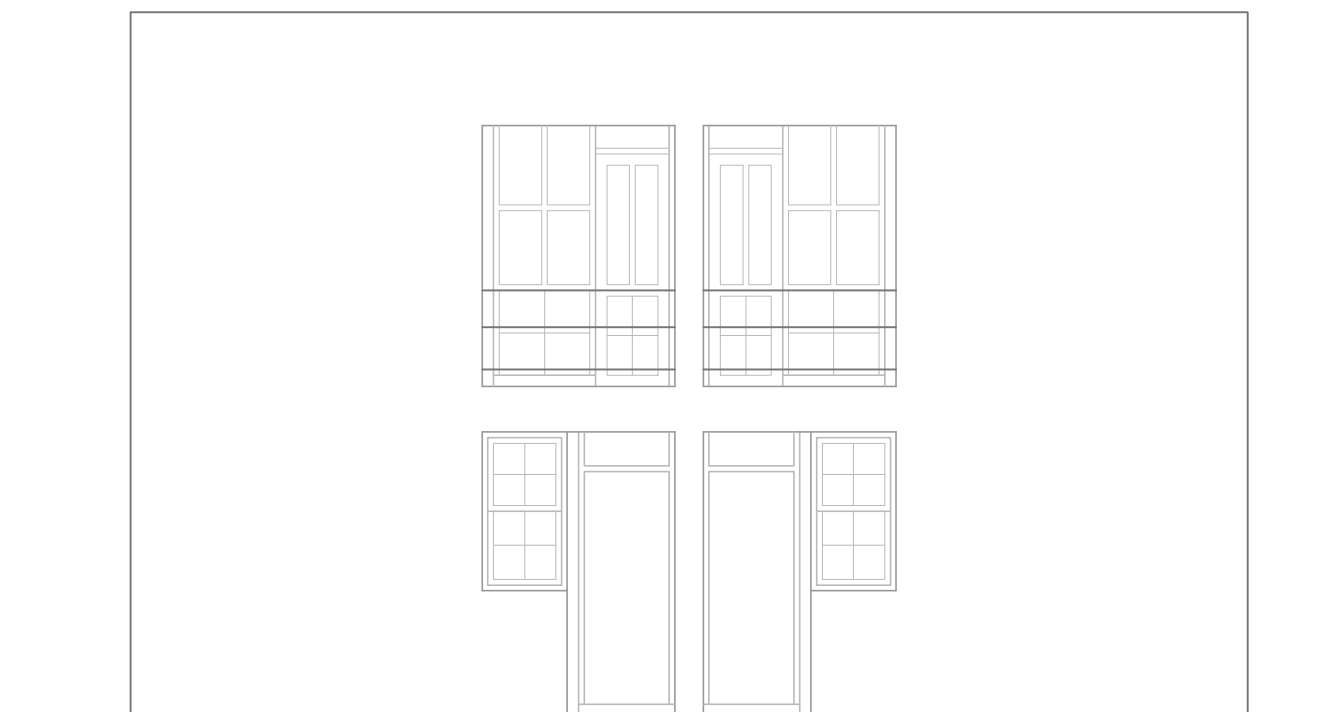
Planta piso 0 | Escala 1:50



Planta piso 1 | Escala 1:50



Alçado posterior | Escala 1:75



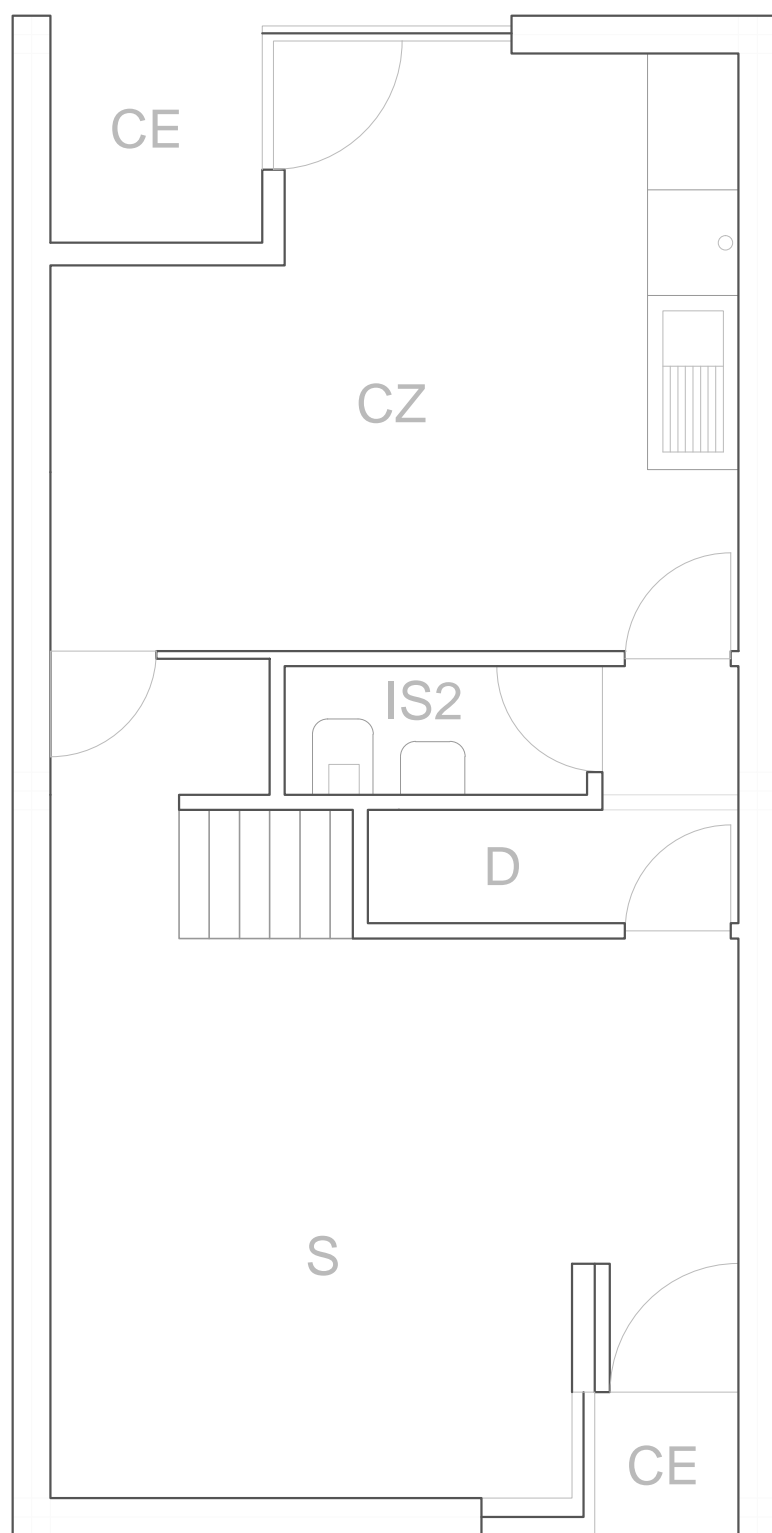
Alçado frente | Escala 1:75

ÁREAS

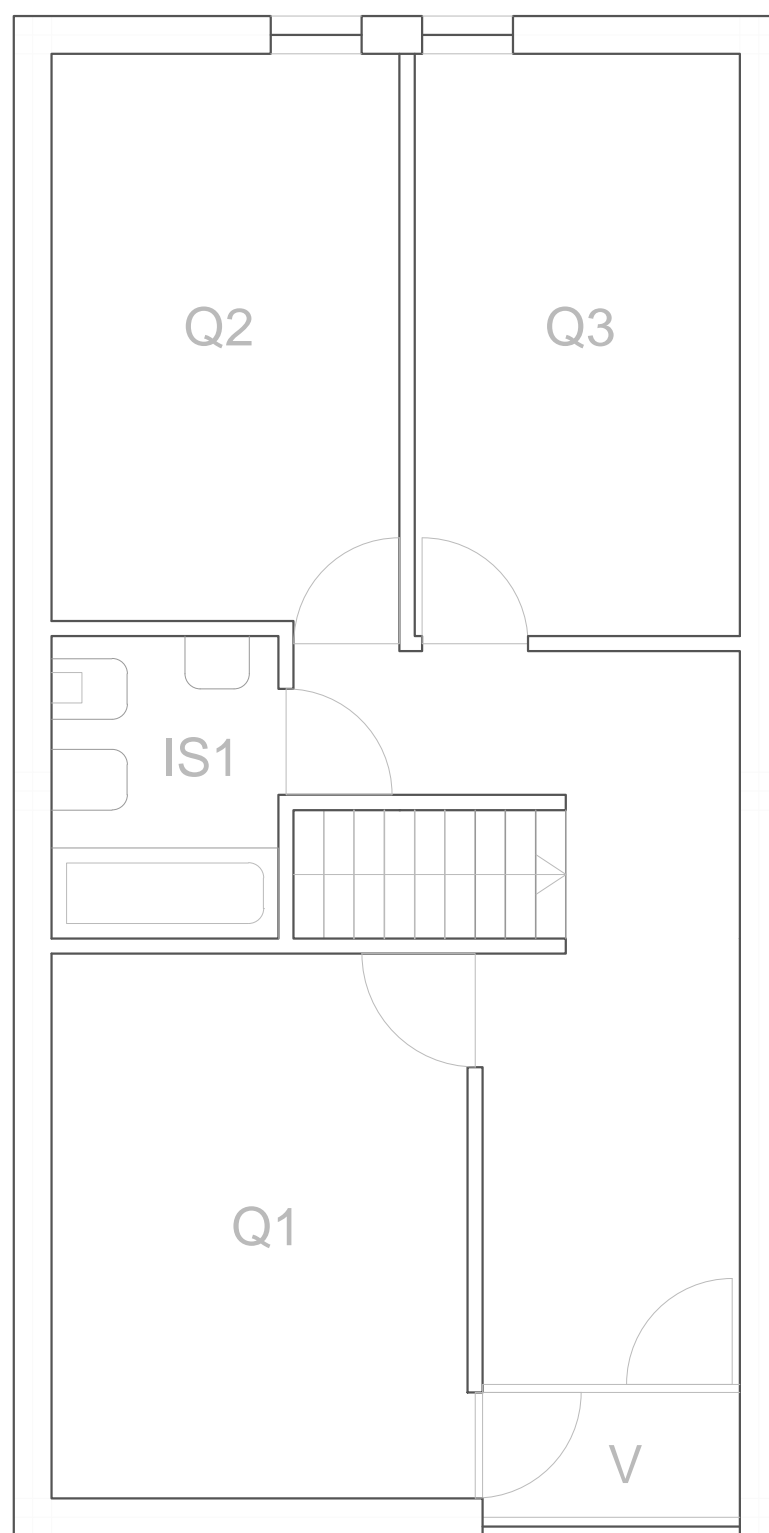
| CE | CZ | D | IS | Q1 | Q2 | S | V | AU | AB | NL |
|------|-------|------|------|-------|-------|-------|------|-------|-------|----|
| 2.70 | 10.70 | 1.00 | 5.00 | 11.20 | 10.00 | 15.90 | 1.60 | 71.30 | 85.34 | 26 |

LEGENDA

- CE- casa de entrada
- CZ - cozinha
- D - despensa
- IS - instalação sanitária
- Q - quarto
- S - sala
- V - varanda
- AU - área útil
- AB - área bruta
- NL - Número de lotes



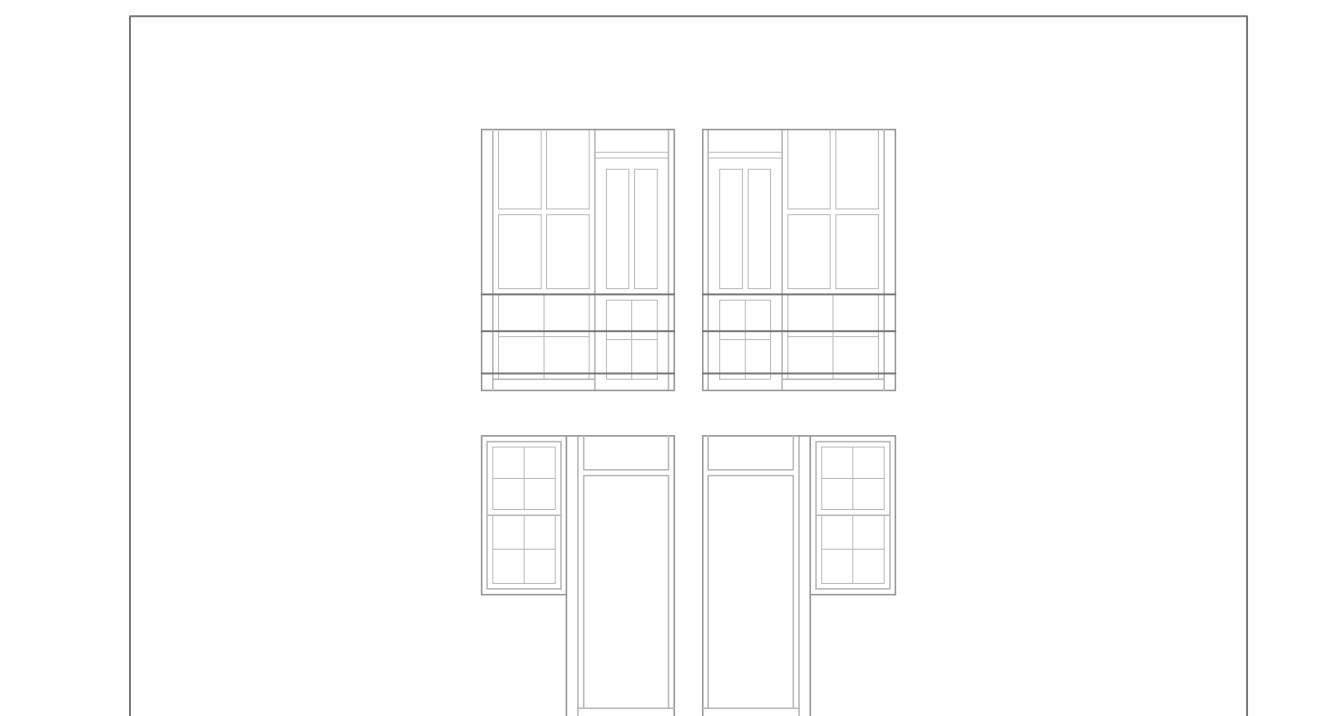
Planta piso 0 | Escala 1:50



Planta piso 1 | Escala 1:50



Alçado posterior | Escala 1:75



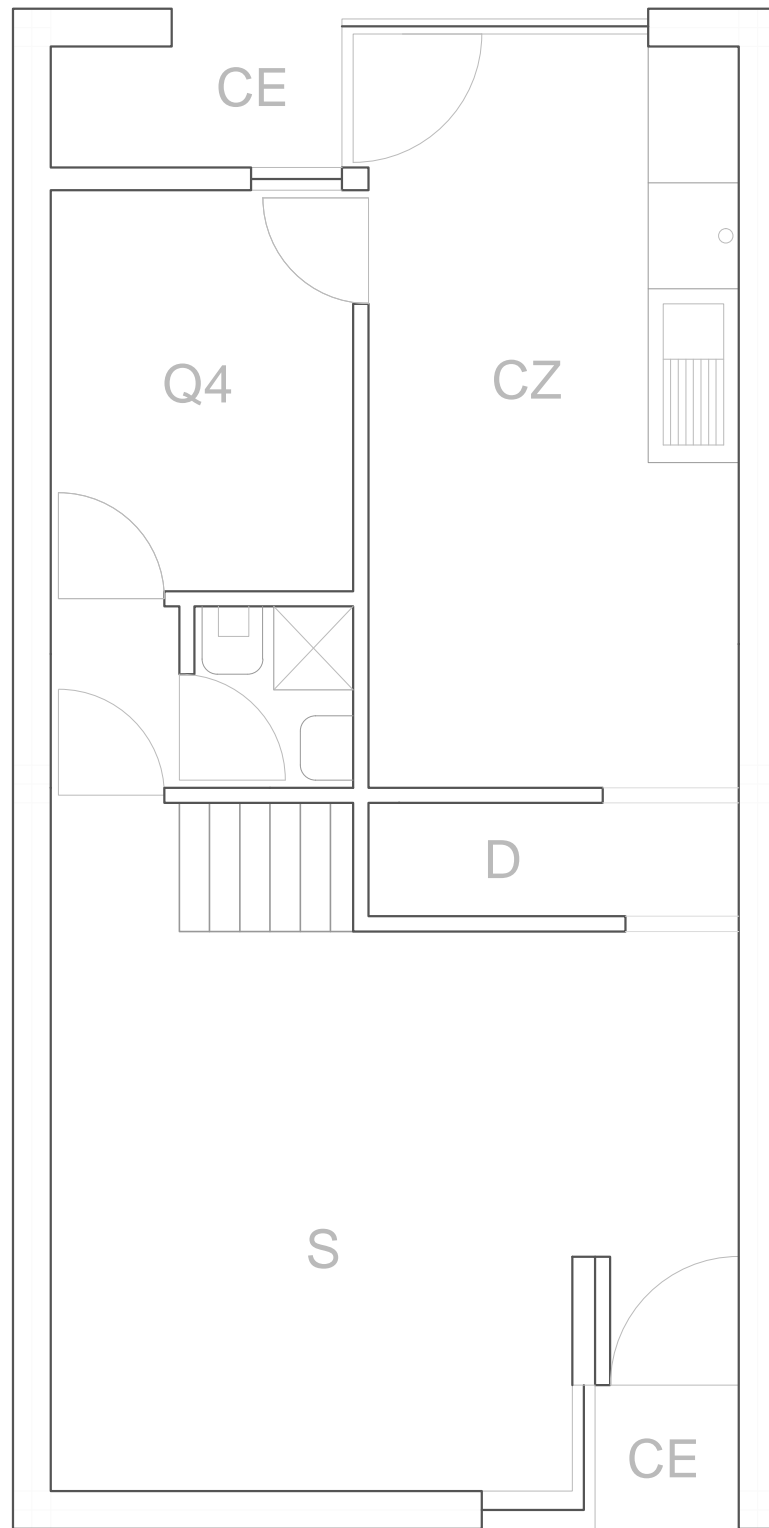
Alçado frente | Escala 1:75

ÁREAS

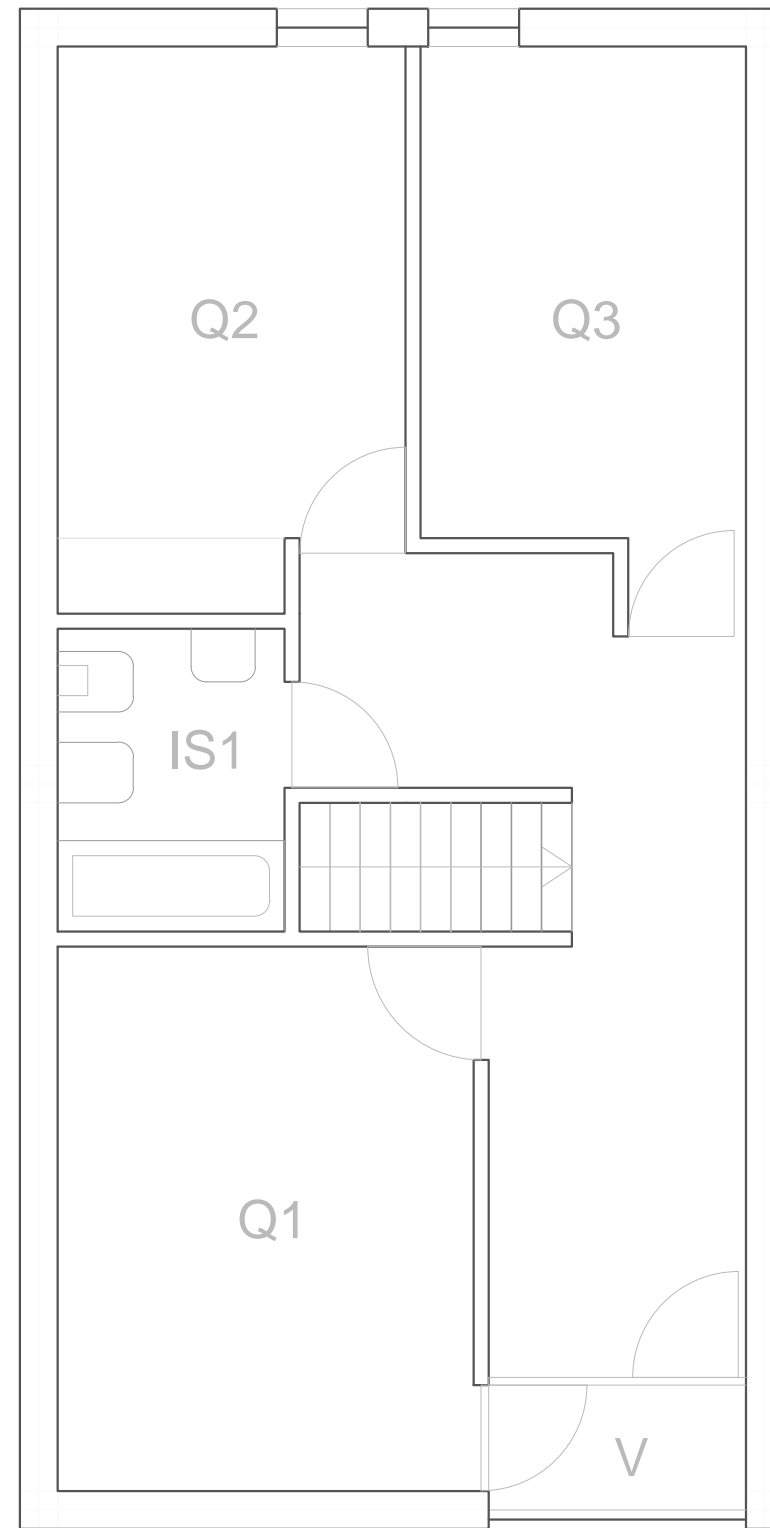
| CE | CZ | D | IS | Q1 | Q2 | Q3 | S | V | AU | AB | NL |
|------|-------|------|------|-------|------|------|-------|------|-------|-------|-----|
| 2.40 | 16.00 | 1.15 | 4.60 | 10.70 | 9.00 | 8.20 | 16.10 | 0.85 | 79.65 | 96.48 | 194 |

LEGENDA

- CE - casa de entrada
- CZ - cozinha
- D - despensa
- IS - instalação sanitária
- Q - quarto
- S - sala
- V - varanda
- AU - área útil
- AB - área bruta
- NL - Número de lotes



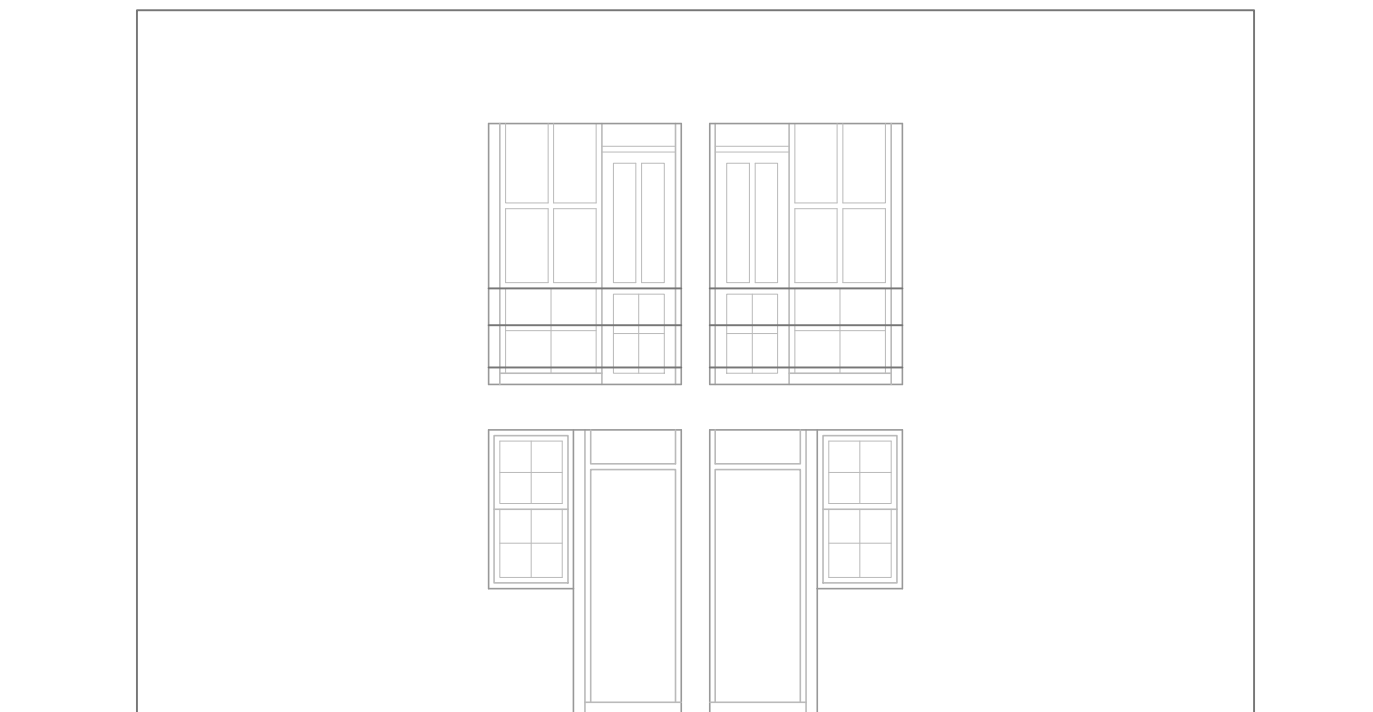
Planta piso 0 | Escala 1:50



Planta piso 1 | Escala 1:50



Alçado posterior | Escala 1:75



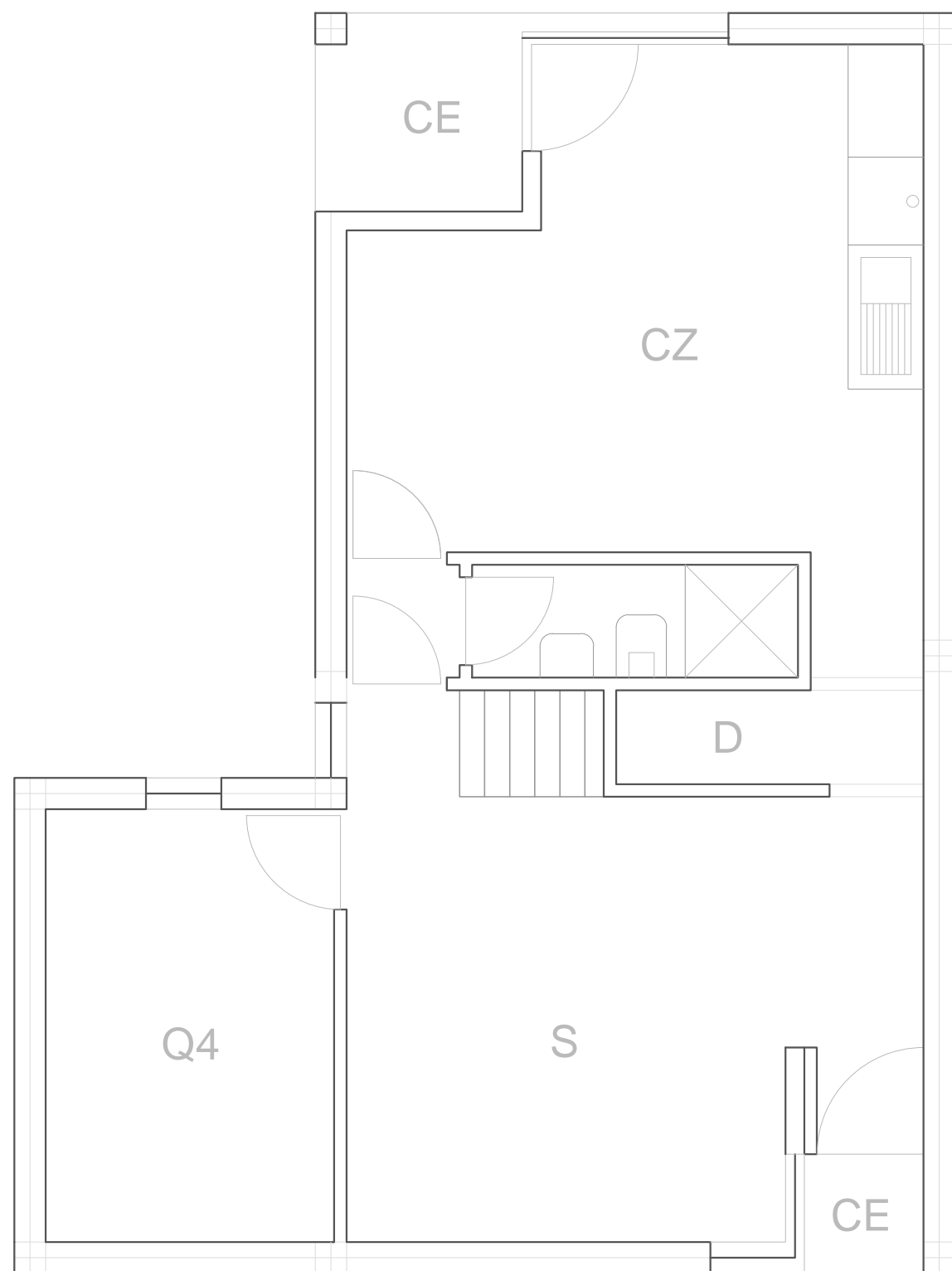
Alçado frente | Escala 1:75

ÁREAS

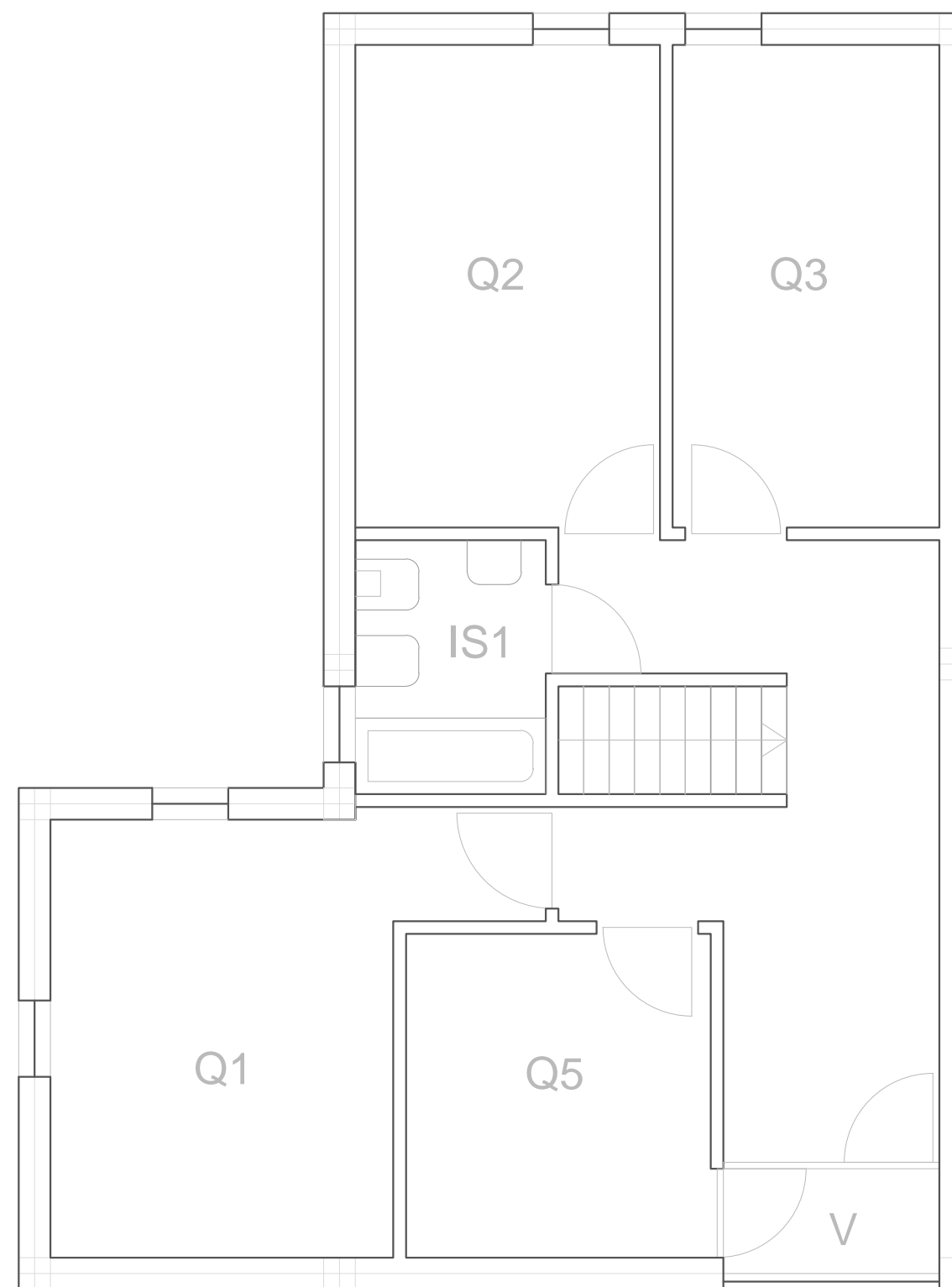
| CE | CZ | D | IS | Q1 | Q2 | Q3 | Q4 | S | V | AU | AB | NL |
|------|-------|------|------|-------|------|------|------|-------|------|-------|--------|----|
| 2.40 | 12.50 | 1.15 | 4.60 | 10.70 | 9.50 | 9.10 | 7.70 | 16.10 | 0.85 | 85.95 | 104.16 | 48 |

LEGENDA

- CE- casa de entrada
- CZ - cozinha
- D - despensa
- IS - instalação sanitária
- Q - quarto
- S - sala
- V - varanda
- AU - área útil
- AB - área bruta
- NL - Número de lotes



Planta piso 0 | Escala 1:50



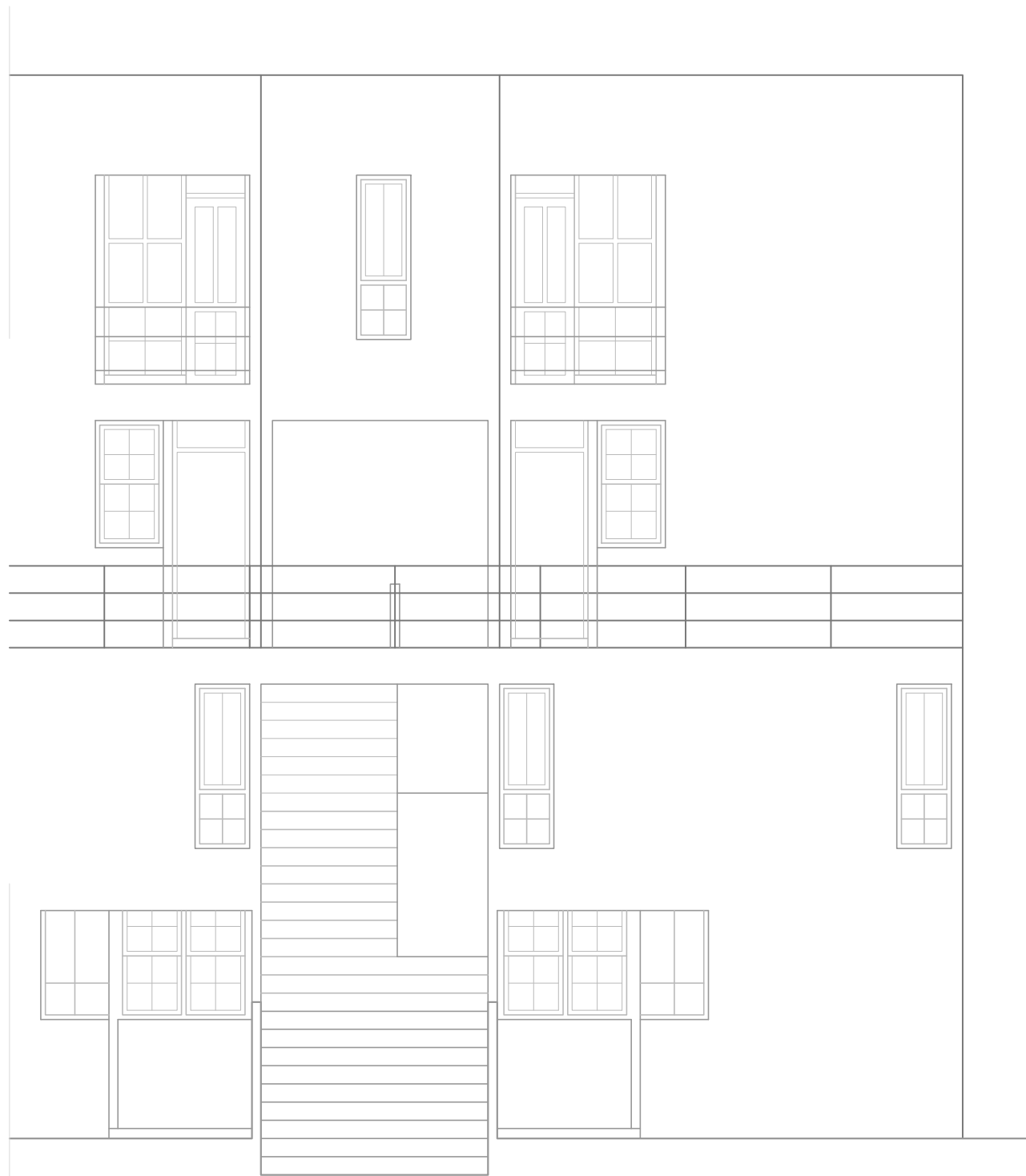
Planta piso 1 | Escala 1:50

ÁREAS

| CE | CZ | D | IS | Q1 | Q2 | Q3 | Q4 | Q5 | S | V | AU | AB | NL |
|------|-------|------|------|-------|------|------|------|------|-------|------|-------|--------|----|
| 2.40 | 16.00 | 1.15 | 5.30 | 10.50 | 9.00 | 8.20 | 8.10 | 6.50 | 16.10 | 0.85 | 94.85 | 118.20 | 5 |

LEGENDA

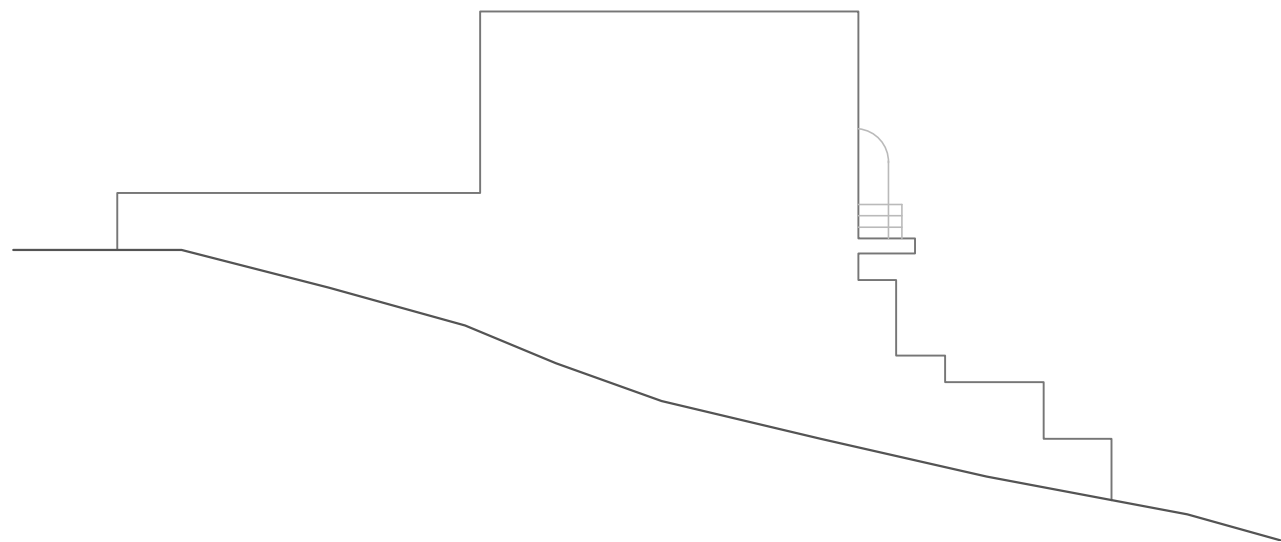
- CE- casa de entrada
- CZ - cozinha
- D - despensa
- IS - instalação sanitária
- Q - quarto
- S - sala
- V - varanda
- AU - área útil
- AB - área bruta
- NL - Número de lotes



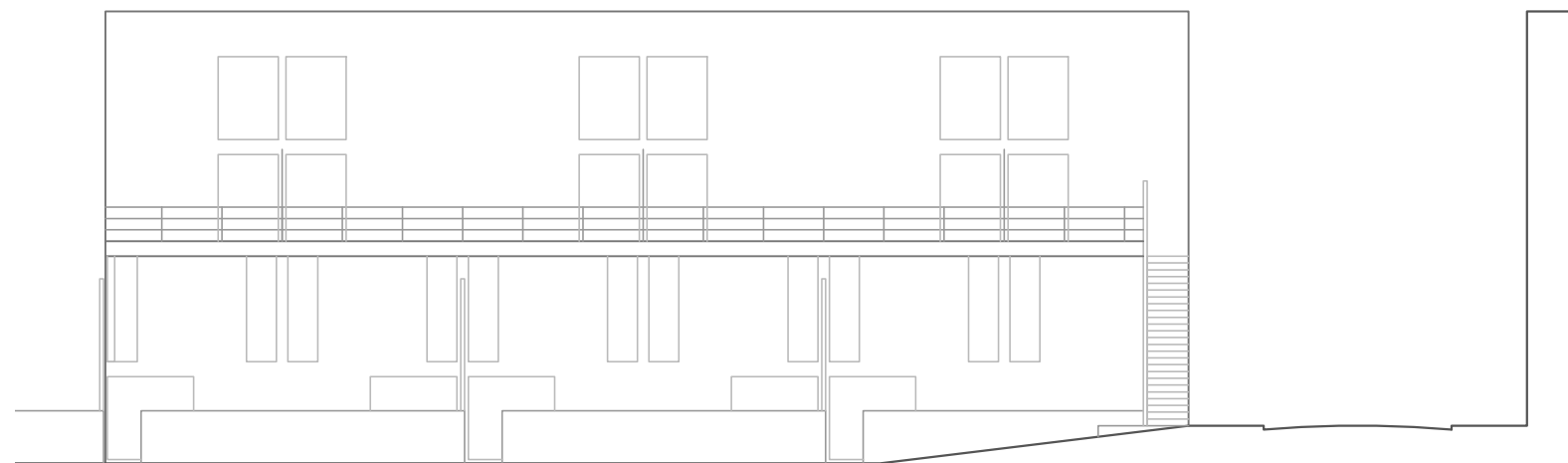
Alçado frente | Escala 1:75



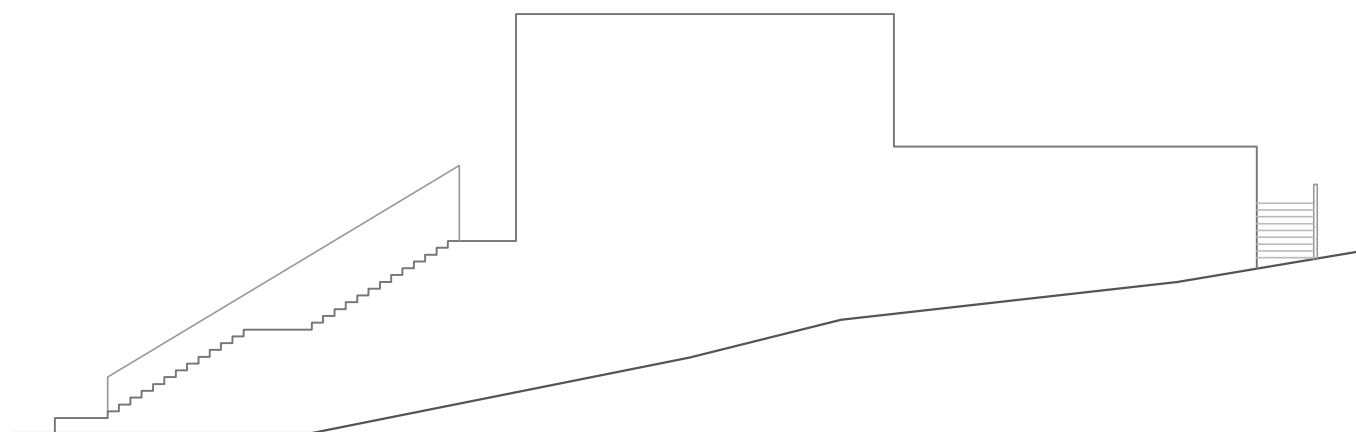
Alçado posterior | Escala 1:75



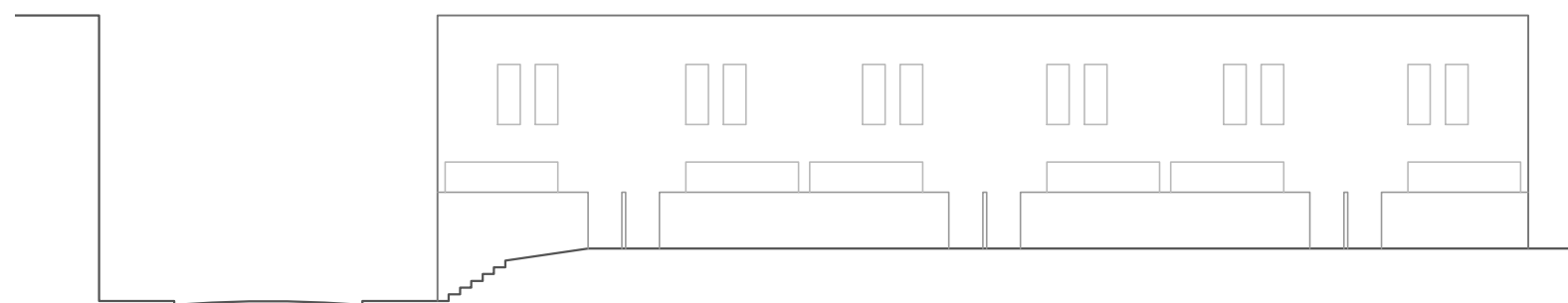
Alçado poente | Escala 1:200



Alçado frente | Escala 1:200



Alçado nascente | Escala 1:200



Alçado posterior | Escala 1:200